

## O ESTADO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA

### O NOVO PACTO FEDERATIVO

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1993

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

**O NOVO PACTO FEDERATIVO**

**O ESTADO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA**

Brasília-DF, 09 de dezembro de 1993

**O NOVO PACTO FEDERATIVO**

**O ESTADO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA**

Brasília-DF, 09 de dezembro de 1993

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Bom dia a todos!

Eu gostaria de saudar os participantes desse Fórum e agradecer ao Ministro Stepanenko, especialmente, ao Deputado Nelson Jobim, pela honra de presidir essa reunião, que é uma reunião muito simples, é uma reunião de trabalho, cujo objetivo fundamental é produzir um consenso cada vez maior em torno das grandes mudanças estruturais que o Brasil está vivendo.

Na verdade, essa reunião é parte de um grupo de discussões, um conjunto de discussões em torno da questão do Estado, a partir de uma visão mais profunda do que seria o novo pacto federativo.

Eu tenho esse prazer de ter aqui Nelson Jobim, que participou da primeira reunião que fizemos em 1991, na Fundação Getúlio Vargas, na qual essa expressão foi lançada como tema de debate, de provocação em torno da crise brasileira, naquela época só se falava no pacto capital trabalho, e essa idéia de um pacto que tem uma dimensão espacial emergiu com muita força, com muita vitalidade e tão grande que eu acho que ninguém mais neste País hoje duvida de que esta é uma dimensão fundamental dos entendimentos estruturais, das mudanças estruturais que o Brasil terá que viver daqui para frente e que na verdade já está vivendo.

O Ministro Stepanenko acompanhou todo esse processo desde o início, nós somos cúmplices dessa proposta e, na verdade, ela foi muito discutida nas reuniões de trabalho que tivemos desde o momento em que se decretou a falência do Governo Collor e que ficou evidente que o Vice-Presidente

Itamar Franco iria assumir a Presidência da República e o Presidente Itamar encampou inteiramente essa proposta política, o novo pacto federativo foi um dos temas principais do seu discurso de posse e na verdade se situa como uma prioridade de governo junto com a questão da miséria e a luta pelas igualdades sociais.

Então, eu dirai que são dois temas inseparáveis, inclusive, a idéia de Federação não vem como uma idéia formal, puramente jurídica, que poderia até nos levar talvez aos maus tempos da República Velha, ela vem carregada de novos conteúdos, a relação com a cidadania, a relação com a participação, com o planejamento estratégico dentro de um processo no qual o Brasil se integra também a uma ordem mundial cada vez mais internacionalizada, enfim, a uma sociedade cada vez mais global. Portanto, discutir a Federação não nos deve levar à ingenuidade de achar que a descentralização é uma questão automática, simplesmente despejar funções para baixo ou recursos para baixo, mas ela vem envolvida de um conteúdo muito grande de reestruturação e até mesmo quem sabe, esse é tema das nossas discussões, o fortalecimento do Estado brasileiro, porque este Estado que nós pretendemos, que é o Estado que todos queremos, pelo menos eu tenho certeza, o Estado que todos queremos aqui em volta dessa Mesa, é um Estado talvez mais forte, talvez menor, não sei, mas certamente é um Estado mais forte e impregnado de um conteúdo público que ele jamais teve.

De modo que esta reunião, é uma reunião que foi concebida também para fazer a função entre os intelec

tuais, à inteligência do País e o corpo técnico do Estado brasileiro, à sua vanguarda, aqueles que estão preocupados em redefinir esses espaços públicos de maneira mais rápida, mais feliz e acho que todos nós estamos conscientes de que a crise brasileira hoje se concentra muito justamente nessa centralidade, nessa necessidade de rever as funções e o formato do Estado brasileiro.

Eu não gostaria de me estender demais sobre isto, gostaria apenas de anunciar para aqueles que talvez ainda não saibam que esta reunião foi coordenada pelo Professor Wanderley Guilherme dos Santos, que nos ajudou a pensar e amadurecer as questões fundamentais que seriam discutidas aqui hoje e que na verdade é talvez a parte mais brilhante daquilo que nós estamos concebendo como a rede IPEA, uma espécie de cumplicidade entre os órgãos federais, a universidade, sobretudo e o planejamento.

O Ministério do Planejamento, na verdade, o Ministério pode usar muito mais os técnicos do governo que estão nas agências descentralizadas no governo estadual e certamente nas universidades, que muitas vezes trabalham sem a perspectiva de verem as suas propostas, os seus diagnósticos encampados pelo Governo Federal.

Essa espécie de dislexia política que nós estamos tentando aqui também resolver e eu tenho até a satisfação de dizer que esses "position paper", essas pequenas notas que foram aqui reunidas em torno dessas pessoas e dessas competências, elas nos dão bem a prova de quanto esta inteligência brasileira está voltada para os problemas concretos,

para diagnósticos que possam ser politicamente utilizados no sentido de resolver os problemas estruturais do País.

Eu gostaria, portanto, de passar a palavra ao Ministro Stepanenko, que está com a tarefa difícilíssima, mas eu acho que muito bem aceita, muito bem absorvida pela sociedade brasileira de reestruturar o planejamento, reestruturá-lo num momento em que problemas de ajuste e de contabilidade tem de certa forma quase que a prioridade sobre os problemas outros que o País enfrenta, mas que na verdade estão sendo acomodados de maneira eu acho que muito original e muito pertinente no Governo Itamar Franco.

A questão do planejamento junto com ajuste estrutural e junto com o combate à miséria, esses são os temas centrais que eu acho que vão aparecer aqui nas discussões sobre o Estado brasileiro.

Eu passo, portanto, a palavra ao Ministro e depois teremos a honra de ouvir Nelson Jobim nos falar sobre as relações entre a crise do Estado e a revisão constitucional, que é o grande tema da sua relatoria nesse momento.

O SR. MINISTRO ALEXIS STEPANENKO - Bom dia a todos!

Muito obrigado por darem o seu tempo, sua experiência e seus conhecimentos para que nessa discussão a gente aperfeiçoe a nossa visão da descentralização.

Eu não vou... O que eu teria que falar a Aspásia já colocou, mas os jornais hoje noticiam que numa reunião ontem no Palácio já estavam sendo repartido o governo a la João Santana.

Eu quero sossegar as pessoas que leram os jor  
nais de hoje, que não é dessa forma que nós estamos colocan  
do uma questão administrativa, nem criando um Ministério de  
descentralização que veria outra burrice que já foi feita no  
passado e a gente tem que aprender com o passado, que se crie  
um ministério novo já com órgão de modernizar o próprio Mi  
nistério que tem dois meses de vida, essas contradições que  
são para criar caso.

Mas, contudo, a reunião ontem foi uma primei  
ra reunião, em que ficou definido que a reforma, aquilo que  
cabe ao Governo Federal será um processo. Então, não terá um  
órgão nem um Ministério, nem uma agência, nós vamos utili  
zar, a idéia é essa, proposta ao Presidente, de usar o Conse  
lho de Governo, diretamente ligado ao Presidente da Repúbli  
ca, onde coloca a questão administrativa e da descentraliza  
ção num nível mais alto possível, que é o Conselho de Gover  
no que até hoje não foi utilizado pelo Presidente e vimos que  
isso seria o local adequado, supra Ministérios, com Câmaras,  
onde nós tivéssemos a garantia da ampla participação do Con  
gresso, das pessoas notáveis, dos interessados, dos Estados,  
dos Municípios, que descentralizar um papel é muito fáci  
l, planejar esse processo de tal forma que ele atinja o objeti  
vo de que as atividades do Estado funcione e que atinja a so  
ciiedade que é o "x" do problema.

Ontem nós discutimos também algumas coisas que  
poderemos propor por própria solicitação do Presidente, aque  
las mais óbvia e fazer um cronograma daquilo que é óbvio e  
também entender que a descentralização não é uma tarefa nem

mesmo só do Conselho, mas de cada Ministério, porque a nossa experiência nesse pouco tempo no Governo Itamar mostra que na própria burocracia nos Ministérios, existe uma resistência imensa em descentralizar, eu acho que um grande exemplo tem sido dado pelo Ministro Murilo Hingel, que vem descentralizando, quebrando a cultura e nós podemos tomar uma série de medidas em que independente de qualquer lei, por uma vontade do próprio Ministro, medidas internas imbuído da importância da descentralização e do fortalecimento da Federação podem ser tomadas no seu âmbito.

Então, nós imaginamos que tendo uma concepção que esses fóruns estão alimentando a nossa visão geral, cada Ministério também terá que forçosamente pensar em que atividades podem ser repassadas de maneira planejada e não jogadas no colo de Estados e Municípios, como se fez no passado.

De maneira prática, já começamos essas reuniões e contamos como elemento fundamental para que o grupo de Ministros, são três Ministros, pense de forma adequada das discussões de fóruns como esses, dessas duas, dessas experiências, inclusive de quem já viu muitas tentativas que não deram certo, recebeu também através do estudo, através do emprego de seu tempo, para examinar a experiência dos outros países para a gente evitar erros que foram cometidos. Nessa sintalização essa Assessoria que a gente espera deste fórum e de outros fóruns que o IPEA vem promovendo em todo o País.

Agradeço novamente a presença de todos. Vamos

à palavra sábia do nosso expositor Nelson Jobim.

O SR. DEPUTADO NELSON JOBIM - Sr. Ministro, cara Professora Aspásia Camargo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, minhas Sras. e meus Srs.:

É forçoso a mim fazer uma referência especial ao meu querido amigo Raphael de Almeida Magalhães, com quem eu aprendi desde muito, desde as noites de 1987 em diante, junto com o Dr. Ulysses Guimarães. Saúdo, portanto, o Raphael, mas saúdo também o meu sempre professor e urticante crítico, Wanderley Guilherme dos Santos, que faz a gentileza de me enviar sempre os papéis e "papers" que produz com o reiterativo bilhete que até hoje eu não entendi. Espero um dia convencer, só que eu não sei no que eu não estou convencido ainda. Talvez essa provocação seja sempre um desafio.

Falar sobre a revisão constitucional e a desarticulação do Estado brasileiro. Li com atenção a síntese, termo de referência do Professor Wanderley Guilherme e ele coloca duas premissas. A primeira premissa para a Constituição de qualquer forma do Estado ideal que se queira, diz ele, será a elevação da sua taxa de coerência operacional.

A segunda premissa, frear a decadência operacional do Estado quanto à sua eficácia e sintetiza o Professor Guilherme, no termo de referência com uma concetiva, coerência para eficiência, autoridade para eficácia e aí eu gostaria de fazer algumas observações que não nascem de conhecimentos científicos, mas nasce de uma praxis, ou seja, de uma experiência e peço escusar aos Srs. face à desarticulação da exposição.

Eu partiria da seguinte afirmação: a característica que nós estamos vivendo hoje a frase não é minha, é de um autor americano, que espelha bem o nosso caso, quando os fundadores dos Estados Unidos implementaram o sistema de partição dos poderes, eles criaram poderes separados, compartilhando o poder. O que nós assistimos hoje são poderes separados, competindo pelo poder, é o primeiro dado importante que nós temos, ou seja, o Legislativo quer ser Executivo, o Executivo quer ser Legislativo, o Judiciário quer ser ambos, e isso mostra o início de um processo de articulação.

Eu faria uma análise, primeiro, não nessa área do horizontal dos Três Poderes, falarei em seguida sobre isso, mas iniciaria a exposição às análises e minhas notas sobre, em primeira mão, a questão federativa. E esta desarticulação federativa também verificada no Brasil.

Nós temos que ter uma observação do reflexo constitucional de determinadas políticas de governo. Observem bem, se nós examinarmos a Constituição de 1991 na definição do Estado Federal brasileiro e atribuições de sua competência, se verificada que o município no Brasil no período da Velha República, tinha uma dependência absoluta aos Presidentes dos Estados. Tanto é que a Constituição Federal só dizia que os Municípios seriam respeitados nas matérias do seu peculiar interesse.

O que aconteceu na Primeira República? Aconteceu o domínio absoluto dos Municípios pelos governadores, o castilismo gaúcho assumiu absoluto o controle dos Municípios criando a dependência dos Prefeitos Municipais aos Presiden

tes, aos então Presidentes dos Estados.

A partir de 1926, e mormente a partir de 1930, Getúlio percebeu que uma forma pela qual poderia enfraquecer a autonomia dos Estados na definição da política nacional, se ria fazer uma aliança com os Prefeitos Municipais. E aí o que aconteceu? Nós encontramos uma espécie de constitucionaliza ção federal das competências municipais.

O primeiro mecanismo que se criou foi a inter venção nos Estados Federados, na hipótese se não haver res peito à autonomia municipal prevista na Constituição, isso apareceu em 1926.

Depois de 1930 começou-se agregar competên cias municipais aos municípios nesta política iniciada em 1930 do crescimento da União de relações do Estado, ou seja, fazia o Presidente da República a União Federal, uma aliança dos Municípios para isolar os governadores, se deu também num outro ramo, não se deu só nos municípios, mas também se deu no sentido da assunção das forças militares estaduais ao Go verno Federal, via o Exército nacional.

Era a forma pelo qual se quebrava o braço ar mado dos governadores. Isso foi muito claro no Rio Grande do Sul, quando em 1930 na chamada Revolução de 1932, o então Pre sidente do Estado que havia pactuado, participada da Revolu ção, porque tinha a Brigada Militar na sua mão, tendo traído a Revolução de 1932, que foi o General Flores da Cunha, de terminando toda a prisão dos antigos castilistas e borqistas, enfim, do Partido Republicado riograndense anterior, a partir daquele momento Getúlio começou a dominar os governadores, ex

tratando dos governadores à Força Armada, que era o braço armado dos governadores.

Então, nós tivemos isso muito claramente agregando-se isso a partir de 1967 e, curiosamente, isso aumenta sobremaneira, ou seja, o que se vê hoje nas articulações Estados, União e Municípios, não é propriamente uma coerência de funções e tarefas, é isso sim uma disputa, hoje o movimento municipalista brasileiro, por exemplo, é um movimento que quer a assunção da União ao Município e não propriamente uma articulação de eficácia, ou seja, aquilo que o nosso Wanderley Guilherme chama de elevação de sua taxa de coerência operacional é negada exatamente pelas disputas dos Governadores, dos Prefeitos e da Presidência da República, ou seja, do Executivo Federal.

Nós vemos isso com absoluta clareza. E mais, esta coerência, esta taxa de coerência operacional vai se minimizando progressivamente na medida em que, uma coisa que eu tenho repetido há muito tempo, na medida em que nós constatamos e continuamos a afirmar repetidamente, o Wanderley e a Aspásia já ouviram isso, no sentido da inexistência de uma Assembléia Nacional do País, ou seja, as questões de articulação com esta taxa de coerência operacional do Estado brasileiro, é algo que não elege ninguém e, portanto, não passa pelas necessidades individuais dos Membros do Poder Legislativo, o que elege um Membro do Legislativo é a sua coerência corporativa para o setor que o elege, se ele é de uma faixa corporativa, seja de uma área regional, mas as questões nacionais e a discussão desses temas nacionais passa a ser al

go rigorosamente externo e irrelevante, porque não é moeda de troca no processo eleitoral, pelo contrário, é moeda que impede, ou seja, é moeda não conversível, é divisa não internacionalizada no sentido de não se trocar essa divisa em termos de votos.

Minimamente, você encontra um setor eleitoral das grandes capitais que caminham para esse tipo de coisa, mas sempre dependendo muito de alguns fatores tipicamente regionais, observem, por exemplo, que uma eleição para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal quem elege, ou seja, o grande eleitor não é o candidato à Presidente da República, o grande eleitor é o candidato a Governador. Se um partido dispõe de um governador com capacidade de produzir votos e virtualidade de ganhar a eleição, tem a tendência de crescer a Bancada daquele partido para a Câmara dos Deputados, ou seja, as questões que se debatem no processo eleitoral para a Câmara e para o Senado são as questões tipicamente locais, ou seja, isto talvez seja ainda o preço que nós estamos pagando ao juízo republicado.

Quando a República emergiu do golpe militar inicial do dia 15 de novembro, que era a derrubada do Gabinete de Visconde do Rio Preto, não propriamente a derrubada do Imperador, acabou isso por questões políticas sabidas, desviar-se para a queda do Império e os republicados receberam no bojo e de presente do golpe militar, receberam a República, portanto, precisavam ser brutalmente federalistas, embora já o partido republicado já tinha no seu Manifesto de 1870, já tinha referido as questões federais. Aí começou um

processo de destruição da memória do Império que nós pagamos o preço até hoje, ou seja, a velha disputa entre a União e os Estados.

De 64 para cá, com a emenda da Constituição de 67 e na Constituição de 69, nós tivemos uma concentração do processo decisório e da implementação das políticas públicas na União Federal via concentração tributária, ou seja, a concentração da receita pública. Todas as ações executivas dos governadores e prefeitos dependia da licença da concessão ou da transferência de recursos negociados com o Poder Executivo, teoricamente negociados na execução dos chamados planos nacionais de desenvolvimento, que era o grande modelo à época.

Na tentativa de buscar uma coerência operacional, mas era uma coerência operacional não compartilhada, era uma coerência operacional na tentativa de obter uma coerência operacional imposta autoritariamente pelo Poder Executivo e nós sabemos perfeitamente que o velho ditado da colônia brasileira no sentido de que nós temos conduta para inglês ver, e os prefeitos e governadores tiveram, digamos, a demonstração de que estavam coerentes com os chamados planos nacionais de desenvolvimento dos executivos, mas na verdade tudo aquilo era para inglês ver, ou seja, não tinha nada que ver com a realidade concreta das políticas que eles podiam produzir.

Isto naturalmente em relação à Federação, a nossa Aspásia tem um trabalho importante sobre esse problema, eu creio que a União Federal é órfã. Toda vez que o par

lamento receba visita de determinados setores corporativos, determinados grupos de interesse, que estão degladiando-se em relação a algum texto que possa ser produzido dentro do Congresso, texto legislativo, que trate daquele setor.

Eu gostumo dizer o seguinte: eles vêm a nós e diz o seguinte: já nos entendemos. Então, está lá o setor corporativo A, setor corporativo B, que estavam se degladiando, resolveram fazer um acordo e fizeram um acordo e sempre fazem um acordo só quem paga o preço do acordo é a União e ninguém defende a União, rigorosamente ninguém defende a União. Como de resto, ninguém defende aos grandes capitais hoje, já que os representantes federais não se elegem nas grandes capitais, ou seja, hoje cada vez mais o critério usam a descristalização informal do voto no Brasil e a regionalização dos interesses na presenção equivocada de que a soma, a validez dos interesses regionais e a soma da validade dos interesses regionais, importaria na validade da concepção molecular. Dito de outra forma, nós estaríamos frente ao velho açomismo lógico do Berth Housen, quando examinava no início do século a consistência lógica das preposição dentro da matemática. Essa desarticulação entre Municípios, Estados e União fica mais claro ainda quando se tenta falar a chamada descentralização administrativa e aí surge um outro problema curioso, que está na base da oposição, no meu ponto de vista, da descristalização administrativa, você tem três inimigos no sentido de descentralizar a realização de não necessariamente de planejamento, mas a efetivação das políticas, ou seja, os atos administrativos executivos das políticas definidas na

cionalmente, os três inimigos são de um lado a burocracia. A burocracia da União não gosta, não deseja a transferência de tarefas executivas para outras esferas subnacionais, porque isso importa uma perda de poder, segundo quem não gosta disso, são os grupos de corrupção, é muito mais fácil você ter um escritório de corrupção em Brasília do que você ter que espalhar um escritório de corrupção em todos os Estados brasileiros, ou em todos os municípios, pólos regionais, ou seja, os fornecedores de insumos, as políticas públicas não têm interesse nesse processo desconcentrador do que importa o Ministro numa inviabilização ou pelo menos nos custos excessivos da caixa de corrupção.

E o terceiro personagem também tem dificuldade de aceitar exatamente os parlamentares federais, que vivem desse mecanismo, ou seja, que se reproduzem eleitoralmente pelo fato de conseguir as ações administrativas, executivas da União Federal, junto aos municípios, já imaginaram se nós criássemos um mecanismo de descentralização consistente do processo executivo, o que fariam nossos colegas em relação aos prefeitos municipais, que não mais compareceriam aqui, se a função dele era exatamente agenciar a transferência de recursos e a realização de obras locais, fundamentalmente obras que importem e aí importante ter presente isso, obras que importem inaugurações, importam em placas, porque tem aquele rito, aquele ritual importante da afirmação de que aquela obra foi feita pelo fulano de tal etc. Isso é muito agudo.

Rapidamente, eu diria essas palavras em relação

ção à Federação, gostaria de dizer algumas coisas em relação ao Poder Executivo, com a vênua e as desculpas ao que eu vou dizer, em relação ao Ministro Alexis Stepanenko, o que nós encontramos hoje também no Poder Executivo é uma enorme de sarticulação, não há de um lado uma articulação interna no Poder Executivo e não há nem uma articulação entre o Legisla tivo e o Executivo, há uma desarticulação das responsabilida des de governo no Estado Executivo e da capacidade delibera tiva que se encontra no Legislativo.

Nós abrimos um espaço, um "gap" imenso em que o Executivo tem a responsabilidade do governo, mas não tem a capacidade deliberatória, a capacidade de liberatória se dá no Legislativo e se dando no Legislativo a capacidade delibe ratória e não tem o mecanismo de responsabilização do Legis lativo, no que diz respeito às políticas, ou melhor, no que diz as obstruções, as políticas de governo definidas no Exe cutivo ou mesmo a substituições das políticas de governo, de finidas no Executivo.

Essa desarticulação é nítida, há uma completa e absoluta desarticulação entre o Legislativo e o Executivo, não tenho a mínima dúvida disso, assisto isso diuturnamente.

Vejo também Ministro, que por parte do Execu tivo também uma falta de coordenação do processo decisório, ou seja, nós não temos no Executivo brasileiro, não é o caso do Governo Itamar, uma absoluta falta de coordenação entre o Governo. E o que nós assistimos? Nós assistimos que os derro tados do governo que dentro do governo foram derrotados no processo decisório, tentam superar a sua derrota dentro do

processo Legislativo. Estamos vendo, por exemplo, no Orçamento público, no Orçamento é um Deus nos acuda, ou seja, aparece os órgãos Executivos, todos eles atrás da melhoria de sua verba orçamentária, porque não conseguiram nos processos decisórios interno obter resultados, isso eu chamaria então não só a coerência definida pelo nosso Wanderley Guilherme, mas também é causa da autoridade, ou seja, não há uma autoridade no Executivo que coordene a formação dessas políticas e possa, consistentemente, com coerência, definir uma linha de governo.

Eu assisti isso, ontem, a Câmara aprovou a anistia aos servidores públicos federais ao mesmo tempo, o Ministro da Fazenda havia enviado um plano que importava exatamente no viés contrário do que estava se aprovando, ou seja, era necessidade da participação dos Estados e Municípios na formação de um fundo de solidariedade e também da sociedade condicional do imposto de renda adicional de 5% sobre os tributos para contribuir para a solução do déficit público.

Diz o Ministro que esse substitutivo aprovado ontem representa 2 bilhões e aí o que é que nós temos? Nós temos a liderança do governo, defendendo ardorosamente a aprovação do texto pelo discurso da justiça, pelo discurso, digamos, abstrato do bem social etc., o que poderá ser realmente, mas de outro lado, nós assistimos nitidamente o início do fracasso do plano, porque se o toverno e a liderança do governo sustenta a necessidade de aprovar um termo de anistia que importa na readmissão dos 50 mil, sei lá quantos funcionários e ao mesmo pede depois verbas públicas dos Estata

dos da Federação e da sociedade no adicional do imposto, evidente que são coerentes, ou seja, essa desarticulação conduz nitidamente àquilo que o nosso Professor Wanderley mostra que a incoerência conduz a ineficiência e que a falta de autoridade conduz a ineficácia no sentido negativo da expressão proposta, isso se vê muito claramente, quando nós encontramos dentro do Executivo essas disputas do Executivo com o Legislativo, o Sr. sabe muito bem que no Brasil você não tem partido nacionais propriamente ditos, nós temos é ajuntamentos partidários, que visam maximizar as suas necessidades eleitorais e essa maximização das suas necessidades eleitorais passa sempre por uma relação com o Executivo, se o Executivo começa a ir bem, começa então uma agregação no sentido de se aproximar no Executivo no minuto em que o Executivo começa a ter resultados negativos na sociedade, começa a ter o afastamento, porque na relação da maximização do resultado eleitoral mormente em 1934.

Essa falta de coerência interna ou de coordenação do processo decisório no Executivo, é muito nítida, Ministro, quando nós vemos digamos, uma modalidade na qual se escolhe assessorias legislativas do Executivo, eu quero confessar aos Srs., com toda transparência, assessores legislativos competentes, são assessores dos Ministros militares, ou seja, não a Deputado algum que recorra no processo de formação de política, ele recorre aos assessores legislativos dos Ministérios para pedir coisas e me resolve um problema, empurra aquele processo etc., mas não no sentido de ser dentro da Câmara, alguém que tenha respeitabilidade, competência, para

informar as linhas do governo, em relação a isso, ou seja, assessoria legislativa sempre vista, salvo Ministros militares, volto a repetir, é sempre vista como um mero braço, digamos, muito distante do Ministério, numa liturgia a ser cumprida exclusivamente as vezes se enteram dentro da assessoria legislativa, personagens extraordinariamente competente, porque não tem nada a ver com os processos, porque não sabe absolutamente nada do que está se passando e é um informante um mero informante, que poderia ser lá um gari qualquer, um bedel qualquer, que poderiam informar os projetos que estão em andamento.

Eu me lembro que no governo ainda no governo Sarney, quando eu era Presidente da Comissão de Justiça, eu tentei fazer uma articulação entre a Comissão de Justiça e a Câmara dos Deputados, o Ministério da Justiça e o Governo basicamente via Ministério da Justiça, para tentar verificar os projetos em andamento que interessassem ao governo e que interessasse ao País, no sentido a gente fazer uma aliança evitar aquela agenda maluca do Congresso, que tem lá 2, 3, 4, 10, 15, 20 mil projetos de lei e que se destinam exclusivamente ao que diz respeito aos parlamentares de terem, digamos, um bom indicador, um bom índice no "round" do número de projetos apresentados, porque isso se sabe muito bem que se julga a imprensa brasileira, julga alguns setores, julgam os parlamentares pelo número de projetos que apresentam, logo temos que apresentar um número grande de projetos para obter um bom resultado nesse julgamento, não é para provar coisa nenhuma.

Eu me lembro, depois da aprovação da Consti  
tuição de 88, nós tivemos um número imenso de projetos de  
lei de regulamentação da Constituição que eram reprodução do  
artigo da Constituição e aí o sujeito se apresentou, apresent  
ei trezentos e tantos projetos regulamentando a Consti  
ção a reprodução da lei ordinária ou no projeto exclusivament  
e do texto da Constituição, com o art. 29, revogam-se as disposi  
ções em contrário. Isso é muito claro.

Então, vejam, nós temos essa desarticulação  
interna do Executivo, mas temos também a desarticulação in  
terna no Legislativo.

Eu tentei, em 1991, junto com o Deputado Miro  
Teixeira, Deputado José Genoíno e o Deputado Messias Goes e  
mais o Andradino, de tentar fazer com que funcionasse dentro  
do Legislativo uma lógica de gerenciamento do processo legis  
lativo no sentido de estabelecer planos de trabalho e objeti  
vos da Câmara nos primeiros 6 ou 4 meses, de forma tal que  
você tivesse a formação na Ordem do Dia exatamente compactí  
vel com as necessidades, eventualmente necessidades nacio  
nais de produção de textos e que pudéssemos discutir isso  
transparentemente, no sentido de anunciar que no dia "y" nós  
entraríamos na discussão daquela matéria.

Eu achava que aquilo ali fosse uma desorgani  
zação não intencional, mas era uma desorganização intencio  
nal, porque quem controla a Ordem do Dia controla o parlament  
o.

Há trabalhos extraordinários, os franceses  
examinando por exemplo o controle sobre a Ordem do Dia do

parlamento francês, Assembléia Nacional, mostra então que o pequeno grupo que detém o poder da formação da Ordem do Dia detém o poder da manifestação do parlamento e estes não querem abrir mão disso, porque é a sua moeda de troca nas relações eventuais com o Executivo e com os outros poderes e inclusive com a sociedade, ou seja, é necessário portanto que nos procedimentos regimentais e nas regras regimentais na Câmara nós possamos alterar determinados mecanismos decisórios que são excludentes do plenário dos parlamentares.

A grande característica que nós temos e de que o parlamentar no mais das vezes dentro desse processo concentrador dentro do Executivo e essa distorção é tratada como um mero personagem a ser número quando da verificação do "quorum", mas não deve ele participar do processo decisório, tanto não participa do processo decisório que a pauta da Ordem do Dia é só noticiada no próprio dia da sessão e as vezes inclusive já no andamento da sessão, onde vem os textos prontos e os textos decididos pela liderança partidárias, este colégio que se circula de níveis partidários e de liderança partidárias, faz com que a entropia do processo legislativo será absolutamente aguda, porque o que caracteriza também a nossa ação legislativa e de lideranças parlamentares, é o seguinte: o líder não pode se expor, ou seja, líder que não controla que não tem consciência clara do controle da sua bancada, não pode se expor, logo são censurados aqueles textos em que o líder não vai se expor e como é que você censura os textos para o líder não se expor através daquilo que eu chamo compromissos dilatórios, o que é um compromisso dilató

rio?

Você bota num texto da lei que vai obter outra lei, que vai decidir o assunto, é o que nós fizemos na Constituição, quando emitimos na forma da lei complementar na forma da lei ordinária etc., é uma inviabilidade de você produzir uma vontade majoritária naquele texto, porque os líderes não tinham segurança que naquelas matérias seriam por suas bancadas mesmo que não há articulação nenhuma, salvo o Partido dos Trabalhadores, que é muito agudo que está diminuindo a sua eficiência, porque está aumentando o número de parlamentares e o conflito que estabelece hoje o Diretório Nacional e a bancada aguça essa entropia.

Nós temos dentro do Congresso, portanto, essa situação, se os Srs. somarem toda esse quadro ao sistema judiciário brasileiro, os Srs. vão verificar que é realmente uma coisa complicadíssima, veja, eu diria duas coisas sobre o sistema judiciário brasileiro e aí eu teria que apontar para a minha categoria dos advogados, se nós examinarmos com ludidez o que queriam os republicanos de 91, com a transferência para os Estados do Poder Judiciário e criou um Tribunal Superior Federal, na esteira no Superior Tribunal de Justiça, ficava claro que os republicanos queriam que a Justiça nos Estados fosse os Tribunais de Justiça, as partes e que a Justiça da Federação fosse o Superior Tribunal Federal.

Depois se criou uma série de outros Tribunais, como o do Trabalho etc., mas havia uma nítida divisão entre justiças, as partes se fazem nos Tribunais dos Estados ou nos

Estados.

Tribunal da Federação faz-se e se assegura a Federação via sentença no Superior Tribunal de Justiça.

Hoje Supremo Tribunal Federal, no sentido de que era o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça e hoje o Superior Tribunal do Trabalho, meros guardiões do processo federativo, para segurar a vigência da lei federal junto aos Estados Federados e também a vigência a supremacia da Constituição Federal, em relação a Constituição dos Estados, mas nós advogados habilmente transformamos os Superiores Tribunais em Tribunais de Justiça. partes, ou seja, hoje o grande número de litígios que nós encontramos no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, são basicamente litígios que não dizem claramente respeito a uma questão de fricção federal real, dizem respeito a justiça as partes, porque nós advogados soubemos plantar no primeiro grau nas discussões nos Estados, nós conseguimos plantar muito nitidamente as condições de admissibilidade dos recursos extraordinários especiais, que dão acesso aos Tribunais Superiores.

Agora, toda vez que nós começamos a falar em Poder Judiciário, no sentido de alterar as estruturas do Poder Judiciário e mexer para atingir aquilo que diz que chama a nosso Wanderley de coerência para uma eficiência, nós encontramos por parte dos advogados uma brutal e terrível oposição porque mexemos no Poder Judiciário, nas estruturas que tem o Poder Judiciário, é mexer num mercado de trabalho muito rico, qualquer mecanismo que se crie de eficácia tipo os

Agora, vejam bem que emerge também dentro do Judiciário uma determinada situação curiosa, como a eficácia dos outros poderes e a incoerência dos outros poderes, é aguda. Os poderes judiciários começam a se substituir também na função dos demais e aí começam a emergir dentro de determinadas correntes filosóficas do Poder Judiciário, dos juizes brasileiros, determinadas teses de alternativas no sentido de buscar o bom direito e o justo, ou seja, nós estamos retornando no que diz respeito ao Poder Judiciário brasileiro, a antes da Revolução Francesa e a reprodução do parlamento de Paris e o conflito do rei com o parlamentarismo, com a burguesia que tomava conta do parlamento do País, que iria introduzir vias decisões na época e fundamentalmente a exigência dos registros das legislações do rei na década de 70 ou na década de 60, do século XVIII, introduzir e a exigir o registro do texto legal produzido pelo rei no parlamento, porque a burguesia havia avançado dentro do parlamento e lá no parlamento iria a burguesia introduzir e se opor ao direito aristocrático, produzido pelo Estado, colocando o direito da burguesia que seria na época nominado de direito nacional, tanto é que logo depois da Revolução Francesa, Robespierre deixou muito claro que tinha que acabar com os parlamentos, porque o direito natural era o direito do Estado, logo não havia razão nenhuma de espaços públicos, hoje nós encontramos é uma inconsistência dentro do Poder Judiciário e uma disputa curiosíssima, não só uma disputa do Poder Judiciário com os outros poderes, como a disputa interna dos poderes dos membros do Poder Judiciário, uma disputa muito nítida

entre os juizes de 1º grau e os tribunais, no sentido dos tribunais é perder o controle administrativo sobre aquilo que se chamaria maximizadamente a irresponsável independência autonomia do Poder Judiciário, que é um tema hoje agudo.

Todos esses temas repercutem na revisão constitucional, mas vejam, repercutem na revisão constitucional no sentido de nós não permitirmos e aí é uma questão de estratégia não vai se solucionar e sabemos perfeitamente que a solução dessas questões é uma solução que demanda há tempo mudança de determinada estrutura, que são as estruturas de coopção dos formadores dessas voltagens nacionais.

Nós passamos por programas relativos, sistema eleitoral, sistemas partidário, passamos por estruturas técnicas internas no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

O que nós temos ter atento nessa Constituição exatamente evitar que a Constituição detenha gargalos que impeçam soluções futuras que nós não vamos implementar.

Agora, nós temos que ter a lucidez de não tentar estratificar na Constituição algo que nos tire o poder decisório amanhã, de optar por "a" ou não por "a", porque veja, na medida em que nós colocarmos dentro da Constituição determinadas definições que temos hoje na verdade nós sabemos que o espaço gramatical e fonético de uma Constituição só vai permitir substantivos adjetivados e se nós só permitimos substantivos adjetivados, dentro dessa Constituição, nós estamos transferindo o poder decisório futuro para a magistratura, já que é magistratura é que tem competência de

definir ou dizer o que a Constituição teria dito quando da sua vigência e a introdução nesse texto dentro da Constituição cada vez mais opções legislativas. É uma renúncia a processos decisórios reais concretos do futuro.

São essas as minhas observações desarticuladas, evidentemente, mas meramente pontuais para entender como eu vejo esse problema de hoje e esse tema que os Srs. estão enfrentando.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que todos estamos muito agradecidos a sua proposta de discussão, porque eu acho que ela vem no sentido dos "position papers" que foram preparados e eu acho que estão todos preocupados com isso.

Wanderley instigou nesse sentido e eu ousei dizer que o Deputado fez uma belíssima exposição que tem até um caráter, ou ousei dizer, que seja um caráter histórico, porque eu acho que nós nunca vimos um representante do Poder Legislativo capaz de sintetizar com tanto brilho os impasses dessas desarticulações entre os poderes e da desarticulação federativa. Eu acho que não podíamos estar mais felizes com a sua contribuição para esse fórum, Deputado.

Passo a palavra agora ao Wanderley, que ia falar um pouco sobre o seu termo de referência, mas já que Nelson Jobim nos deu essa oportunidade única de discutir a incoerência com esses detalhes com essa precisão, eu acho que o Wanderley certamente vai querer conversar um pouco sobre isso e dar o pontapé inicial da nossa discussão.

O SR. WANDERLEY GUILHERME - Muito obrigado.

Eu poderia como eu devo começar, dizendo que estou convencido, deputado, estou convencido da complexidade que foi creio, a mensagem subliminar que nos foi transmitida no sentido de que percam todos os engenheiros institucionais as esperanças de que em suas pranchetas em curto prazo poderão organizar ou desenhar uma estrutura, a estrutura de um Estado brasileiro ou qualquer outro que possa superar as deficiências que este tem de maneira plena num curtíssimo prazo é importante que um parlamentar da altura, da competência, da seriedade, da honestidade do Deputado Nelson Jobim traga para nós as lições que ele vem recolhendo com argúcia e com inteligência na prática parlamentar, porque estou convencido de que qualquer esforço no sentido de planejar ou de se envolver com reformas do Estado e por Estado, o Deputado entendeu muito bem e isso inclui o Legislativo, Executivo e Judiciário, não apenas o Executivo como normalmente costuma-se simplificar esse tema tem que ser abordado com modéstia, com cautela, com modéstia, porque sabe que nenhum Estado contemporâneo sejam aqueles que detêm um pouco mais eficiência são mais eficientes, sejam aqueles que são definitivamente ineficientes, sejam aqueles que estejam passando por um período de transformação que faz com que uma certa taxa ou grau de eficiência histórica, que ele havia alcançado no passado, não muito longínquo, esteja em crise.

Estes resultados não foram obtidos, graças a aplicação coercitiva ou mesmo doutrinária, impositiva de nenhum conjunto de receitas, bebidas ou retiradas ou deduzidas quer o anuário de administração, quer de manuais de econo

mia, quer de manuais de política ou de sociologia.

Na realidade, os Estados contemporâneos foram resultados de aprendizado e ajustamento às condições de evolução e progresso dificuldades, crises, retrocessos. Nessas nações, o Estado americano e também não existe Estado 100% eficiente, é impossível se pretender realizar essa utopia de que um Estado 100% eficiente ou com 100% de eficácia, mas sim busca-se como ideais normativos que eles sejam mais eficientes possível uma vez identificados aqueles, nós ou aqueles segmentos que fazem com que sua eficiência esteja aquém que poderia ser, é isso que os Estados flexíveis, em termo de operacionalidade e instrumentalidade conseguem fazer nenhum deles os Estados escandinavos, a Bélgica, a Áustria, o Canadá, Nova Zelândia, Austrália, não foram Estados criados a partir de uma carta russoniana, na verdade eles são o depósito, o resíduo histórico das experiências de todos eles assim como nosso Estado, o Estado que está em crise, larga margem que seria o Estado legado pela legislação corporativista de vagas que foi construído na década de 40.

Eventualmente, ou às vezes, nós temos a inclinação de imaginar que os grandes estadistas que acompanharam Vargas, tinham um ponto na cabeça e criaram de chofre um certo tipo de Estado que foi aquele que nos foi negado a partir de 45, sabemos que não foi nada disso, alguns processos internos levaram ao contingenciamento de produção, isso levou a criação de institutos para administrar crises entre dificuldades e conflitos entre Estados, Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Sal, do Pinho, do Mate e tudo mais, foram

coisas que foram criadas por conta de conflitos que foram surgindo e emergindo à medida que o país desenvolvia e crescia e que viraram certos obstáculos e monstros institucionais do médio e longo prazo, mas não saiu da cabeça de ninguém "ex ant" da mesma forma até a própria legislação corporativista trabalhista se poderia pensar um pouco nisso, mas outros fragmentos do Estado brasileiro surgiram por contingência internacionais, por carências na década de 30, sobretudo, de recursos internacionais e dificuldades para a implantação de certos segmentos industriais desejados, como por exemplo, Volta Redonda não era uma decisão deliberada em 1929 ou 30 por Vargas, criar Volta Redonda, isso foi uma imposição das circunstâncias, o que se importou durante a década de 30, foi que havia uma concepção que se desejava fazer com o povo brasileiro, com o Estado brasileiro desejava-se uma sociedade tanto quanto possível autônoma, capaz de ter uma voz autônoma e não a reboque das potências da época e para isso era óbvio que necessitava, porque industrial diversificar a sua produção, educar sua população e uma série de necessidades, óbvio à época.

Havia, por conseguinte, antes de mais nada, um projeto, uma concepção no que se desejava como o ideal de sociedade de Estado não do ponto de vista instrumental, mas o ponto de vista simbólico de valores, o que se queria era um Estado capaz de conversar, se não arrogantemente, mas de maneira digna, com os países que eram mais ricos, era que desejava-se criar uma sociedade capaz de resolver um larga medida ou pelo menos corroborar para isso os problemas que sur

gem ao sabor do progresso material da sociedade e não ficar completamente sempre dependente dos externos e os favores externos.

Havia, portanto, um conjunto de opções no plano simbólico, no plano político de concepção de sociedade que orientava as opções instrumentais e operacionais que foram sendo tomados à medida dos recursos que o País detinha e na medida dos desafios nacionais e internacionais.

Então, o Estado legado por Vargas e criado durante a década de 30 e 40 foi fundamentalmente, eu diria, uma concepção que se desejava como para o funcionamento da sociedade brasileira que ficou, digamos, materializado ou embutida dentro daquela legislação, dentro daquela estrutura que nos foi legada. E isso que vem estando em crise da mesma vez.

Eu vou passar rapidamente por um outro exemplo, é que mesmo ainda dentro do período em que esta estrutura em seu escopo maior não e-tava totalmente comprometido como foi durante o período de Juscelino, conseguimos encontrar toda vez de novo uma liderança política, não apenas o Presidente, quer dizer, o líder máximo, mas o seu Estado Maior, que concebeu um novo passo, um passo adiante em relação a esse Estado brasileiro, a essa sociedade brasileira que tomaram uma série de decisões e opções no plano simbólico, do plano de valores, do plano dos objetivos e porque fizeram isso foram capazes de pelo menos, no núcleo razoável do poder, tanto do Judiciário, tanto do Legislativo quanto do Executivo, de criar aquela solidariedade, capaz de dar operacionalidade e coerência ao Estado, não fora isso e não teria sido possíí

vel obter o sucesso que Juscelino obteve durante a segunda metade da década de 50. É porque esta capacidade obviamente não era toda, uma parte do Estado foi entregue às feras, foi partilhada como preço a ser pago para que aquele núcleo que estava planejando pudesse operar coerentemente e com eficiência e isso foi feito na escala humana, na escala da falibilidade humana, mas, certamente, aquelas decisões, aquelas opções que aquele grupo fez foram capazes de criar a instrumentalidade para executá-lo.

O que creio problemático hoje no Brasil não é apenas o fato de que as nossas estruturas estatais, judiciais, legislativas e executivas estejam sofrendo uma série de erosões, uma série de deficiências e elas não consigam mais funcionar, cumprir minimamente as funções para as quais foram criadas e que um deputado aqui mostrou claramente o esqueleto do problema dentro do Executivo, ninguém se entende com ninguém, falta alguém ou um núcleo aglutinador que impeça este centrifugismo, isso de um lado.

Do outro lado, temos o problema da União, Estados e Municípios também inteiramente desarticulados.

Toda a intervenção do Deputado foi brilhantíssima em relação.

Mas quero chamar a atenção para um outro ponto, é que nós não temos o que vai ser necessário para essas opções, Deputado, é uma concepção de qual é o Estado e a sociedade que estamos desejando criar neste País porque sem essas opções será difícil escolher os instrumentos, eis aí o exemplo das privatizações.

Não é possível discutir os problemas das privatizações em abstrato, eu creio que a sociedade discute em abstrato, ela é um pouco masoquista, porque se alguém me dia, devemos privatizar a PETROBRÁS, eu digo, depende, a PETROBRÁS foi criada dentro de um contexto que tinha por certos objetivos um certo tipo de Estado, um certo tipo de sociedade e tudo mais, havia um projeto, havia uma conotação simbólica imediata, isto é um patrimônio da memória e da participação política nacional, houve muito conflito, então, é possível abrir mão disso, é claro, não podemos ser prisioneiros do nosso passado, mas não por conta de uma racionalidade contábil.

Eu quero saber dentro de que projeto de sociedade esta proposta surge como a mais adequada ou a mais coerente, ou a mais eficiente para que seja tomada, depende do projeto que seja apresentado.

Nós estamos não só em busca de instrumentalidade de reformas estatais, mas nós estamos em busca sobretudo de um projeto que substitua algo que foi se transformando e se adaptando às condições que também mudaram, mas que foi nosso, nós herdamos e herdamos muito bem e aceitamos desde 30 com as nossas diferenças, com os nossos partidos diferentes, mas, no fundo, havia um denominador comum que permitia fazer com que o conflito não passasse de certos limites em relação a este projeto.

Por isso, podemos caminhar e ter sido no século XX a nação que mais cresceu, se não estou enganado, se é que o Japão mais uma vez não me desmentirá, mas se não for o Japão, terá sido no século XX a nação que teve um crescimen

to maior por um maior período de tempo.

Isto não foi feito porque nós herdamos, fomos beneficiados por Deus, já fomos antes com as nossas riquezas, já tivemos a nossa cota de beneplácito divino, não foi por conta de nossas riquezas inexauríveis, não foi por conta de generosidade internacional, foi por conta de que tivemos um projeto que se adaptava e que conseguiu engajar a maioria relevante da população brasileira.

Não vou me estender muito porque a colaboração dos colegas são interessantes e importantes.

Mas eu queria falar um pouquinho só sobre o problema da autoridade em relação a eficácia.

Exatamente por conta do sucesso que nós tivemos ao longo desses últimos 50 anos, talvez 60, com seus altos e baixos, o que aconteceu é que a sociedade política brasileira, que é sempre uma fração da sociedade mais geral, sociedade mais geral é todo o mundo, sociedade política é que são aqueles atores, aqueles agentes, partidos, Executivo, Legislativo etc., os partidos políticos, grupos de interesse, os estudantes, sindicatos, o público atento, são aqueles que se interessam em ler jornal, saber o que está acontecendo e participam.

A sociedade política brasileira teve uma expansão extraordinária, galopante nos últimos 25 anos, de tal modo que foi incorporado como se sabe um norte que não existia, que não fazia parte da sociedade política brasileira, hoje faz parte com todos os seus problemas, faz parte do ponto de vista da participação político partidário eleitoral, faz

parte do universo econômico, faz parte do universo de conflitos, faz parte da geração desordenada que existe no País, a Região Norte que não existia foi incorporada ao País, ganhamos a Região Norte.

Mas, não foi só a Região Norte, incorporamos também o Centro-Oeste, o nosso faroeste, foi incorporado também à sociedade política.

E o que significa isso? O surgimento de grupos de pressão, o surgimento de conflitos que atingem o palco nacional, o plano nacional exigindo atenção, ainda se mata impunemente nesses lugares, mas não é que não se saiba, atualmente se sabe, continua um pouco a impunidade, mas agora, se sabe. Antigamente matava-se com impunidade, mas, ninguém sabia, hoje se sabe.

A sociedade política brasileira espalhou-se, cresceu enormemente e em relação a ela o Estado brasileiro permaneceu o mesmo, o que significa dizer que do ponto de vista real ele diminuiu, nós não temos um problema de Estado gigante no Brasil neste ponto de vista, nós temos um problema de Estado deficitário no sentido mais elementar da palavra Estado, ou seja, aquilo para o qual ele foi criado, ou seja, levar justiça e segurança às populações que pagam imposto, que pagam tributos nesse sentido o Estado brasileiro é mínimo, no pior sentido da palavra, porque a sociedade política cresceu e ele continuou pequeno como era, não há justiça no Centro-Oeste, não há justiça no Norte, não há segurança no Centro-Oeste, não há segurança no Norte.

Vamos descer, na medida em que pelas suas fron

teiras começa a ser desacreditada, as próprias instituições estatais pouco a pouco começam a ser desacreditada, as próprias centros e é isto o que está acontecendo hoje no Brasil, ou seja, o governo brasileiro não tem eficácia porque não tem capacidade de fazer com que suas leis, decretos sejam acatados se cumpridos pela população, simplesmente não tem, as taxas de sonegação, as taxas de rebeldia, de insubordinação social, quer dizer, alguma coisa, quer dizer que ninguém acredita que em algum momento terá que se ver a sério com a justiça. Isso se torna extremamente perigoso.

Extremamente alarmante o fato de que nas últimas pesquisas que o IBGE conseguiu fazer a respeito de conflito, vitimização, justiça e tudo mais, tenham encontrado que grande parte, cerca de 66 a 67% das pessoas que responderam, sim, se estiveram ou não envolvidas em algum tipo de conflito no País, disseram que não procuraram a justiça. As razões foram porque buscamos outras instituições que tanto pode ser a igreja como podem ser as organizações clandestinas e também por temerem represálias, ou seja, o Estado não garante que aquelas pessoas que identificaram qualquer ilegalidade se cumprisse o seu dever cívico de informar a polícia, a justiça, se ela teria a proteção suficiente para continuar a ser um cidadão.

Certamente os colegas aqui sabem, mas, é bom enfatizar, os direitos de cidadania no Brasil, os mais elementares, eles existem e são exercidos estratificadamente, seria ingênuo pensar que nas áreas carentes do País, das grandes cidades do País, para não me referir a Região Norte e a

Centro-Oeste, seja válido e legítimo para todo mundo aquilo que aparentemente desde o século XVIII é válido para qualquer sociedade.

A saber o direito de ir e vir não existe nas favelas cariocas, nas grandes periferias de São Paulo, Bahia, Pernambuco, não existe o direito de ir e vir sem passaporte, sem autorização dos proprietários ilegais, dos grilheiros criminosos.

Não existe direito de opinião, ninguém pode emitir a sua opinião sobre o modo pelo qual aquela Associação de Moradores que é controlada por um traficante ou um bicheiro é administrada, não tem o direito de organização, não pode organizar uma associação alternativa, competitiva.

Os direitos fundamentais da cidadania democrática, liberais, não existe para uma parcela considerável da população brasileira é a isto que me referi autoridade para eficácia, enquanto não houver autoridade aí posta, autoridade do do Estado, da justiça, da segurança para garantir esses direitos elementares eu não acredito que nenhum projeto de grande reforma ou de grande modernização econômica dê certo.

Enquanto não se recuperar uma concepção de Estado capaz de convencer não só a mim e ao Deputado Nelson Jobim, na concepção de futuro de Estado e sociedade, mas a essa população que são os consumidores, consumidores de mercadorias e consumidores de leis que devem consumir essas leis e que por elas se pautaram, eu acho que esse é um dos nossos problemas fundamentais.

É nesse sentido que eu estava fazendo a provo

cação para pensarmos qual é o Estado, qual é a sociedade que nós queremos em algum momento chegar até ela para que possamos discutir um pouco mais de concretude e com critérios de decisão quais são os instrumentos mais adequados, os instrumentos são vários.

Muito obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que dois "papers" foram especialmente voltados para as questões que o Deputado Nelson Jobim levantou aqui, o do Rafael e do Regis.

Como o Deputado está com um pouco de pressa, gostaria que levantássemos rapidamente aqui algumas questões sobre o tema para que o Deputado Nelson Jobim tivesse oportunidade de responder.

O SR. - Eu ouvi um canto costumeiro na exposição do Jobim, nos comentários instigantes do Vanderley a propósito do que você falou.

Acho que você traçou um quadro de realidade, evidente pela sua vivência que é contemporânea no exercício constitucional e acredito que tenha sido uma experiência relevante para você fixar os pontos que você abordou.

Acredito que isto é um dado da nossa realidade, você traçou um quadro efetivo de como é que as coisas funcionam por alguma razão histórica, quer dizer, você traçou um quadro de desfecho e que dificilmente são revisíveis no estágio que estamos.

Recordo-me de diversas funções sobre a elaboração da Constituição de 88 e evidentemente que o primeiro desejo era se fazer uma Constituição inteiramente fundada em

princípios e que deixasse os futuros alternativos para serem construídos em vez de fixas uma determinada correlação de força e algumas regras que se estratificassem para sempre. O que todo o conjunto constituinte queria era isso, queria a estratificação naquele dado momento de uma maioria eventual, fixar uma regra que fosse imutável, quer dizer, era uma espécie de aprisionamento do processo histórico, a tal ponto que a partir de certa hora fica inteiramente impossível definir-se uma Constituição enxuta, e a princípio todo mundo dizia: queremos uma Constituição enxuta, queremos uma Constituição de princípios e acaba uma Constituição transbordante e longa, porque é isto, é desta maneira que a representação política se exprime e é assim que ela entende que deva ser jogado esse jogo.

É curioso, que eu fiz parte da Comissão Arinos e na Comissão Arinos que não tinha representação política nenhuma, portanto, tinha uma liberdade de operação política enorme, o texto da Comissão Arinos tem, pelo menos, 480 artigos, essa coisa se transportou por pequenas reuniões de pessoas que faziam quase que diletantemente um anteprojeto à Constituição, de modo que isto é um dado da vida brasileira e que na verdade se resolveu com muita precisão, ninguém queria ir a voto em ponto polêmico nenhum da Constituição, ninguém sabia direito as votações polêmicas propriamente em que iam dar, a diferença de votos eram pequenas e na verdade todo o mundo preferia transferir a questão para uma lei complementar que retardasse o processo decisório.

Mas, de qualquer maneira estratificaria uma

coisa ou outra, de qualquer maneira você teria no processo de decisão uma estratificação daquele momento, daquele dado momento uma determinada maioria operando em circunstâncias muito peculiares, quer dizer, uma Constituição democrática depois de anos de uma Constituição autoritária.

Mas foi uma manifestação a mais democrática que eu vi no País, uma participação enorme, uma mobilização fantástica, o texto constitucional foi elaborado ao longo de mais de um ano e só foi concluído pelas concepções que foram feitas sem votação, na verdade de retardamento das opções que estava ali e é mais ou menos o quadro que estamos encontrando agora, quer dizer, talvez até com intensidade no sinal trocado, quer dizer, hoje, muita coisa que está escrito lá um desejo muito forte de derrubar, mas também por motivações estritamente circunstanciais.

Como eu participei muito agudamente do Capítulo da Seguridade Social que hoje é um dos que está mais ameaçado de troca.

Outro dia conversávamos, a Sula, o Luiz e eu que tivemos uma participação maior na elaboração deste Capítulo, a minha sensação é a seguinte: o Congresso votou a Seguridade Social sem saber bem o que estava fazendo e está disposto agora a alterá-la sem saber também exatamente o que está fazendo. Realmente, são coisas de modismos.

Mas acho que é a partir disto que está aí, o Deputado tem uma representação vinculada a uma determinada corporação de interesses ou a uma determinada região, isto é um dado da representação política brasileira.

Que nós vamos ter sempre constituições longas, vamos ter, a tendência a estratificar decisões por maioria circunstanciais sempre vamos ter, é nesse quadro de referência que acho que não conseguiremos mudar isso é um pouco o fundamento da cultura política brasileira, é difícil de mudar, os partidos são frágeis mesmo, é um dado da realidade dificilmente vamos conseguir.

O processo político brasileiro é um processo aberto, exige um esforço de diálogo e de reconstituição quase constante e permanente.

É muito difícil você conseguir impor qualquer coisa a essa sociedade que é rpofundamente heterogênea, profundamente diversificada e hoje profundamente organizado que é um fato novo no processo político brasileiro.

Os grupos sociais têm uma organização efetiva e estão presentes com um poder de veto enorme, quer dizer, não digo nem que tenham o poder de construir proposta, mas um poder de vetar propostas muito grande.

Então, nesse quadro do real vamos ter que operar dentro de uma reflexão sobre essas circunstâncias, qual é o tipo de Estado que vamos ter, qual o tipo de Federação que vamos ter, qual o tipo de relação Estado sociedade que vamos produzir.

Acho que um avanço realmente fantástico é o avanço do fortalecimento da idéia democrática. É claro que a travessa e limita a capacidade de iniciativa do Executivo, limita e contém a capacidade de iniciativa do Legislativo e até do Poder Judiciário, quer dizer, este é um fato real.

Evidente que o que seria ideal é que se tivesse se uma Constituição extremamente frouxa que permitisse pelo jogo do próprio processo se avançasse decisões aqui e lá sem estratificação nenhuma, mas acho que isto é uma coisa irreal e na posição de Relator da Revisão Constitucional você vai ser empurrado para tomar opções e não para deixar aberto opções.

Se percebe que no processo da Revisão Constitucional é trocar o sinal que está escrito, quer dier, onde está estatiação privatiza, onde está isto troca, quer dizer, é o mesmo defeito de visão do processo político e do processo histórico com o sinal trocado, é dizer assim: a Seguridade está generosa, vamos torná-la menos generosa.

O Estado intervém muito, o que é curioso, porque que a regra de intervenção do Estado no poder econômico não existe nesta Constituição e existia desde 46, uma regra explícita que o Estado pode intervir na vida econômica, essa não tem, uma curiosidade desta Constituição que é considerada da intervencionista estatizante, esta regra não consta, quer dizer, está implícito, já houve quem sucitasse perante a justiça que o poder de regulamentar preços fosse suprimida nesta Constituição.

Então, se tem as áreas de monopólio que correspondem, eu diria em alguns casos até monopólios naturais, algumas coisas são por definição monopolista, como é que se vai fazer distribuição de energia alétrica competitiva numa determinada área, é complicado de perceber isso, mas a movida da de tudo isso, quer dizer, é uma troca do mais por menos

na Revisão Constitucional, me parece que não adianta nada se estratifica uma outra coisa, mas é o que se vai ter que enfrentar.

E a dificuldade que vejo, na verdade, é de que maneira você torna eficaz as decisões de Estado numa sociedade com a qual você tem que negociar, a meu ver, hoje tudo, não digo nem que seja somente com a representação política formal, mas com os atores sociais reais.

E, de que maneira você dá representação neste jogo, nesta conversa que a meu ver é um processo constante e permanente, como é que você dá a voz aos que têm escassa representação política? Este, a meu ver, é um dos dados fundamentais desta equação, porque os organizados seja do capital, seja do trabalho, tem uma presença fortíssima no processo qualquer que seja o desenho constitucional que você dê, eles são atores reais e têm o poder de veto ou de mobilização de decisões públicas fortíssimas, quer dizer, onde fica a representação dos que têm uma presença menor no formato do sistema econômico e social do País? Como é que se dá isto? A meu ver, passa a ser o grande e relevante papel do Estado em defesa do bem comum, quer dizer, representar esses interesses escassamente presente no jogo político.

A trajetória política brasileira do ponto de vista da democracia, me parece que não há a vista nenhum tipo de ameaça ao seu curso, ela introduz um dado de inverteza obrigatória, portanto, de negociação constante e permanente e nós vamos ter que viver com isso, quer dizer, a prática vai ser mais importante no texto, de certa maneira é o que esta

mos vivendo hoje. Você pode definir uma política de salário que você queira, é capaz da vida derrogá-la; você pode definir uma política de preço, fixar, controlar etc., e a prática, é um pouco a questão que o Vanderley levanta do problema de autoridade.

Mas isto é um dado, a autoridade imposta é muito difícil de você torná-la eficaz no contexto brasileiro. Então, é uma questão de um reaprendizado da burocracia pública interior, dos quadros políticos e da representação política que, evidentemente, está comprometida no processo de eficácia das suas decisões, quer dizer, você vê o Congresso Nacional não traduz o sistema de poder efetivo e concreto da sociedade, quase como se estivesse à margem e o debate das grandes questões nacionais acaba não passando lá que é como você diz, o Congresso acaba desempenhando um papel de representação de micros interesses sem uma grande participação nas grandes decisões políticas que passam para o Executivo e com tendências do Executivo fazê-la de dentro para fora como acaba de acontecer agora.

O plano econômico do Fernando Henrique, por quem eu tenho um apreço especialíssimo, é um plano imposto à sociedade e que vai ter dificuldades imensas, senão de aprovação, mas, sobretudo, de implantação, qualquer mecanismo de resistência ele está comprometido.

Esperar que a sociedade vá aderir a um projeto no qual não teve minimamente participação e podia ter tido, acho que o esforço da negociação, as instâncias políticas acabam não fazendo, quer dizer, acabam precipitando os

projetos e proposas sem o longo percurso da negociação, que é um exercício extremamente difícil para quem exerce autoridade pública.

A tendência que você, sem ser messiânico, sem querer ser salvacionista, você acaba se arrogando a uma posição hierárquica em relação aos protagonistas sociais.

Mas acho que as questões que você levanta são de uma realidade absoluta, acredito que seja muito difícil, vamos ter quase uma reformulação do quadro da cultura política brasileira e a partir dela e que acho que vamos ter que operar e pontuar todas essas dificuldades acho fundamental, porque a gente não trabalha em cima dos ideais de partidos de representações.

Mas, fiquei profundamente feliz com a sua exposição, muito tempo que não se ouvia uma exposição ordenada como a que você fez, ao contrário do que você falou, você fez uma exposição extremamente bem articulada, por modéstia você disse que eram notas tumultuadas, mas ela foi excelente e eu fico extremamente feliz, porque vi o seu início na Constituinte de 86 e você, realmente da geração de políticos que emergiram na vida pública como Constituinte você certamente é um marco a nos dá ânimo, a nos dar fé no processo político.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Rafael, muito obrigada.

Antes de passar a palavra ao Regis, gostaria de anunciar que estamos com problema de tempo, o Deputado Nelson Jobim não pode ficar conosco todo o tempo necessário, então, gostaria de sugerir que aqueles que têm pergunta, que

encaminhasse, por escrito, enquanto o Regis faz seus comentários.

Estou sendo um pouco arbitrária na escolha, é porque as notas que o Regis entregou tem muito a ver com isso, com idéia explícita de forças centrífugas no Executivo, com os problemas da organização do presidencialismo brasileiro, com autonomização dos Ministérios e das agências no interior do Executivo e trazem também uma proposta que acho que é também uma proposta do Renato que é de discutir os pactos minimalistas.

O Vanderley colocou esse problema do pacto no fundo de um projeto nacional que daria respaldo para as soluções administrativas, negociações complexas, mas na verdade existe também na discussão essa proposta muito interessante de que talvez pactos minimalistas, pequenos acertos, concertações que poderiam levar também a um resultado positivo.

Passo a palavra ao Regis, pedindo que seja breve para que possamos ter tempo de incluir outras perguntas.

O SR. REGIS - Vou tentar ser bastante breve.

Tenho a impressão que o debate tem uma dimensão metodológica, como proceder na discussão desse tema e uma dimensão substantiva, o que propor, como pensar substantivamente a reforma do Estado.

A primeira questão é a questão de vincular propostas que tenhamos para a reforma do Estado a macro projeções que tenhamos para o País, tenhamos nós sociedade brasileira.

Temos essas projeções que nos permitem pensar

de maneira realista, viável e responsável as nossas propostas, como eu digo no meu pequeno "paper", ousarei dizer que sim.

Eu ousou dizer que sim, seja porque constatamos a existência de certos concensos que se formam pouco a pouco na sociedade brasileira, seja porque se não somos capazes de demonstrar claramente a existência desses concensos bastante consolidados, mas temos obrigação de fazer algumas hipóteses plausíveis sobre aquilo que desejamos para o futuro, porque de outra forma estaremos paralizados em nossa reflexão sobre a reforma.

Mas acho também útil e muito brevemente dizer alguma coisa sobre este projeto nacional.

Nós estamos falando aqui de amplos concensos, ou seja, nós não podemos confundir as projeções do projeto nacional com um programa de governo.

São concensos, por outro lado, se constitui como sedimentações de longo prazo da interação de atores relevantes, é algo assim como um processo sem sujeito, é algo que ao longo do tempo e sob o teste das restrições econômicas sociais internas e externas, sob o teste dos acertos e fracassos das lideranças entre os agentes relevantes vão pouco a pouco se fixando como valores e como metas. É disso que se trta.

Eu acho que já há, embora isso dependa a partir de certo momento do processo de desenvolvimento, isso depensa que alguns atores principais no sentido não só de relevantes, mas como principais da cena nacional, os adotem como

bandeiras e os materializem em programas de governo e ainda que isto não tenha acontecido entre nós, acho que é possível falar assim, de algumas orientações, macro orientação que podem nos orientar nessa reflexão sobre a reforma.

Estou me referindo a 4 ou 5 pontos, o que nós queremos? Nós queremos uma sociedade política democraticamente organizada, nós queremos uma economia de mercado crescentemente integrada ao circuito internacional; nós queremos uma forte presença do Estado na área social e em tarefas de planejamento indicativo, estimulação, regulação da economia, forte presença do Estado nisso, o que não se confunde com estatismo.

Nós queremos uma reduzida, não sei até que ponto reduzida, isto está em aberto, mas uma reduzida participação do Estado no setor produtivo e nós queremos um sistema presidencialista de governo, eu mesmo não gosto deste sistema, mas é o que aparentemente se fixa no nosso horizonte, pelo menos no nosso horizonte de médio prazo.

Agora, porque isto tudo, a meu ver, configura um pré-projeto nacional, pelo esboço de projeto nacional? Acho que em parte por algumas das razões que o Vanderley estava mencionando.

O que significa uma opção democrática amplamente concensual? Significa uma recusa da ditadura, significa opção por uma sociedade politicamente autônoma, livre de risco de golpes ou de ameaças de golpes, na qual os principais agentes já não incorporam em seus cálculos estratégicos a alta probabilidade de uma intervenção militar.

É isto, é uma opção extremamente profunda, ampla e eu imagino que ela se esteja consolidando pouco a pouco entre nós.

Opção pelo mercado. Também isso significa em certa medida uma opção pela sociedade economicamente autônoma que quer andar por seus próprios passos, fazer suas próprias opções estratégicas.

Forte presença do Estado na área social. Isso é uma opção pela dignidade nacional. É uma opção pelo cumprimento das promessas de respeito aos direitos que a democracia traz.

Enfim, o presidencialismo. O presidencialismo deve ser renovado entre nós, isto é o corolário de todas as outras opções, se nós desejamos o presidencialismo nós temos de pensar outro presidencialismo não aquele que tivemos até agora.

Sobre isso eu queria falar um pouquinho passando a algumas pistas sobre o que a meu ver é razoável pensar no campo das reformas.

São duas coisas basicamente o que eu queria dizer: primeiro, é que a reforma do Estado é instrumento fundamental no processo de construção do novo País que nós desejamos.

Uma segunda proposição nesta reforma do Estado ganha enorme relevância se não mesmo prioridade, as mudanças que conduzem a ampliação da capacidade de governo.

Eu queria submeter essas duas idéias a vocês porque elas me parecem bastante defensáveis.

Algumas pistas sobre isto é pensar sobretudo os instrumentos que possibilitem aumentar a capacidade de governo.

Vou cortar alguns raciocínios intermediários, vou diretamente ao ponto. Nós temos aí que pensar a recuperação da capacidade de governo dentro de um sistema presidencialista nas novas condições de opções nacionais que são as nossas. Esse é o contexto em que devemos pensar esse tipo de problema.

É necessário pensar primeiro em que é o presidencialismo e segundo como é que nós estamos nesta coisa.

O presidencialismo, como é notório e sabido, é um sistema de governo no qual os dois poderes principais envolvidos no processo de governo, vamos deixar o Judiciário de lado por ora, o Poder Legislativo e o Poder Executivo são independentes.

Várias palavras têm sido utilizadas para descrever a relação entre eles, vários autores nos Estados Unidos sobretudo é competição, é polarização, é independência, é exterioridade etc.

Mas isso tem uma consequência importantíssima a colaboração entre os dois poderes necessárias para o bom governo não é decorrência do ordenamento constitucional, não é uma decorrência natural como o parlamentarismo é um ordenamento constitucional.

O Executivo não é emanção do parlamento, de modo que a colaboração é indispensável para o bom governo ser construída, deve ser batalhada, deve ser reconstruído o

tempo todo e, em consequência disso, os resultados dessa interação entre os poderes é incerto, pelo menos tem uma alta taxa de incerteza, diferente mais uma vez do parlamentarismo, onde as decisões tomadas no Executivo tem uma forte probabilidade de serem aprovadas no parlamento. Esse o primeiro ponto.

Um segundo ponto o presidencialismo gera no seu interior tendências centrífugas a um grau crescente de autonomia de ministérios e agências. Isto se deduz de um modelo típico ideal que se possa construir, que se possa deduzir logicamente, modelo construído dessa forma gera esse tipo de tendência.

Isso se verifica historicamente nos Estados Unidos, isso dá muita dor de cabeça, isso se verifica entre nós, isso dá muita dor de cabeça para os presidentes, hoje, nos Estados Unidos, sempre deu, continua dando e é um problema para nós.

O que eu quero dizer é o seguinte: é que o equilíbrio teórico entre os poderes também não é natural no presidencialismo, ele tem que ser batalhado, ele tem que ser obtido através de um esforço constante e sistemático de coordenação interna dentro do Executivo. Mais uma vez um tema que o Deputado expressou bem.

E, finalmente, justamente porque o processo decisório no presidencialismo tem um desenlace incerto, uma alta taxa de incerteza e porque ele envolve dois atores, dois poderes principais ele se escancara para a penetração cada vez mais generalizada e intensiva de "lobbies" públicos e pri

vados. Ninguém pensaria em fazer "lobbies" em Westminster, não se faz "lobbies" em Westminster, quem quer fazer "lobby" na Inglaterra vai lá no Executivo, em Westminster, não dá para fazer, porque as coisas chegam lá já muito decididas, quer dizer, num grau de elaboração e de decisão bastante alto.

No presidencialismo, não, é por definição, não estou dizendo que é mal, eu não estou sequer denunciando a dificuldade de relação entre o Executivo e o Legislativo, não estou denunciando, estou descrevendo, também não estou dizendo que é mal que o processo decisório público esteja aberto à influência dos "lobbies", porque é natural que seja assim e acho que pode ser bom em certas circunstâncias.

O que eu quero dizer é que esses processos se não contravestados, senão tomamos conhecimento de que o presidencialismo deflagra, detona esse tipo de processo, nós podemos ser vitimados por ele.

Acho que o Brasil em consequência de tudo, eu vou terminar passando por cima de uma porção de argumentos paralelos, vou terminar dizendo o seguinte: as reformas do Estado brasileiro que conduzem a uma recuperação suficiente da capacidade de governo, envolve de maneira esquemática 3 reformas:

Primeiro as reformas que conduzem a um aumento da capacidade de negociação do Executivo no Legislativo, porque a negociação é a palavra chave, Rafael tem toda razão, como é que se articula o Executivo ao Legislativo? Negociando, essa é a forma substantiva através da qual a articulação se dá, antes não era assim, antes a articulação se dava por

cooptação por lotização de cargos, aliás, até hoje continua a ser, isto tem que mudar. A articulação, a colaboração necessária não pode mais basear-se fundamentalmente na cooptação pontual, ele tem que se basear numa negociação tão programática quanto possível, jamais será inteiramente programática no presidencialismo, mas tão programática quanto seja possível.

Este é o ponto, recuperar a capacidade de negociação. É claro que a negociação é a negociação deferida no tempo, você não negocia esta medida e depois aquela medida, você negocia uma série de medidas idealmente, eu quero dizer, você negocia séries de políticas que compõe mais ou menos uma linha de orientação política através da qual o governo constitui a sua colisão, é isto.

Então, primeira coisa, aumentar a capacidade de negociação do Executivo que hoje é muito baixa; segundo lugar, aumentar a capacidade de coordenação interna, estou indo exatamente na linha do Deputado Jobim, concordo inteiramente com ele sobre isso, são dois problemas de articulação, uma articulação negociada com o Legislativo, outra uma reararticulação coordenada de Ministérios e agências internas, não através de um órgão superior que burocraticamente imponha procedimentos para que o Presidente saiba de tudo, não é isto?

Nos países que nós estudamos agora, recentemente, numa pesquisa que fizemos, em todos eles há órgãos que institucionalizam esta coordenação, ao invés de deixar os problemas chegarem ao nível do Presidente pessoalmente e se

rem solucionados por uma penosa arbitragem pessoal dele, não pode ser assim e não é assim, a não ser claro nas grandes questões, mas normalmente, não deve ser assim.

Finalmente, maior resistência do Estado às pressões externas, mas sobretudo as pressões de "lobby" públicos, prefeitos e governadores.

Qual é o segredo? O segredo é capacitar o Executivo Federal e dizer não quando é necessário dizer não, só é possível dizer não quando há boas razões, porque de outra forma o outro saíra dizendo o seguinte, ele está cntra mim, ele está querendo favorecer o meu amigo.

Dizer não fundamentalmente significa não posso, porque as minhas prioridades não são essas.

É preciso, portanto, basicamente nesse "front" definir prioridades e ater-se a elas, falar é fácil, mas é preciso falar de qualquer maneira.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Muito obrigada.

O SR. - Qual a sua posição na Revisão Constitucional sobre as formas de controle na administração pública direta sobre a indireta à luz de decisões do Superior Tribunal de Justiça que anulou determinação do Ministro de Educação ao Reitor da UnB que visava rever a decisão administrativa que concedeu a URP em fevereiro de 1989 a todos os funcionários da instituição, que foi feito no descumprimento do parecer normativo.

O Tribunal entendeu que em virtude da autonomia administrativa da UnB não poderia o Ministro rever o ato, em virtude de seus poderes limitar-se à coordenação e fisca

lização.

O SR. - Eu não acredito muito em me  
canismos externos de consistência.

Veja bem, uma coisa que o Vanderley falou so  
bre o problema da segurança no Brasil. Falar em segurança no  
Brasil a tendência que tenho assistido, inclusive partici  
pei no debate no Ministério da Justiça, a tendência e a maxii  
mização dos aparatos repressivos, como se este negócio funcioo  
nasse, ou seja, quando nós começamos a recorrer a maximiza  
ção dos aparatos repressivos e também a esses mecanismos de  
controle, nós estamos tentando, por fora, obviar uma dificulu  
dade que nasce no leme interno, que é exatamente essa falta  
de consistência referida pelo Regis.

Então, não diria que nós deveríamos na Constii  
tuição Federal fazer opção desse tipo, nós iríamos deixar is  
so exclusivamente para os mecanismos definidos na estrutura  
da administração pública.

Agora, veja bem, quando você vê os conflitos  
que se passa que se dá hoje entre a existência do poder noru  
mativo da Justiça do Trabalho no que diz respeito as relações  
trabalhistas que é algo que foi introduzido no Brasil por  
obra do Oliveira Viana, foi exatamente Oliveira Viana, como  
Procurador do Ministério do Trabalho que trouxe ao debate e  
conseguiu introduzir o poder normativo da Justiça do Trabau  
lho.

Hoje o que é que acontece? O poder normativo  
e a capacidade interventiva da Justiça do Trabalho acabou dii  
ficultando o surgimento de mecanismos de transação entre os

setores capital e trabalho, porque sempre tinha a forma de fugir à Justiça do Trabalho.

O que é que aconteceu? Estratificou um tipo de ação, eu não creio Henrique, que nós podemos caminhar por esse tipo de visão, nós temos que enfrentar os conflitos.

Vou dar um exemplo rápido, hoje se discute sobre a reforma tributária, a tese da reforma tributária que num ponto de vista tem três controvérsias, três áreas litigiosas, que é o conflito entre o Estado e o contribuinte, primeira área litigiosa.

Segunda área litigiosa: o conflitos entre a União, Estados e Municípios.

Terceira área litigiosa: o confronto entre regiões do País, fundamentalmente Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Para dar um exemplo deste mecanismo litigioso, fala-se entre as várias hipóteses de alteração tributária de se criar um imposto sobre o valor agregado que seria nada mais, nada menos do que a reunião do ICM com o IPI, isto em princípio atenderia o primeiro litígio, que era o litígio entre o Estado e a sociedade, entre o contribuinte, no sentido de reduzir o número de impostos etc., etc.

Mas, se isso é verdade, nós temos que olhando já pela perspectiva do segundo conflito, nós vamos verificar o seguinte: na medida em que você integra na base do ICM o IPI para transformar no valor agregado você está transferindo o IPI para os Estados e na medida em que transfere para os Estados você deduz o aporte no fundo de participação

dos municípios e do Estado no qual participam o Imposto de Renda e o IPI, logo esse problema estabelece um conflito entre os Estados produtores com os Estados da tese distributivista que dependem no seu orçamento basicamente, principalmente os municípios dos aportes do Fundo de Participação dos Municípios nos qual o IPI tem uma contribuição expressiva.

Se esse conflito é verdade no segundo tema, também é verdade no terceiro problema, porque a natureza produtiva, pelo menos de produtores de riqueza dos Estados do Sul e a natureza consumidora dos Estados do Norte.

Uma coisa curiosa, o Rio Grande do Sul, por exemplo, na palavra do seu governador e também os Estados do Sul têm uma visão em relação aos Estados do Nordeste brutalmente maluca, eles falam que realmente a União, no Orçamento da União, os investimentos do Norte e Nordeste, realmente os números coincidem com a afirmação de que haveria uma transferência da renda do Sul e Sudeste para o Norte e Nordeste etc. etc.

E, paralelamente os governos também sustentam e a tese geral é que não pode se exportar impostos, porque senão os nossos produtos ficavam não competitivos no exterior.

Mas tentem falar, por exemplo, uma coisa que os governadores do Sul não falam que é a brutal transferência de renda do Norte e Nordeste para o Sul produtor, quando a tese do ICM é a competência do ICM Estado de origem ou Estado consumo, ou seja, na medida em que exporta algo do Sul para o Nordeste transfere-se para o Sul além do custo do pro

duto, o valor do mercado, transfere-se também o imposto que é da competência do Estado de origem. Se você vai falar isso para os governadores do Estado do Sul eles ficam enlouquecidos, ou seja, é permitido a transferência da poupança do Norte na satisfação de imposto do Sul, mas é proibida a transferência de receitas do Sul para o Norte produtivo, ou seja, se nós não identificarmos esses conflitos nós vamos ter uma imensa dificuldade de administrar.

Agora, o Vanderley matou a questão junto com o Regis, se nós não conseguirmos formular um projeto nacional que seja o retorno dessas opções políticas futuras e, principalmente, maximizador da nossa capacidade de dizer não, porque quanto mais não tivermos projeto nacional mais nós vamos ter a captura do Estado pelo setor dos insumos, principalmente, pelos fornecedores, ou seja, a captura pela burocracia e a captura também pela aliança brutal entre a burocracia e os fornecedores.

Hoje, a capacidade de dizer não do Estado é mínima, porque não temos nada consensuado no que diz respeito a um projeto mínimo que seja nacional.

Tenho ponto de vista firmado de que a qualidade de vida que é exatamente o que o nosso Regis estabeleceu quando colocou as suas três opções primeiras no sentido a opção democrática, no sentido a opção pelo mercado, no sentido pela opção pela presença do social, isto significa o seguinte: que ele está comprometido em estabelecer qualidade de vida política, qualidade de vida econômica e qualidade de vida social.

Este conjunto de qualidades significam que além da liberdade democrática, significam três coisas: emprego, renda e serviços públicos.

Como é que se produz, como é que se obtém em empregos, renda e serviços públicos para resolver esta qualidade de vida? Só se obtém isso através de investimento privado. E, como é que se obtém investimento privado? Através de um critério de segurança que seja ditado por um projeto na cional.

É inviável pensar em investimentos privados dentro de um Estado em que não há segurança nenhuma nas regras contratuais, em que as regras do contrato se alteram ao bel prazer da evolução ou involução do déficit público. Ora, na medida em que isso acontece o setor privado recua, porque não tem segurança nenhuma de que seus contratos que são fixados em investimentos de média de longo prazo para um retorno de 5 ou 10 anos eles vão operar aonde? No plano de curto prazo e aí o Estado passa a ser alvo dessa captura que é a captura de fornecedores, é a captura das corporações e a captura de desconjuncto da sociedade.

Em síntese, dizendo que nosso problema hoje no Brasil, de um Brasil basicamente urbano, você tem 5 universos em que o homem urbano possa resolver esse seu problema de emprego e de renda.

Esses 5 universos me merecem típicos e o nosso Vanderley citou um que determina uma distorção enorme no processo das relações sociais brasileiras.

Primeiro, o setor privado. O setor privado é

o universo para solucionar o problema do homem urbano que é a remuneração. O homem urbano resolvendo o seu problema de remuneração, resolve o seu problema de sobrevivência. E onde ele resolve isto? Resolve primeiro no setor privado. Aquilo que o setor privado não absorve acaba sendo absorvido na tentativa de absorção pelo setor público.

Todo conflito existente de prefeituras do Nordeste, acaba a prefeitura do Nordeste no sentido do empreguismo nordestino não ser necessariamente e só exclusivamente um clientelismo patrimonialista, não, é também uma forma pelo qual se assegura sobrevivência de um determinado tipo de cidadão que não tem espaço no setor privado e não vai querer que o sujeito se mude ou vai ter que ir para o Rio de Janeiro, para um outro espaço que nós vemos a seguir.

No terceiro espaço e o Vanderley tem um "paper" há alguns anos sobre essa análise impressionante!

O terceiro espaço é o setor da economia informal, de uns anos para cá, dizia o Vanderley, os espaços públicos foram capturados por prestadores de serviços informais, o sujeito que limpa o teu carro, que cuida do teu carro e que tem uma forma de remuneração e que tem que ser uma fórmula inclusive obrigatória de remuneração pela eventual lesão ao teu patrimônio que pode causar pela não participação desse pacto informal.

Então, você tem esses três: privado, público e o informal, não tendo solucionado o seu problema na remuneração nesses três espaços, seguramente o homem vai para o quarto espaço que é da marginalidade organizada, vai para o

jogo do bicho, ou seja, o jogo ilícito, ou para o tráfico de drogas.

Lá as regras completamente distantes e, digamos, isolantes destas regras que participam em cima, regras muito agudas, extraordinariamente eficazes no que diz respeito aos desempenhos de papéis no setor da criminalidade organizada.

Eu conheço muito bem isso, porque trabalhei em processos criminais.

E, o último espaço que o personagem pode ter é a criminalidade informal, ou seja, individual, ou seja, o pequeno furto, o pequeno roubo.

E qual é a tendência hoje da discussão do nexo de relação desses 5 universos? É que esses universos de cima, ou seja, os que participam do universo de cima querem criar cada vez mais barreiras no sentido da comunicação dos universos de baixo.

A economia informal fica numa zona gris, em que é tolerado, mas quando se fala em segurança pública, quando se falta em tudo isso, nós queremos é criar uma grande barreira neste espaço, mas sempre sem consensuar qualquer projeto nacional. Por que? Porque estes espaços já estão ocupados por aqueles que capturaram o Estado.

Fica muito difícil a gente conversar esse tipo de coisa, porque a primeira coisa que se fala em relação à Constituição é a história da prisão do poder cautelar, do poder cautelar de prisão à polícia.

Os segundos espaços de guerrilhas que se quer

se dar as polícias militares, como se esta fosse a forma de resolver os dois espaços.

Estes personagens estão aqui porque aqui não podem estar, e como eles não querem a opção de morrerem no cemitério, eles tem que escolher o espaço que lhes sobra dentro da organização da sociedade que são exatamente esses espaços explorados por esses setores.

Peço desculpas, mas tenho uma reunião na liderança e preciso me afastar.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Mais uma vez muito obrigada pelo privilégio de ter você aqui tanto tempo e de maneira tão produtiva para nós.

Estou inteiramente de acordo que na Constituição, inclusive, perdemos a oportunidade de dizer ao Nelson Jobim, mas talvez muitos dos problemas da Federação pudessem ser resolvidos se nós tivéssemos incluído na Constituição este princípio da subsidiaridade, porque ele é um princípio dinâmico, ele induz muito mais a processos do que a dogmas sobre como distribuir os recursos num país tão heterogêneo.

Gostaria de dar a palavra ao Reginaldo, pedindo que seja breve, não porque isso seja um dogma, mas porque quanto mais tempo tivermos para discutir, melhor.

O SR. REGINALDO - Gostaria antes de agradecer em nome do Paulo o convite que o IPEA fez e transmitir as desculpas do Paulo, porque, infelizmente, ele não pôde vir, tinha realmente compromissos que não podia deixar de comparecer.

Também queria dar uma satisfação, você está

fazendo uma certa panfletagem aí, não foi essa a intenção da panfletagem, embora ela não tenha nenhum mal específico. O objetivo é que talvez como corolário de tudo que se propõe, da posição do Instituto, é exatamente o conteúdo da cartilha que estamos distribuindo, agora a segunda cartilha com a força sindical na tiragem de 2 milhões de exemplares em todo o País.

A primeira edição foi agora, a segunda edição até o final do mês.

Para mim vai ser uma responsabilidade muito grande de tentar transmitir o pensamento do Paulo e um pouco do nosso pensamento de modo geral.

Vou tentar ser conciso e acredito que a nossa contribuição aqui ao fórum talvez ela seja realmente muito ousada, ou muito abusiva na medida em que ela foge um pouco aos parâmetros do que se colocou até agora aqui nas intervenções feitas.

De qualquer maneira acho que de alguma forma ela foi complementar o que foi colocado e muito bem colocado que não ousaria nem levantar nenhum tipo de objeção.

Quando se fala no Estado, Estado brasileiro, temos que falar também dessa figura geral, figura maior do Estado, desde a sua formação, processo de transformação que o Estado de modo geral no Brasil e lá fora no mundo vem sofrendo em função da própria realidade e, também, considerar o fato que o caso brasileiro, a nosso ver, não é um caso exclusivo, único, ele é um caso que de alguma forma encontra paralelo em outros países, em outros continentes e de certa

forma ele reflete inclusive essa tendência que é hoje muito mais comum, muito mais nítida da internacionalização.

O Estado de modo geral, ele surgiu Estado-Nação, com sistema capitalista e com a formação de nossas nacionalidades, ele já trazia, nesse processo nos últimos dois séculos, esta semente transnacional dentro dele.

Nesse processo os impérios espanhol, holandês, inglês, francês, alemão, soviético e o império americano, quer dizer, há uma tendência na própria formação do Estado de se extrapolar além da nação, além das fronteiras de se transnacionalizar este Estado.

Talvez, até hoje, ele não tivesse desenvolvido mais esse processo porque ele teve como um papel talvez prioritário essa administração do conflito capital trabalho.

Tanto no Brasil, ao longo da história, como nos outros países você vê esse conflito sendo o elemento fundamental que norteou o papel do Estado e, daí, que esse Estado de repente se torna um Estado fiscal, um Estado com atribuição fundamental de tentar amenizar esse conflito entre capital-trabalho, tentando eventualmente redistribuir uma riqueza que é gerada e mal distribuída, mal compartilhada.

Acontece que estamos percebendo nesses últimos 20, 30, talvez até 40, mais recentemente, nas últimas duas décadas, é que a natureza desse conflito está mudando muito.

O trabalho que servia o capital hoje me parece que não é mais aquele trabalho que nós imaginávamos, um trabalho manual, um trabalho mecânico e sim ele passa a ter

outro tipo de natureza que é o trabalho de serviço, o trabalho de um produto muito mais privilegiado, mais sofisticado que é a informação, o trabalho do conhecimento, e essa relação desse trabalho de conhecimento com o capital mudou completamente, então, o capital passa a servir ao conhecimento.

Então, esse conflito tende, gradualmente, a implodir-se e começa a aflorar uma série de outros conflitos que vão surgindo nesse processo, mudando a natureza do conflito, a natureza dos elementos em conflito, muda também um pouco a natureza desse Estado, esse Estado que passa a ter que administrar novos elementos em conflitos que não são mais o capital-trabalho e sim as organizações. As organizações locais, comunitárias, organizações regionais, econômicas, sociais todos os tipos de organização até supranacionais.

Então, aí entra um papel bem diferente do Estado, foi muito bem colocado aqui, o Dr. Guilherme quando fala desse processo adentrando no IAA, criando IAA, IBC, esses órgãos todos tentando administrar setores organizados da sociedade, que, na verdade, já embutiam esta semente de que algo estava mudando nesse processo e o papel do Estado estava mudando.

Então, nesse sentido, nós podemos até imaginar que o Estado muda a sua natureza e não diríamos que com isso nós teríamos uma diminuição do conflito capital-trabalho que hajam no fim da história, mas pelo menos, dessa história de conflitos de ideologias que se referia a esses últimos dois séculos, que dizer, esse conflito de ideologia passa a perder totalmente o sentido. Assim, nós entraríamos nu

ma fase nova que é muito difícil se vislumbrar com precisão, que seria o que nós falávamos no Instituto brincando, em pós-capitalismo, pós-liberalismo, essa mania de nomear as coisas, mas é uma nova era que vem a partir de...

Acho que dentro dessa visão é que nós podemos começar a ver aonde o Brasil está nesse processo todo.

Três fenômenos vem acontecendo nessas últimas duas décadas que é uma tendência de retorno às suas raízes, às origens dos indivíduos, ao cidadão que com o Estado fiscal que foi criado esses anos todos, ficou extremamente relegado o Estado fiscal, que é o que existe hoje no Brasil, que é o que existe na grande maioria dos países, mesmo dos países desenvolvidos fracassou na sua tentativa de redistribuir renda e ele puxando para si todas as atribuições de resolver esse conflito ele ficou mega-Estado, um Estado muito forte, muito poderoso e assumindo a execução de todas as tarefas que havia necessidade de se realizar.

Então, o internacionalismo e o regionalismo, o tribalismo compreendido como ressurgimento de comunidade, quer dizer, nós vamos pegar agora no "peter brook", nesse "paper" pequeno que mandamos, essa idéia do tribalismo no sentido de retorno à comunidade, retorno ao cidadão.

O Estado fiscal e o executor de tarefa, mediador de um único e grande conflito capital e trabalho para ser administrador de conflitos no âmbito das novas organizações e comunidades ele perde muito a sua função, ou perde muito a sua eficácia, melhor dizendo.

Aí o Estado é que tem que mudar de lugar, não

É mais este Estado que tem que assumir a responsabilidade pelo social, a reassumir a responsabilidade pela produção, assumir a responsabilidade pela administração de todos, é um Estado que não tem que definir como a sociedade tem que se organizar, ao contrário, ele será consequência da organização da sociedade.

Ele cede lugar a uma nova característica que é o gerenciamento e como provedor de meios, não meios necessariamente como recursos embora num processo de transição poderia ser os recursos, mas os meios, a criação de ambiência para que a sociedade possa aumentar a sua própria produtividade definida aqui como melhoria de qualidade de vida dessa sociedade.

Permanece, então, um Estado menor, pequeno, mas com atribuições muito mais definidas, especializadas e nessas atribuições ele é forte.

Com essa visão deste Estado, a gente embucha 3 princípios básicos: um é o princípio da subsidiariedade que colocamos nesse pequeno "paper", que é um princípio aliás, que na Suíça é consagrado desde a formação da Suíça, através dos Cantões, a comunidade faz tudo que o cidadão não tem condições de fazer.

O Estado federado, no caso o Brasil, atua naquelas áreas onde as comunidades, os municípios não conseguem atuar e a União se especializa nas questões que exigem um poder maior em que os Estados federados, as comunidades e os cidadãos não podem fazer, uma posição muito mais liberal seria dizer que não preferem fazer, mas na verdade é que

não podem fazer, talvez até preferissem ou não tenham interesse naquele momento. Talvez o Estado criando ambiência algumas tarefas do Estado que não podem ser feitas passariam a ser interessante serem feitas pelos cidadãos, pelos Estados, pelos municípios.

Essa subsidiariedade iria muito longe ainda na medida em que você entra nas organizações transnacionais, nas organizações internacionais, nas formações dos grandes blocos geopolíticos, é que podem responder por tarefas ou por atribuições que os Estados federados ou nacionais não tenham sozinhos condições de realizar.

O segundo princípio fundamental é o princípio do retorno a essas raízes, quer dizer, nós vemos de um lado o internacionalismo, os transnacionalismos, a questão do regionalismo, o regionalismo dentro das fronteiras regionais, ouvimos o Deputado falando sobre esta questão das regiões e a questão das comunidades locais, a revalorização do cidadão. Quer dizer, o Estado fiscal fracassou nesse lado, o cidadão ficou totalmente marginalizado.

A questão exatamente não é como nós vamos adequar nossas instituições dentro da formatação que o Estado brasileiro tem hoje para atender as necessidades do cidadão, ao contrário, acha como é que vamos chegar diretamente ao cidadão transferindo para este cidadão efetivo poder, poder que está extremamente concentrado no Estado no caso brasileiro federal.

Então, nesse caso a cidadania deixa de ser um conceito abstrato, mas bastante visível através do poder que

o cidadão adquire, um poder político em que ele passa a controlar o processo político e, justamente aí você tem a reforma político-partidária principalmente a questão do voto distrital. Quer dizer, o cidadão adquire com o voto distrital um poder maior que hoje ele não tem nenhum.

Na área social, hoje, o cidadão não tem nenhum poder, eu digo aquele grande extrato da população que está com a sua cidadania colocada em último grau, esse não tem poder social nenhum, não tem poder sobre a sua educação, educação de seus filhos, saúde, etc., porque o Estado com tantas atribuições ele não é forte, ele é muito fraco e não executa direito nenhuma dessas atribuições a que ele se propõe executar, e aquela grande massa não tem acesso aos benefícios sociais, aos seus direitos mais elementares.

E o poder econômico, isso nem se fala, não vamos nem colocar, mas só para lembrar, o poder econômico ele não tem nenhum poder de capital, nem coletivamente. Se nós pensarmos FGTS, INSS, que poder econômico tem o trabalhador com FGTS e INSS? Nenhum, não tem nem lastro.

Nós acreditamos que este segundo conceito tem que nortear qualquer reflexão sobre o Estado.

Existe um terceiro conceito que é o da eficácia que é mais ou menos corolário a esses dois primeiros. Na medida em que não enfraqueça o Estado, mais do que já está, pelo contrário, eu fortaleço o Estado muito mais do que ele é hoje, mas reduzindo as suas tarefas dando a ele condições de criar ambiência e não executata tarefas, permitindo que ele seja o provedor de meios para que a sociedade possa

crescer, ele nesse caso especializado será muito mais eficaz e a sociedade eficaz por interação com a sociedade.

No caso brasileiro, por isso coloquei a cartilha à disposição dos Srs., o Instituto Atlântico Paulo tem algumas propostas muito claras, muito menos institucionais e muito mais práticas de políticas na área econômica, na área social que possam conduzir, aí sim, a um fortalecimento institucional.

E, nesse caso, nós temos a transferência de poder para o cidadão, através de comunidades, municípios, Estados federados, o primeiro passo seria realmente passar uma borracha ou resgatar o que é possível do Estado e resgatar o patrimônio desse cidadão.

Então, nós temos aí o acerto de contas, que vocês poderão verificar aí, temos a reforma tributária associada ao pacto federativo, ou seja, a reforma tributária tem que pensar nesse conceito de subsidiariedade.

De forma que, eu acredito que o problema que o Deputado levantou ali dos conflitos regionais em relação ao IPI, ICM, tenho a impressão que o fracasso do Estado está exatamente em administrar este conflito.

Então, se for feito uma reforma tributária nesse princípio de subsidiariedade, pensando no princípio do cidadão, aí é muito mais viável nos estabelecermos um pacto federativo que contemple o novo Estado que se imagina vai surgir nesse processo.

Fundamental mudar algumas instituições do Estado como o Banco Central autônomo, a reforma política e eu

diria aqui, porque já estou premido pelo tempo e muita gente tem que falar, estamos passando o Brasil a limpo, de uma so ciedade, numa nova era.

Acho que temos que tentar fazer esse esforço pensar um Estado que não temos ainda uma idéia exata do seu desenho, mas já sabemos o que o atual Estado não está conse guindo realizar, cumprir.

Nossa tarefa nesse momento é abrir caminhos para o melhor controle do cidadão, quer dizer, o cidadão ter um controle sobre a sua poupança, sobre seus recursos, sobre seus direitos e o passo inicial a nosso ver é a Revisão Cons titucional, ela é fundamental não para criar gargalos, não para fechar alternativas exatamente para abrir portas, abrir alternativas que poderão ser desenvolvidas no futuro.

De maneira geral, é essa a singela colabora ção que nós tínhamos para oferecer.

Obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Faltou o capitalismo popular, mas acho que estava embutido um pouco na sua idéia.

O SR. REGINALDO - Capitalismo popular, só pa ra se ter uma idéia, se nós hoje fizermos o acerto de contas e recapitalizássemos através do acerto de contas os fundos sociais, você teria exatamente um capitalismo popular, porque você teria FGTS, INSS e os Fundos de Pensão que hoje existem como um estoque de capital que em 15, 17 anos, no Brasil, re presentaria algo otimisticamente da ordem de 850 bilhões de dólares e, pessimisticamente, dependendo do crescimento do PIB da ordem de 350 a 450 bilhões de dólares, isso em 15

anos, é um estoque de capital bastante apreciável e que se ria de propriedade, estimando um crescimento da massa trabalhadora em 2% nós teríamos algo em torno de 35 milhões de trabalhadores detentores desse capital que dava algo a 3.8 por família, 125, 130, 140 milhões de brasileiros de todas as capitais para uma população de 230 milhões. Este é o capitalismo popular.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que isso é que é o Estado pós-capitalista do Peter Drek, que está em questão e que de certa forma o Paulo está propondo, eu estou só lembrando aqui é a idéia de que a ausência de capital externo como elemento financiador do desenvolvimento, que esse é um problema grave que o Brasil tem enfrentado, pelo menos é isso que entendi, poderia ser suprida por uma liberação do mercado financeiro e por novas engenharias em torno de um mercado de capitais com a economia popular.

Acho que isso é importante de ser trazido aqui, porque tenho ouvido, por exemplo, do ex-Ministro das Finanças do Peru, do Fugimore, que fez a estabilização já um trabalho muito importante do ponto de vista político de montagens dessas estruturas a nível latino-americano.

Enfim, é uma proposta que está na ordem do dia e que acho mereceria uma discussão maior.

Obrigada.

Passo a palavra à Sula.

A SRA. SULA - Peço desculpas por não ter entregue previamente o "paper" que trouxe hoje, mas vou desenvolver algumas idéias em torno a um tema que chamei "Dilemas

do Estado de um Pobre País Viável". Porque quero reunir ao mesmo tempo a condição da pobreza brasileira com a condição de sua viabilidade.

Eu começo fazendo uma apresentação obviamente estilizada das idéias dominantes no Brasil sobre os diagnósticos do estado atual do Estado brasileiro e as direções de de se<sup>u</sup>ejadas para sua reforma.

Na primeira, é que há um questionamento, uma visão consagrada que constata a crise do Estado desenvolvi mentista e a maturidade empresarial do setor privado, ambos os fatos são verdadeiros. Porém, se extrai desses fatos a ne cessidade de retirar da estratégia do Estado da base produti va e aí o conceito de privatização, ao que vou voltar mais tarde, a privatização recomendada está baseada numa visão me ramente patrimonial que contribuiria a curto prazo para a re dução do déficit público, embora as evidências apontem que as privatizações realizadas não tenham tido nenhum efeito fis cal, mas que depois disso deslocaria o Estado a médio e a lon go prazo para as suas legítimas atividades relativas a infra estrutura social com a qual nós todos concordamos.

No plano fiscal, o diagnóstico corrente é de excesso de carga tributária brasileira, isso passa por toda a sociedade, apesar da evidência internacional contrária que prova que a carga brasileira é baixa e pouco dinâmica.

Os problemas mais graves, normalmente não a pontados se localizam na distribuição das incidências tribu tárias por bases demasiadamente estreitas e insuficientemen

te representativas da riqueza nacional.

Disso resulta uma percepção paradoxal de que a carga tributária é alta pelos que pagam imposto, quando, na verdade ela é baixa e mal distribuída.

Eu também queria dizer que vou centrar a minha reflexão hoje sobre a questão dos recursos desse Estado.

Por esse diagnóstico também amplamente difundido a crise fiscal brasileira ela não resultaria da insuficiência de receita, dado que a carga fiscal é considerada suficiente sendo apenas fruto dso freqüentes desvios de recursos, da ineficiência e do gigantismo estatal.

Existe também associado a isso, uma visão peculiar de federalismo que foi consagrada na Constituição de 88, que declara que foi correta a descentralização de receita do Governo Federal para os municípios, não para as áreas metropolitanas onde se localizam espacialmente os grandes problemas nacionais, mas para os municípios de pequeno porte, faltando nessa visão apenas a correspondente descentralização dos encargos de governo que se supõe que pudessem ser definidos de forma rígida.

Esse é um problema a que novamente vou voltar.

A visão corrente desconsidera ou minimiza o papel do governo central na formulação e financiamento de políticas de equalização fiscal voltadas para a garantia de mínimos em termos de necessidades básicas e que requerem o papel redistributivo da União.

Desse ponto de vista uma competência residual do governo no sentido da subsidiariedade, dado que nós não

somos suíços, deixaria no subsidiário a maioria da população brasileira.

Esse é o problema da desproporção pela qual, obviamente estou de acordo com o princípio da subsidiariedade, mas ele se aplica muito pouco a um país onde a maioria da população não consegue resolver no momento, por sua conta seus problemas, portanto, seria subsidiária na sua visão.

Nesse mesmo conjunto de idéias na praça, a Previdência Social é percebida como uma ameaça ao equilíbrio financeiro da União, apesar das decisões constitucionais já implementadas que elevaram e diversificaram as suas fontes de receita.

Face ao avanço dos direitos sociais, que também é diagnóstico corrente, reconhece como excessivo, a privatização aparece como solução reservando-se para a União um programa em termos de Previdência de garantia de mínimos e também o estoque atual de beneficiários do sistema da ordem dos 13 milhões de benefícios pagos anualmente.

Embora não associada a questão federativa, o meu amigo Rafael me ensinou em 86, e eu vi isso, que a Previdência tem sido parte relevante da política de acomodação dos interesses regionais e de transferência negociadas em Estados não alcançados pelas transferências constitucionais dos Fundos de Participação.

De modo que, uma visão de Federação apenas centrada na questão estritamente fiscal tributária seria uma visão imperfeita dado que ela deixa de contemplar o papel acomodador de interesses e dos recursos transferidos pela Previ

dência Social aos Estados e Municípios por conta dos gastos de saúde, dos gastos de assistência social.

Face a essa descrição estilizada, eu gostaria de contrapor alguns conceitos mais elaborados e uma visão da complexidade das mudanças que eu considero necessárias ao plano econômico para o Estado que nós queremos.

Vou partir daquilo que é visão corrente na prática da idéia de modernidade, da idéia de globalização e de integração competitiva, quer dizer, ao contrário do meu caminho, do meu percurso usual que parte da reiteração ética dos direitos sociais e dos recursos tributários para fazer frente a isso.

Vou partir da idéia da modernidade em que vou tentar mostrar e que se nós tivermos uma indicação de um projeto futuro que venha no momento não como um projeto nacional, mas como tendências de grupos, ele acaba requerendo uma modernização da infra-estrutura econômica e da infra-estrutura social com pré-requisitos que repõem a condição de reiterar a importância do Estado financiador direto, ou indireto, tanto do ponto de vista da política social, como também do ponto de vista da infra-estrutura econômica.

O problema é que no Brasil essas questões da modernidade e da infra-estrutura social elas estão muito esgarçadas e o caminho é um caminho difícil de soldagem de interesses contraditórios entre agentes econômicos e sociais, regiões, classes sociais, grupamentos profissionais.

Mas vou partir da idéia vigente da aquisição de competitividade por parte do País.

Em primeiro lugar, se nós aceitamos a idéia, e estou inteiramente de acordo com vocês, de uma nova ordem econômica, o setor público deverá assumir um papel em que ele não mais se atribui a precedência sobre o setor privado em termos econômicos e ele tende a ser mais gestor e menos interventor.

Desse ponto de vista eu queria só chamar a atenção que tem que haver uma nova institucionalidade coerente com as mudanças necessárias nas estruturas de decisão e gerência não só no setor público, mas naquele setor privado que durante muitos anos se alimentou da renúncia de arrecadação do Estado.

Desse ponto de vista uma mudança nas relações Estado-mercado requer um novo Estado, mas ela também requer um novo mercado e isso é uma coisa que considero absolutamente importante.

Como para uma visão de competitividade a longo prazo a questão da estabilidade é fundamental, tem que se trocar a volatilidade institucional e de recursos dominantes por esquemas mais orgânicos dirigidos indiscriminadamente e abertamente ao setor público e ao setor privado e norteados pela maior permanência e estabilidade institucional.

Quer dizer, o que eu estou propondo deste ponto de vista é democratizar o acesso ao Estado, ao setor público e ao setor privado. Acho que isso é um requisito importante para aquisição desse atributo de competitividade.

Isso cria, ortanto, um conceito de privatização que é diferente da visão meramente patrimonialista que

tem dominado o debate de vendas de empresas estatais e trata-se de criar uma nova polaridade não entre a propriedade pública e propriedade privada, mas entre a abertura de um setor, a concorrência, tirando ele do monopólio.

Quer dizer, o que eu considero privatização é submeter um setor seja ele um setor público, ou setor privado às regras da concorrência.

Todos os setores estatais privatizados na Inglaterra, onde se encontram bons desempenhos, foram aqueles em que se os submeteu a concorrência.

Quando se substitui meramente o monopólio público pelo monopólio privado o efeito é extremamente nefasto em termos dos ganhos no sentido do interesse da comunidade e dos consumidores.

Então, desse ponto de vista, para mim, é menos relevante se se privatiza no sentido da alienação patrimonial ou não, mas que se abram esses feudos que antes eram ocupados pelas empresas do setor público e por que não, também pelas empresas do setor privado.

Porque no mundo internacionalizado as regras, são as regras da concorrência e não há como se furtar disso.

Nesse sentido, eu diria, que é preciso tomar cuidado, porque para aquisição de competitividade talvez seja necessário conservar algumas empresas como estatais, se elas são parte de cadeia de custos relevantes, estão na origem de cadeias de custos relevantes, elas podem na ponta diminuir a condição de competitividade das empresas privadas que transitam no cenário internacional.

Também, no caso de certas empresas como a PETROBRÁS, além de todas as razões que o Vanderley apontou para que pelo menos a gente reflita cuidadosamente sobre essa questão, eu queria lembrar que a PETROBRÁS exerce um papel junto com a Vale do Rio Doce, fundamental na geração de divisas, portanto, ela é um elemento cotidiano da política macroeconômica de geração de reservas para o governo brasileiro, reservas cambiais.

E, essas questões macroeconômicas devem ser consideradas se a gente que leva a privatização ligada a questão da eficiência e da eficácia de um modelo que ainda não vejo como claro, como um projeto nacional, mas de tendências de modernidade no sentido aceito por todos, eu diria que indiscriminadamente, que olha o mundo como um mundo aberto interdependente, internacionalizado.

Isso significa que os recursos fiscais, o Estado fiscal tem que ser revisto, não só no sentido de talvez rever o seu redistributivismo na direção de atenuar os conflitos capital-trabalho, mas ele também tem que ser revisto no sentido dos incentivos, da sua política de incentivos, que antes era uma política importante, e, eu diria que desse ponto de vista os acordos, os pactos terão que ser minimalistas, nós não poderemos mais financiar programas, mas temos que financiar projetos, projetos mobilizadores que possam caminhar e se aglutinar no futuro na direção desejada.

Lembro, também que no cenário de futuro o Estado moderno dos países avançados tem tido um papel fundamental do financiamento de sua política tecnológica quer direta

mente através de empresas, quer através de institutos de pesquisas, quer através de política de compras dirigida ao setor privado.

Desse ponto de vista cabe reiterar a necessidade de recursos em mãos do Estado para que o futuro seja o futuro desejado pelo empresariado privado.

Eu diria que além disso, passamos então as questões de uma nova ordem social, primeiro a questão tributária e depois a questão dessa nova ordem social no sentido mais amplo.

Em primeiro lugar, isso repõe a questão da necessidade de recursos por parte do Estado.

Eu noto, embora a gente possa fazer as mudanças no sentido de ganhos de eficiência do Estado, acabar com o gigantismo, acabar com os feudos, as políticas salariais corporativas e favorecidas, a proteção social extremamente desigual e heterogênea, sempre sobrarã a este Estado uma função financiadora da política tencológica, uma função financiadora daqueles projetos modernizantes do setor privado que se quer incentivar no sistema internacional.

Isto coloca um problema para as propostas de reformas tributárias que estão na mesa, além de todos os problemas para o novo arranjo federativo que todas elas significam, na grande maioria, pelo menos, redução da carga tributária.

Quando a Receita Federal codificou a carga tributária hoje em 25% a maioria dos próprios projetos hoje apresentados à discussão, além de terem implicações federativas

não exploradas, minimizadas como se fossem um problema menor elas implicam em redução ainda maior da carga brasileira que é a mesma dos anos 70.

Quer dizer, mesmo no estado mínimo, que eu prefiro que seja um Estado forte, ele precisará de recursos e não serão somente recursos destinados a redistribuição de natureza social.

Por outro lado, há um problema complicado que a estrutura federativa em termos de distribuição de recursos ela não corresponde a estrutura federativa em termos de distribuição de encargos, mas não no sentido convencional em que isso é usado de que a União perdeu receita e não transferiu os encargos aos Estados e municípios, houve uma transferência principalmente aos municípios, os Estados ficaram mais ou menos na mesma, mas os municípios mais beneficiados não são aqueles que são essenciais para a criação das condições da competitividade sistêmica.

E aí eu queria explicar um conceito que gosto de adotar nessa discussão do Estado que nós cremos que é um conceito de competitividade que difere um pouco do conceito de competitividade a curto prazo normalmente apresentado à discussão.

A idéia a curto prazo é aliviar as empresas de todos os seus encargos e deixar que elas fluam para o cenário internacional a preços mais baixos uma vez que a carga tributária diminua, obviamente que estou de acordo com isso, mas o problema fundamental é de atrair capitais e eu acho que os capitais internacionais estão inteessados no Brsil, as em

presas multinacionais estão aqui, já declararam que continuarão a estar e que querem usar o Brasil, porque nós somos país pobre, porém viável, no sentido de sermos o capitalismo avançado na América Latina e termos, por esta razão, uma projeção no MERCOSUL, no MERCONORTE, no NAFTA, superior a qualquer outro país da área.

Então, nesse sentido há um interesse das multinacionais continuarem a sua trilha de investimento que já é muito antiga no Brasil.

Mas, para isso, elas requerem como foi dito pelo Professor Vanderley, como foi dito por várias das pessoas que me antecederam, requisitos de estabilidade e esses requisitos de estabilidade significam em primeiro lugar a garantia de condições de vida mínima no sentido da segurança nas grandes cidades e, entretanto, a Federação que nós temos desconsidera a questão das regiões metropolitanas.

Então, "small is beautiful", é uma maravilha mas tem uma hora que "small is beautiful" se juntam num "big ugle", e é desse "big ugle" que a gente precisa tratar, porque as empresas se estabelecerão nos grandes centros, nas grandes cidades, a não ser que elas sejam eventualmente agroindústrias, precisarão de sistemas de telecomunicações avançadas, sistema de esgoto, estrada, sistema financeiro, mas também infra-estrutura econômica e também infra-estrutura social.

Como todo mundo sabe, que eu tenho a soja, onde ela está sem um corredor de exportação, ela chega no mercado internacional a um preço muito mais alto do que ela de

veria chegar e os outros produtos brasileiros idem, idem.

Então, nós temos um problema de sermos um país nacionalmente integrado do ponto de vista político, até eu acho um milagre a sobrevivência do Brasil, mas cada vez mais desintegrado em termos da infra-estrutura que é pré-requisito para esse projeto de modernidade que todos os liberais defendem.

Então, eu diria que essa infra-estrutura econômica requer a presença direta ou pelo menos a capacidade de financiamento do Estado, eu sou a favor de todas as concessões, parcerias, terceirização, flexibilização tudo que se queira, mas isso vai esbarrar primariamente numa questão de recursos e de financiamento que continuará sendo estatal.

Em segundo lugar que não se minimize o papel da educação e dos gastos sociais como pré-requisito para aquisição da competitividade do sistema e do mínimo de paz social. E, aí nós chegamos a questão dos gastos sociais e a questão da seguridade social como um todo.

Eu diria o seguinte: num país pode enfrentar o desafio da modernidade se não houver uma universalidade da educação e uma reforma educacional profunda no Brasil, financiada, normatizada, regulada pelo Estado brasileiro.

Isso é nos países, nas decisões das multinacionais de instalação muito mais importante do que a questão da capacitação convencional da mão-de-obra, porque, todo mundo sabe que a flexibilização mudou os requisitos do trabalho vem da sua capacidade de intervenção no processo produtivo, que deriva de uma mudança no sistema educacional, portanto,

países candidatos a modernidade são também aqueles países que dispõe de uma boa infra-estrutura social e de um bom sistema educacional modernizado.

Obviamente que isso implica em reiterar a necessidade da proteção social, nós começamos de uma situação de pobreza em que a não concessão de mínimos por parte do governo e eu acho que tem que ser governo central, porque em todas as federações o papel de homogeneização e redistribuição mínima é do poder central.

E é exatamente por isso, em certos casos que do ponto de vista fiscal a federação se constituiu para fazer esse papel distributivo além daquilo que as instâncias locais do governo podem fazer na garantia dos direitos universais da sua cidadania.

Isso também acaba sendo uma condição de estabilidade política, econômica e social para que aqui possa prosperar e o crescimento se restabelecer os indivíduos que são hoje apenas cidadãos nessa escassa proteção dada pelo Estado, poderão também ser contribuintes do sistema tributário e do sistema de seguridade social.

E aí, sim, num futuro bastante remoto, o Estado poderá talvez exercer um papel de subsidiaridade dentro de um país rico, viável e integrado às tendências mundiais.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Sula, muito obrigada, nós estamos avançando muito bem no sentido de um consenso que eu senti até agora a despeito do que nós estamos tratando com correntes diferentes, nós temos uma corrente que se diz pós-liberal, acho que o pós é ótimo, quer dizer, você

vê o pós-liberal acho que já é um caminho para alguma coisa que nós podemos buscar concordância.

A SRA. SULA - Você pode me qualificar como pós juráica.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que esse pós já pode ser um ponto de ligação, porque na verdade, enquanto nós tivermos polaridade tão grandes fica às vezes difícil vo  
cê produzir políticas.

Ouvindo o Vanderley hoje, esta manhã, me ocor  
reu algo sobre o qual tenho pensado muito que é esse proble  
ma do projeto nacional de 30 e de como pagamos muito caro po  
liticamente por um dissenso que estava presente o tempo todo dentro do Estado e que não se resolveu até 64 e que em 64 re  
solveu da maneira que não sabemos, quer dizer, nós tínhamos uma corrente liberal que saiu de Break Mudis e que saiu do Estado, quer dizer, a corrente Bulhões Gudin estava dentro do Estado brasileiro competindo com a corrente intervencio  
nista getuliana, juscelinista ou getuliana que vêm a dar no mesmo.

É um liberalismo embutido na máquina que na verdade quando toma o poder é para negar o próprio projeto, então, acho que temos que pensar sobre isto, se na verdade essa crise não fez emergir de novo essa dualidade.

De certa forma o que eu sinto aqui é que nós chegamos a conclusão, pelo menos parcial sobre idéia de um Estado mínimo, acho muito interessante porque pode chegar a isso pro vias diferentes, mínimo, mas forte.

A idéia da integração competitiva que o Regis

lembrou, quer dizer, aqueles princípios que você jogou na mesa, acho que estão muito convergentes e acho que a Sula trouxe uma série de questões, o problema da internacionalização do novo modelo, portanto, a idéia de que é um Estado que não está ainda definido nos seus contornos, porque não depende também de nós, é um processo muito maior que nós, um pouco espremido entre o localismo, as tendências tribais e a internacionalização, acho que são pontos extremamente delicados do ponto de vista estratégico e as questões que a Sula levantou acho que houve um avanço grande na colaboração no sentido da definição das funções. Eu tenho impressão que boa parte dessa crise ela vem muito do fato de que nós temos nos recusado a fazer um certo dever de casa que consiste em dizer o seguinte: o que é que essa instância central vai fazer? Porque nós estamos tão envolvidos com a idéia de federação como de centralização, acho que é um consenso nacional isso que nós na verdade não nos permitimos discutir a federação, que a Sula lembrou muito bem, como centralidade, porque o Brasil é o único país do mundo que defende federação como descentralidade, não há nenhum outro caso. Nós começamos de cabeça para baixo. Então, nós definimos federação como apropriação para baixo e se realmente nós não soubermos o que fazer eu acho que o que o governo federal deve fazer nós vamos ter um problema sério.

Eu acho que o Deputado Nelson Jobim trouxe também aqui idéia que a centralidade não é só o Poder Executivo, é também Legislativo e também Judiciário, portanto há uma margem dessas dificuldades a todas as articulações.

Só para não me estender, mas acho que a Sula trouxe a idéia de que o Estado deve ter um papel na ciência e tecnologia, isso é mundial realmente, e na educação e so bretudo a questão do financiamento da infra-estrutura.

Eu acho que esse é o ponto crítico da discus são, não estamos conseguindo assumir o papel econômico, por que isso é econômico, seja como financiamento, seja como in vestimento, então, quando nós dizemos não vai ter papel eco nômico, não estamos levando em conta a meu ver um fato de que esse país é um país muito jovem e muito imaturo na sua infra-estrutura e na sua densidade pública.

Portanto, essa idéia que acho que precisa ser mais discutida aqui hoje é o papel da infra-estrutura e, so bretudo, acho que um ponto fundamental a idéia de federação como correção de desequilíbrio.

Então, isso eu acho que é realmente um proble ma sério na engenharia federativa porque, na verdade, essa heterogeneidade que o Rafael lembrou bem, ela dificulta mui to a simplificação, princípios simples de definição, o muni cípio vai fazer isso, o Estado vai fazer aquilo. Então, essa subsidiaridade que acho que não é incompatível, a meu ver, absolutamente, ela vai dar muito mais trabalho.

Eu senti muito aqui nas expressões do Nelson e também nos comentários do Rafael, uma coisa convergente, o seguinte: tudo é muito complicado, porque tudo é muito gran de, então, os atores se multiplicam.

Existe um problema aí d e matriz, a matriz do processo é muito complicada, não adianta querer dizer que

com princípio único nós vamos resolver.

Enfim, passo a palavra ao Vanderley, para nos trazer aqui uma discussão que é importante, que é a do planejamento, acho que o Rafael não falou sobre isso, vamos ainda voltar a esta questão, mas queria antes introduzir o mini "paper" do Amadeu que acho que toca muito neste ponto que foi um ponto importante aqui lembrado por várias pessoas.

O SR. VANDERLEY - O Eduardo Amadeu enviou um "paper", mas adoeceu às vésperas de vir para cá e não pôde vir, mas como é bastante interessnte, rapidamente poderei ler para os colegas:

"Este "paper" tem um caráter meramente indicativo de algumas mudanças que poderiam aumentar a eficiência da ação do Estado no Brasil. Face a premissa de tempo para a sua preparação, as propostas não passam de dez, grosseiras, que poderiam ser refinadas e aprofundadas em futuro.

Algumas das idéias referem-se a princípios gerais para uma ação mais eficiente do Estado, enquanto outras são propostas de natureza mais pragmáticas.

Informações para formulações de políticas, esse acho um ponto importantíssimo que não vi em nenhum outro trabalho.

A existência de informações atualizadas é um pré-requisito fundamental para a tomada de decisões.

O sistema de geração e de fusão de informações estatísticas no Brasil, principalmente aquelas que dependem da ação do Estado é muito precária.

Isto obviamente leva a análises e proposições de políticas inconsistentes com a realidade de um lado e de outro a inconsistência entre propostas oriundas de diferentes segmentos no governo e da sociedade baseadas em informações ou fontes diferentes.

O ruído na geração e difusão de informações se deve essencialmente a dois fatores: primeiro, o completo desbaratamento do IBGE, que faz com que não se possa conduzir sequer análises estruturais com dados de periodicidade anual ou quinquenal para não falar de análises conjunturais que dependam de dados mensais.

Segundo, a proliferação de fontes de informações privadas sem qualquer preocupação com a consistência metodológica.

Com exceções de algumas informações de alta popularidade, como desempenho do PIB ou da inflação praticamente todas as demais informações geradas pelo IBGE estão muito defasadas. Alguns exemplos de dados estruturais. O último censo disponível é de 1980, o último censo industrial disponível é de 1985; a última pesquisa industrial anual disponível é de 84; a

última matriz de insumo produto disponível é de 1980; a última disponível é de 1990.

Alguns exemplos de dados conjunturais. A pesquisa industrial mensal é publicada com defasagem média de 5 meses; a pesquisa mensal de emprego é publicada com defasagem média de 4 meses.

No caso das pesquisas mensais, devido ao atraso das séries os analistas têm recorrido a pesquisas privadas produzidas por instituições como CNI, FIESP, FIRJAM e DIEESE, dados gerados por estas fontes guardam parcas relações metodológicas entre si e com os dados análogos gerados pelo IBGE.

No período em que o País passa por profundas mudanças econômicas e sociais, como é o caso dos últimos 4 anos, o atraso com que são divulgados os dados impossibilita qualquer análise, planejamento ou proposta de políticas conseqüentes. Trata-se de uma irresponsabilidade qualquer tentativa de propor políticas públicas face a escassez de informações com que convivemos.

Não é possível saber o que se passa com a distribuição de renda, com os níveis de pobreza, com a proposição de emprego ou desemprego, com a estrutura setorial e industrial, com a competitividade da indústria brasileira etc.

Enquanto o IBGE não for capaz de atualizar seus dados e atualizar o menu de informações que produz, qualquer discussão sobre políticas públicas e eficiência do Estado no Brasil não passará de uma fantasia inconseqüente e irresponsável.

Um, inépcia administrativa. Depois da falta de informações o segundo principal problema do Estado brasileiro é a fragilidade técnica e desaparelamento do seu "staff", isto, obviamente, não é nenhuma patologia inerente ao "staff", mas o resultado de dois fatores: a instabilidade administrativa dos órgãos do governo que gera mudanças de orientação, dificuldades de comunicação entre a alta direção dos órgãos e o "staff" e insegurança dos membros do "staff".

Dois. Os baixos salários. A instabilidade administrativa dos órgãos do governo deve-se a inorganicidade política que tem marcado o Poder Executivo desde o fim do período militar, voltaremos a este ponto adiante.

Os baixos salários são conseqüências do sistema de remuneração absurdo baseado na combinação da isonomia salarial com estabilidade no emprego do servidor público. Esta combinação além de nivelar os salários por baixo não oferece qualquer incentivo à melhoria da "perfor

mance" dos funcionários públicos. Neste sentido, respeitadas algumas peculiaridades no emprego público, é preciso modernizar as relações de trabalho do funcionalismo público. Isso significa rever a sistemática de contratação coletiva, a estrutura de cargos e salários, o sistema de promoção etc.

Terceiro, inorganicidade política do Executivo. Os três Presidentes civis desde 1985 primaram pela formação de alianças políticas profundamente segmentadas além de forte conteúdo personalista na formação do alto escalão do governo. A rigor, esta característica da composição administrativa do Executivo é uma consequência da estrutura partidária brasileira, ela própria é profundamente segmentada e despolitizada.

Neste contexto tem-se em primeiro lugar, enorme dificuldade para fixação de metas globais de governo e, em segundo lugar, enorme dificuldade em manter-se a estabilidade do gabinete.

Não há metas globais porque a maioria dos ministérios transforma-se em escritórios de ação partidária e eleitoral.

As dificuldades para manter a estabilidade do Ministério, por sua vez, se devem a oscilações e as preferências partidárias que devido ao

grande número de partidos terminam por ruir a unidade do governo.

A eses fatores soma-se a completa ausência de compromissos federativos. Isto significa que ademais a segmentação partidária tem-se tam bém a segmentação regional que reduz drastica mente a possibilidade de estabelecimento de me tas e programas globais do governo.

A inorganicidade política e federativa do Es tado tem efeitos sobre a ação da burocracia estatal, cokmo já mencionado acima reduzindo a sua eficiência.

Infelizmente, a simples constatação de que a pulverização partidária conspira contra a exis tência de metas globais do governo, a eleição de prioridades e a consistência entre progra mas e conspira a favor do corporativismo e clientelismo, é apenas um primeiro passo.

O passo seguinte, mais complicado, é a discus são de mudanças legislativas que alterem o atual quadro partidário. É preciso caminhar para o modelo com 3 a 5 partidos nacionais.

Quarto. Segmentação da representação social junto ao Estado. Ao lado da segmentação parti dária e política tem-se a pulverização da re presentação da sociedade junto ao Estado.

Seria ocioso a esta altura repetir os vícios da estrutura de representação de interesses

no Brasil, oriundos do modelo corporativista e que ensejam a captura do setor público por interesses privados sem qualquer representatividade.

Além dos antigos problemas ligados ao modelo de representação legal dos sindicatos patronais e trabalhistas, tem-se recentemente desenvolvido outras formas de representação notadamente as Câmaras Setoriais que em nada contribuem para ampliar a abrangência da representação de interesses, assim como no caso da representação político partidárias no que concerne a representação do trabalho e no capital junto ao Estado, é preciso ampliar as bases de representação.

Afim de reduzir a pulverização das ações do governo seria preciso criar pelo menos quatro Conselhos Nacionais permanentes, de caráter consultivo do Poder Executivo com o propósito de formar consensos em torno de quatro questões nacionais básicas, a saber: erradicação da pobreza, política e educacional, valorização da educação, política educacional, geração de empregos, política de mercado de trabalho, desenvolvimento econômico e social, política e industrial.

Os Conselhos seriam compostos por um pequeno número de notáveis especialistas e líderes

e teriam por objetivo fazer o acompanhamento do que se passa em cada uma das três áreas, divulgar informações e dados, examinar e debater as propostas sobre mudanças e as ações do governo.

Os planos do governo seriam amplamente debatidos através dos Conselhos evitando que cada Ministério tenha a sua própria brevidade, Conselhos estaduais sobre os mesmos temas, atuariam em sintonia com os Conselhos Nacionais."

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que depois dessa provocação do Eduardo, poderíamos passar a palavra para o Rafael, porque realmente ele comentou, o Nelson Jobim e deixou muitas coisas fundamentais do seu "paper".

Com a palavra o Rafael.

O SR. RAFAEL - Eu quero trazer a vocês a experiência de ter sido, há muitos anos, em 1961, como Helio Beltrão, o formulador e depois o implantador de uma reforma administrativa muito ampla no Estado da Guanabara, talvez tenha sido a mais completa e a mais radical, o mais longo processo de transformação estrutural de uma organização pública no País.

Essencialmente, o que se procurou fazer foi uma constante na formulação da organização do Estado da Guanabara a partir da idéia da delegação, da idéia da descentralização, que naquelas alturas dos anos 60 eram idéias relativamente novas.

A contraparte dos dois instrumentos de opera

ção da máquina pública, a contraparte foi inexoravelmente o reforço das tarefas de planejamento, coordenação e controle como contrapartida da delegação e da descentralização.

Nós operamos o processo da descentralização territorial extremamente forte, a fim de que se delegasse às instâncias locais, sem caráter político, as regiões administrativas uma série de decisões sobre o cotidiano das pessoas. Uma segunda descentralização pela especialização de algumas funções que inevitavelmente tinham que ser centradas.

Nós organizamos no Estado 14 empresas públicas e, na verdade, eram empresas que operavam o serviço coletivo de água, esgoto, transporte coletivo, abastecimento, desenvolvimento econômico etc., quer dizer, todos os serviços públicos passaram a ser organizados sob a forma de empresa pública, sobre controle do Estado numa descentralização espacial combinada por uma descentralização espacial e um reforço absolutamente necessário na função de planejar e coordenar.

Um dos elementos centrais deste processo foi a transformação do governo em colegiado, apesar do governador Carlos Lacerda ter um temperamento muito autoritário e muito forte ele aceitou a idéia de que o governo fosse um colegiado.

O secretariado do governo do Estado da Guanabara se reuniu todas as segundas-feiras durante todo o curso do governo, com pauta definida onde se incluíam três assuntos fundamentais, o primeiro deles era o orçamento.

O orçamento foi uma constante na pauta de to

das das as segundas-feiras, evidentemente, ajustada a idéia de plano e ajustada a idéia de recurso, quer dizer, eles ti veram uma ação coletiva e daí emergiram com toda a naturali dade as prioridades de governo e as definições das fontes de recursos alcançados.

O orçamento foi uma constante, o orçamento ti nha todas as dificuldades que tem hoje, era votado por uma Assembléia Legislativa, mas ele tinha no pressuposto um pla no efetivamente elaborado com participação de todo o conjun to do governo apesar da Secretaria de Planejamento que foi criada, acho que fui o Primeiro Secretário de Planejamento do País a exercer um papel coordenador constante num processo extremamente rico em que é impossível impor posições ou pro postas etc., mas é um processo de interação que é extremamen te penoso na relação interpessoal e, evidentemente, supõe a existência de alguém na Secretaria do Planejamento com força bastante, com prestígio bastante para poder operar esta coor denação numa proximidade razoável com o governador.

Foi uma experiência extremamente importante, quer dizer, nós chegamos a fazer em 1962, orçamento-programa, fizemos com 65 o primeiro orçamento por computador no País e tínhamos um conhecimento muito mais precário do que se tem hoje um extremo apurado controle sobre o espendio de recurso pelo conjunto das marcas de governo e com as prioridades tra tadas destacadamente, quer dizer, cada projeto prioritário dispunha de um acompanhamento específico, seja financeiro, seja físico, mas isto num clima de governo, ou seja, o con junto dos secretários era integrado de um esforço comum e re

duzia muito os atritos e os atritos se resolviam, evidentemente, havia dissensos, havia divergências, mas isso se resolvia através de um esforço de uma perda de tempo enorme, uma perda de tempo constante, permanente.

Essa epxeriência se estruturou em 4 anos, quer dizer, nós começamos o processo de reforma no ano 61 e no ano de 65 quando o Governo Carlos Lacerda foi sucedido pelo Governo Negrão de Lima, não havia sido concluído o processo de transformação administrativa, ele estava em curso e é um processo que sofre ajustes, ele sofre adaptações por um processo natural de ajustamento de uma concepção abstrata para a prática da vida.

As administrações regionais encontraram uma resistência política muito forte na Assembléia Legislativa, exatamente porque dispensava muita mediação política no encaminhamento das questões de interesse peculiar de cada zona da cidade, talvez tenha sido um embaraço político mais forte que enfrentamos.

Outro ponto fundamental foi uma política de pessoal extremamente generosa que acredito tenha sido decisiva na eficácia com que a reforma administrativa se implantou, ou seja, não concebemos uma reforma administrativa com objetivos de reduzir gastos, de cortar gastos, ao contrário, o que se buscava um mecanismo de coordenação eficiente e de eficácia de resultados na produção do serviço público.

Foi essencial uma revisão fundamental da política de pessoal que é decisiva em qualquer programa, em qualquer projeto de reforma administrativa que se pense.

Para dar uma idéia de quanto se cresceu o gasto, um engenheiro do Estado em final de carreira recebia na quele tempo o equivalente a três salários mínimos.

Havia um conjunto de obras na área de engenharia, portanto, exigia uma ativa integração dos engenheiros no processo de execução do programa, nós passamos para dez salários mínimos um piso que era o piso de mercado. Na verdade, o que se buscou foi remuneração do mercado naquele dado instante como forma de você atrair um contingente de mão-de-obra qualificada para o exercício da função pública e fizemos todas as admissões por concurso que foi um fato absolutamente importante e relevante, quer dizer, o Estado da Guanabara nesses 5 anos não admitiu um servidor que não fosse por concurso inclusive na área da Procuradoria era muito comum os Procuradores serem recrutados por parentesco político.

Desta experiência no Estado da Guanabara eu gostaria de traçar alguns paralelos com relação a proposição de reforma do Estado brasileiro enfrentando todas esss dificuldades que foram postas aqui e que se levadas à última instância, realmente desanimam, qualquer tentativa positiva que acho que é importante que a gente tente.

Primeira coisa, minha experiência de Ministro inclusive me reforçou muito esta opinião. Não há governo por que o governo não se reúne, o governo não conversa, o governo não troca idéias, o governo é todo segmentado e há um Ministro hegemônico que é o Ministro da Fazenda, então, na verdade é o único centro de poder efetivo que existe no governo federal, é o Ministro da Fazenda.

O Ministro do Planejamento tem crescentemente as suas funções diminuídas já há algum tempo, o Ministro da Fazenda, desde o tempo do Delfim, é um Ministro hegemônico, quer dizer, todos os demais ministérios se subordinam às de ci sões do Ministro da Fazenda sem qualquer instância nem de bate pré vio, ou de exame sequer de alternativas de política, quer dizer, os ministros são absolutamente passivos, o que gera evidentemente um processo de não solidariedade nas de ci sões do governo, o que Nelson Jobim acaba de exprimir.

O orçamento é feito em lugar fechado, ninguém discute nada, os Ministérios se limitam a dar as suas de ma nd as, já sabem que vai ser tudo cortado, manda as demandas lá para o inferno, corta tudo. Quer dizer, não há nenhum pro ces so minimamente prévio de coordenação e de ajuste disso.

Eu insisti muito com o Governo Sarney que ele organizasse os Ministros em conselhos e tentasse levar algu mas ma té ri as globais à discussão e debate prévio no Conselho de Ministros, até para ele se reservar no poder de ap re ci a ç ã o e decisão muito mais rico do que o que ele tem numa re la ç ã o direta com o Ministro e tirando um pouco das suas costas essas arbitragens limites que ele tem que fazer, s i s t e m a t i c a m e n t e e le é p o s t o n a s s e g u i n t e s c i r c u n s t â n c i a n c i a s, se ele não aprovar o que o Ministro da Fazenda leva para ele, é uma cr i s e, o Ministro da Fazenda pede demissão e ele fica pr i s i o n e i r o do Ministro da Fazenda e o governo não fica solidário com ele.

Pelas declarações que tem saído nesses ú l t i m o s d i a s, verifica-se o grau de adesão efetiva do M i n i s t r o

ao problema do governo, quer dizer, não há adesão nenhuma, porque não há governo nas coisas fundamentais no início de um processo de coordenação, é que haja governo.

A segunda coisa, é preciso para que se corrija grande parte das coisas que foram postas aqui, inclusive o corporativismo, a segmentação das propostas etc., que haja uma idéia mínima de plano, que haja objetivos macros que seja objeto de consenso dentro do governo.

Portanto, a idéia de recuperar a importância do planejamento me parece uma idéia absolutamente essencial, vários de vocês aqui abordaram para todas as coisas que surgiram da Sula, do Vanderley, do Regis, todos, você tem uma idéia de onde a ação comum do governo quer chegar evidentemente que fica tudo pulverizado, é um vale tudo, porque não há nenhum argumento para dizer sim ou dizer não, quer dizer, não existe um propósito conjunto comum dentro da estrutura do governo.

O planejamento, naturalmente, é o lugar de se fazer esta coordenação, não como um planejamento impositivo, não como forma de dizer ao Ministério o que ele vai fazer, mas um exercício de coordenação extremamente complicado, o processo é diário, vai e volta, vai e volta etc., e que se faz, mas que precisa ter importância, precisa ter poder, daí deriva.

A Constituição brasileira trata o planejamento como um dado constitucional, quer dizer, é uma obrigação do Executivo e é submetido ao Legislativo, exatamente para que haja um processo largo de discussão sobre os macros obje

tivos da Nação, quer dizer, a Constituição é clara nesse sentido.

O Executivo não faz o plano, manda um negócio muito reles para o Congresso, o Congresso aprova aos trambulhões e cumpre-se formalmente um dispositivo constitucional que a meu ver é extremamente relevante numa tentativa de se redesenhar uma possibilidade de eficácia e coordenação nas ações do poder.

Ao lado da tarefa de plano, de planejar e em seguida de orçar, quer dizer, a Constituição estabelece que os orçamentos são plurianuais, os investimentos de capitais têm que ter previsão de longo prazo, portanto, você tem horizonte de gastos previamente definido e nada disto é feito.

Então, acontece o que aconteceu na Comissão de Orçamento, quer dizer, é um vale tudo sem nenhuma forma organizada de decisão, quem tiver mais força, quem tiver mais capacidade de influência, quem tiver um "lobby" mais poderoso, evidentemente, vai levar e você tem uma pulverização fantástica de recursos numa descoordenação absoluta do mecanismo do governo, num descumprimento das normas da Constituição não tem nada que ver com reforma constitucional, as coisas elementares não são cumpridas porque é muito mais confortável você trabalhar no dia-a-dia nessas coisas, não é montar, quer dizer, criar a idéia de proibidade, definir tudo isso, definir recurso, evidentemente é muito mais trabalhoso que deixar aí e segurar isso tudo no caixa da Fazenda, exatamente assim que um governo funciona.

Você tem várias instâncias de bloqueios dos

processos de gastos, dos processos decisórios. A reconstituição dessas coisas me parecem vitais ao lado de uma outra, que sugeri muito ao Presidente Sarney que fizesse, eu imaginaria um papel relevante para um Conselho de Governo, um Conselho de Ministros, com dois apoios, um apoio de planejamento, que seria a assessoria central deste Conselho, portanto, evitar-se-ia de qualquer maneira que ele tivesse a idéia de linha, de hierarquia dentro da organização do planejamento e, o outro, uma outra Secretaria de Apoio que é a da Reforma do Estado.

No governo da Guanabara eu tinha dupla função, tinha a Coordenação da Reforma Administrativa e tinha a Coordenação dos Planos de Orçamento. Evidentemente esta interação ajudava muito na medida em que uma reforma que é um processo tem que ser coordenado também.

É difícil que você imagine que você possa reestruturar qualquer setor no governo parecido com outro, cada um é uma realidade, cada um tem sua lógica, cada um tem a sua clientela, cada um tem a sua interação com a sociedade de um lado e os Estados e municípios do outro. É evidente que este é um processo caso a caso, processo setor a setor e cada um, cada setor desse vai ganhar uma casa própria, inclusive, em relação a política de pessoal, quer dizer, uma das coisas mais alucinadas que o País fez foi dizer que a estrutura do Ministério A, do ponto de vista da organização, do seu pessoal tem que ser do Ministério B, as funções são rigorosamente distintas.

Eu briguei na Previdência, chegamos a preparar

um plano de cargos e carreira inteiro, cobrindo INAMPS, IAPAS e INPC, fundados estritamente com carreira, com retreinamento constante e não consegui aprovar, porque eles não podiam, isso foi com Aloísio Alves como Ministro da Administração, me disse ele: não posso aprovar o seu, porque ele tem que ser igual. Não tem nada que ver a função de um agente do INPS, atendendo segurado, com um professor do Ministério da Educação, quer dizer, são coisas rigorosamente diferenciadas e ganhar-se-ia muito na medida em que o esforço reorganizador tem que passar por aí, o esforço central é desestimulador de definição de proposta e o trabalho tem que ser feito "pari passu" junto com o órgão que você vai implantar.

Você vai implantar o programa ajustado a sua cultura, aos seus objetivos e assim por diante.

Acho que uma Secretaria de Reforma do Estado, ajustado a um Conselho para dar idéia de que a reforma do Estado é um compromisso do conjunto do governo, o orçamento é um conjunto, são coisas decisivas.

A partir daí é possível você iniciar duas linhas de ação, primeiro é possível você redefinir uma nova forma de cooperação entre União, Estados e Municípios, se você não souber direito para onde é que você vai é muito difícil você conseguir minimamente organizar uma federação sob a ôtide cooperação, e mesmo nisto é preciso que haja uma imensa flexibilidade para ajustar esta interação que o governo de São Paulo, será de um jeito, que o governo do Paraná será de outro, que o governo do Ceará será diferente e assim por diante, para não falar na articulação disto com o município.

Daí eu achar que essas coisas devem ser contratadas, porque o contrato é a tradução da negociação.

Objetivos gerais de diretivas, de normas, de políticas relativamente claros e definidos existe uma margem imensa de negociação caso a caso, setor a setor contratado, com horizonte de tempo razoável e de segurança, as demais instancias do poder nacional de que vão receber os recursos, os objetivos e com o processo evidentemente de controle qualitativo e não controles formais disparados de tal maneira que a única forma que me leva a admitir num programa de privatização radical é que o Estado tem impedido de funcionar, quer dizer, não há nenhuma empresa pública que possa exercer minimamente a sua função, a sua gestão enquanto sociedade anônima, várias delas são e os embaraços são de tal ordem que é impossível que ela seja eficiente.

A segunda linha é a contratação de um ajuste, na questão de renda, que a meu ver passa pela questão de enfrentamento da inflação.

Eu não acredito que o Estado tenha condições mesmo levando a partir de uma definição de seus propósitos, reduzidos em planos, ele terá necessariamente que negociar isso com os interesses cristalizados da sociedade brasileira.

Acho que, dificilmente o Estado moderno tem condições de impor políticas gerais de natureza genérica, ele tem que sentar e praticamente negociar setor a setor, de finir o setor em que ele vai entrar, ou seja, arbitrar perdedores e vencedores e arbitrar a política de renda.

Sem o que a gente vai, podemos até ter desenh

volvimento, podemos retomar aqui e lá, mas as questões de fundo vão ficar comprometidas.

O instrumento moderno de atuar nesse Estado recuperado na capacidade de ordenar prioridade etc., etc. é um paciente e longo processo de negociação no âmbito da federação e no âmbito dos atores econômicos, o corporativismo é um dado do nosso tempo, como é o monopólio e como é o oligopólio e eles não se combatem, o peso e a capacidade de veto e de defender interesse que cada um desses macros sistemas têm é de tal maneira que o Estado tem que entrar neste jogo não pode ser passivo diante dele e não pode nunca admitir que o mercado resolva isso, porque eles são a própria emanção do mercado, eles são o produto do mercado, o mais acabado, refinado e eficiente produto do mercado.

De um lado você tem macro sindicato e de outro lado macros interesses econômicos que na verdade exercem um papel decisivo de bloqueio em qualquer projeto.

Os países que estão dando certo são os países que conseguiram negociar seus sistemas básicos de interesses numa interação aguda entre Estados, sindicatos e setores produtivos. É o caso extremo do Japão que conseguiu uma extensão enorme a partir de uma idéia de Nação, Nação conquistadora, de Nação que extravasou fronteiras e conseguiu uma mobilização interna inacreditável e que gerou uma política de salários absolutamente original, uma política de remuneração original, de estabilidade absoluta no emprego, ao contrário de todos os princípios que norteariam a eficácia de uma economia de mercado nos moldes tradicionais.

E, os escandinavos que também têm um sistema de interesses fundado e que na verdade têm um papel hegemônico no mundo em 6 ou 7 áreas, eles estavam tendo enorme dificuldade de uma composição desse tipo, mas acredito que a gente tenha pela circunstância do País necessariamente que explorar a questão de contrato sobretudo porque na minha avaliação pessoal, sem isto não haverá como abater a inflação, a inflação brasileira protege claramente os grandes setores produtivos do País, capital e trabalho.

Eles não têm nenhum argumento, nenhum motivo para efetivamente colaborarem para que a inflação se reduza, eles não têm perda nenhuma, ao contrário, a gente olha a indústria automobilística está batendo o seu recorde de produção com a inflação provavelmente nesse mês é 38%, os sindicatos vem atrás, o que está gerando evidentemente uma forma peculiar de desestruturação de interesses no setor produtivo e no setor do trabalho. Nós estamos, realmente, numa situação estrutural de conflito social rigorosamente peculiar.

Mas acredito que esse esforço de negociar, o Estado aprender a negociar, é um aprendizado terrível, eu vi na Previdência a experiência de tentar implantar o SUDS, não tinha constituição, não tinha lei clara, tinha o decreto, é um esforço brutal essa tentativa de negociar e fizemos negociações absolutamente diferenciadas.

Implantamos o SUDS na Lagoa de um jeito, implantamos em São Paulo de outro, implantamos no Rio de Janeiro de um terceiro modo, quer dizer, não havia nenhum modelo preconcebido nem limites na transferência de recursos.

Transferimos recursos em alguns Estados para elevar salário de pessoal, em outros não, mas o esforço interno de operar isto é um esforço diário, a gente tem a sensação que vai domir, avançou meio centímetro no outro dia a gente acorda e recuou dois, a gente tem que voltar dali, é uma perseverança enorme e uma dupla resistência. A resistência evidentemente de quem cede poder, não é fácil, sobretudo quando ele é típico, quando ele é casuístico, quando ele não tem norma geral nenhuma, porque aí dá um poder efetivo de arbitragem, pedido pessoal na forma de atender.

A segunda, a resistência a receber a delegação, tive exemplos fantásticos de resistência de receber reursos do Pedro Simon, ele dizia assim: você sai daí, eu vou ficar com essa responsabilidade toda de gastos, você vai embora, não me dão o dinheiro e vocês vão dizer que a culpa é minha.

Então, você tinha uma desconfiança nas autoridades as quais você delegava e uma resistência grande das autoridades das quais você extraía poder. Para não falar na dificuldade enorme de compreensão disso pelo aparelho político que, evidentemente, com as nomeações feitas aqui tinham, obviamente o canal de demanda das nomeações.

Transferido para baixo trocava a lógica das rotinas de indicações de pessoas, o caminho que tivemos foi acabar com o INAMPS estaduais, na verdade, o INAMPS estadual passou a ser dirigido pelo SEcretário de Saúde do Estado como maneira de cortar o comando da instituição federal para o Estado.

Evidentemente que o tempo de programação e de planejamento do SUDS foi baixo, nós fizemos muito às caneladas, para criar um fato consumado, mas acredito que gradativamente esse processo atendia ao objetivo que ele visava que era melhorar a produtividade do gasto público no setor de saúde, eliminar superposições absolutamente sem pé nem cabeça de competências estaduais, federais e municipais, integrar os meios, porque o médico da Previdência também era médico do Estado, era médico do município, ele saltava do seu posto de trabalho daqui para lá e fazer um orçamento integrado com recursos das 3 esferas das 3 armas do governo, para levar o gasto de saúde a uma coisa parecida com 4,5% do PIB, ele está hoje menos de 2, está abaixo de 2, mas um trabalho de coordenação com esse perfil exige uma determinação de governo enorme, o Sarney anos depois me disse assim: o maior erro que cometi no meu governo foi o SUDS, ouvi isso dele, ouvi, registrei, mas precisa uma adesão de governo nisto que ele entende ser a perda de um poder político tópico e, segundo, um tempo de maturação e de reorganização muito largo. Não se desfaz, não se descentraliza, não se instaura um mecanismo de negociação com esta cara rapidamente, quer dizer, é um processo longo, é um processo lento, mas acho que vale a pena, porque não acredito que a gente tenha nenhuma condição, num passe de mágica, quer dizer, mudar o texto de uma Constituição, a Constituição praticamente prevê tudo isso, a Constituição define quase todas as competências na educação, na saúde, na assistência social cabe ao município na ação executiva, está escrito aí com todas as letras, não se faz porque

não há um processo organizado de fazer isso.

Finalmente, eu só quero completar dizendo que a gente admitir que o governo central é um emissor de p<sup>ó</sup>s, de normas etc., etc., eu acho que sem um propósito de fazer economia de gastos, eu acho que qualquer reforma administrativa vai passar pelo aumento do gasto como condição da resolução da questão da qualificação do pessoal para o exercício de funções de natureza normativa e de quadros gerais, certamente que a despesa vai sumir, eu acho que a relação entre o Estado, se a área destacada tem um Estado normativo de políticas gerais de planejamento, de coordenação, ele pode ser extremamente simplificado, se tiver com a perna executiva dele essencialmente contratos e transferência de encargos, recursos para a União, Estados e Municípios para que a União faça um papel que é decisivo, que é de reequilibrar um pouco para manter a idéia da solidariedade da Nação e ter um processo distributivo mínimo que seja, mas ele delegaria as ações executivas para baixo, Estados e Municípios trabalhando caso a caso, setor a setor e ele teria nas suas instituições centralizadas os seus órgãos de execução ds demais políticas e exerceria sobre as sociedades anônimas, sociedades de economia mista reintegradas na sua capacidade de operar, eu acho isso uma das coisas mais dramáticas que aconteceu aqui, elas não podem fazer nada, tem empresas produtivas do Estado que tem que mandar para o Tribunal de Contas relação de pagamentos que fazem acima de um determinado valor todo mês. Há umas que têm sócios estrangeiros, os sócios estrangeiros estão no Conselho de Administração, ficam horrorizados de uma empresa

competitiva de mercado etc., ter que mandar a relação de pagamento para o Tribunal de Contas.

É preciso que esta coisa seja enfrentada e que se verifique que os mecanismos formais de controle que o Tribunal de Contas exerce e uma parafernália de legislação que inibe o gasto, não pode continuar. É evidente que isto é uma área de limpeza de terreno que tem que ser enfrentado, mas se elas tiverem capacidade de ação, a relação delas com os Ministérios tem que ser de outra natureza, quer dizer, tal qual um Conselho, um Conselho de Administração controla operação das suas "holdings" operativas, quer dizer, uma coisa de outra natureza trabalhando com elementos globais, quer dizer, metas, programas de desempenho, orçamento etc., e não o dia-a-dia.

Quer dizer, com isto você podia ter uma administração federal extremamente compactada até mesmo para que ela pudesse exercer a função de conselho do governo.

O Ministério que eu participei tinha 24 Ministros, então, das 3 reuniões ministeriais que ocorream a gente falava de microfone e do último lugar você não ouvia.

É evidente que uma concepção de um governo integrado em Conselho podia ser e a meu ver dá para reduzir significativamente sem o propósito de fazer economia, sem o propósito de cortar gastos, porque não corta, mas com o propósito de uma reconcepção do papel do governo federal na relação federativa e na relação com suas empresas.

Eram estas as sugestões que gostaria de trazer aqui para explorar esta possibilidade do contrato como base

de atuação normativa do governo a partir das definições de política geral.

Muito obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada, Rafael.

Passo a palavra ao Renato Boschi, que vai retomar um pouco essa idéia do contrato.

O contrato político, Vanderley lançou na chamada, no termo de referência e acho que está havendo uma convergência para essa idéia de que pode talvez haver um grande pacto, um projeto e também micros pactos, que é isso exatamente que é esta a provocação do Rafael e nós não vamos poder resolver talvez nem hoje certamente não antes do almoço que é a idéia de que este mercado que o REgis levantou como uma espécie de consenso geral.

As complicações dessa afirmação nós poderíamos avançar mais na idéia de um sistema internacional se este sistema internacional é realmente uma economia de mercado competitivo ou se são oligopólios e monopólios, isto é, se este minimalismo ou incrementalismo japonês, se a gente tem que pensar nisso como uma solução para frente ou se nós temos que pensar nisso como uma crise do Estado a nível mundial.

O Japão está querendo mudar também, não sei se ele está querendo mudar essas coisas que nós estamos dando como necessárias, enfim, saber que contorno é esse que o Estado vai ter pela frente.

O SR. RENATO BOSCHI - A essa altura do campeonato, eu acho que vou chover no molhado, porque depois dessa

série de apresentações a ênfase que eu queria dar já foi toda explicitada.

Particularmente, tomando essa última intervenção do Rafael, essa brilhante intervenção, o que eu teria a dizer acerca do projeto minimalista, que não quero seja confundido com uma idéia de Estado mínimo, Estado fraco, nem nada disso, está tudo lá no meu "paper", pelo contrário, a idéia de um Estado que possa ter capacidade de interação e, mais do que isso, simplesmente a idéia de um Estado que possa cumprir uma função de universalização, que acho que é uma palavra que está sendo esquecida aqui.

Fala-se muito em centralização, descentralização, mas se esquece essa dimensão do problema que é a capacidade de universalização que acho que é só o Estado que pode prover.

Muitas das propostas que soam como certos modismos, essa perspectiva localista, descentralizadora, essa questão da subsidiariedade, ela passa a idéia de que soluções que podem ser encontradas num determinado nível prescindem da presença do Estado numa instância aglutinadora, universalizadora.

Depois do que foi tudo dito eu teria que agregar, porque a minha concepção de um projeto minimalista é uma idéia fundamentalmente centrada na noção de que o projeto bom é o projeto que tem condições de angariar suporte político e aí eu entraria com a idéia não apenas a questão dos vetos que às vezes as condições políticas para implementação de um determinado projeto elas são enfatizadas em torno dos vetos

existentes, mas eu gostaria de recolocar ênfase só para agregar alguma coisa do que já foi dito nas questões das coalições de suporte.

Para que você tenha um projeto bem sucedido é necessário que você possa neutralizar os vetos e também criar as condições para que eles tenham sustentação ao longo do tempo que é o que acho que comparativamente a gente aprende com a lição de outros países.

O bom projeto é aquele que consegue isso, essa ênfase já foi destacada aqui, mais particularmente nessa última apresentação do Rafael, e é nisso que consiste basicamente a minha idéia do projeto minimalista, que é um projeto incremental, é também um projeto que pode prever soluções específicas para problemas específicos e não ter tentativas de se ter soluções abrangentes e globais para questões diferentes que não se resolve por uma mesma política ou por uma mesma estratégia de decisão e também uma outra dimensão que eu gostaria de agregar a uma série de pontos que já foram tocados aqui é a questão de que é um projeto que não pode fazer tábula rasa do que existe.

Acho que o Rafael tocou um pouco nisso quando ele falou, não, os projetos modernos e os projetos da social democracia é um projeto que consiste na valorização do corporativismo, corporativismo estatal, não corporativismo do ponto de vista de interesses egoísticos e privados de pequenos grupamentos, esotu falando da estruturação dos interesses na sociedade.

Então, acho que se deva dar uma ênfase, às ve

zes se dá ênfase excessiva uma noção de desfazer o que existe, tábula rasa total, etc., e eu não acredito, para ser realista em nenhum projeto de reforma que faça tábula rasa do que existe, particularmente, tendo em vista a presença muito forte desses arranjos corporativos enquanto estruturador das relações Estado-sociedade no Brasil e em outros contextos também o que estaria faltando desse ponto de vista é você criar uma instância exatamente a nível de Estado para que o Estado pudesse ser uma instância aglutinadora, coordenadora, universalizadora de processos que são negociados numa base necessariamente particularista.

Então, a esses arranjos corporativos tem que ser acoplados também estratégias que adensem a representação dos setores que não são politicamente representados. Acho que isso é a questão fundamental, Vanderley tocou nisso, aliás, ele partiu disso, não estou falando dos setores que não são economicamente integrados, estou falando dos setores politicamente à deriva, onde a cidadania não chega, tem que se adensar a representação para estes setores e tem que se encontrar fórmulas universalizadoras dos pactos corporativos tais como eles existem.

Às vezes a gente pensa que essas soluções são complicadas, tem-se uma certa predileção por uma solução paquetada, uma solução global, eu não acredito nela, nas condições em que se apresentam as estruturas de representação de interesses no Brasil hoje, tanto do ponto de vista do sistema partidário, mas não vou entrar nisso, quanto do ponto de vista das estruturas de representação sindicais e patronais

que acho que elas têm uma natureza muito fragmentária e a existência de uma instância centralizadora, formalmente centralizadora, talvez seja muito difícil de se implantar no Brasil hoje por que você não produz ação coletiva desta forma.

Não adianta a gente chegar e dizer: a estrutura de representação tem que ser dessa e dessa maneira, criar condições autoritárias para que se produza uma ação centralizada porque não acho que esse processo deve funcionar assim, esse processo deve funcionar de baixo para cima. E, nesse processo de baixo para cima em outros contextos foi possível encontrar uma instância centralizada, aglutinadora que favorece o estabelecimento de pactos.

Agora, os pactos não precisam ter um conteúdo todo explicitado, na verdade pacto ele pode ser as condições para se produzir negociações mais segmentadas no tempo, isso também foi enfatizado. Esse é exatamente o caso do México e o caso do Chile, onde existe um pacto informal e renegociado a cada momento permitindo a inclusão de outros segmentos que no momento anterior estavam marginalizados e assim por diante.

Agora, é importante saber que o anteparo de uma estrutura ordenada de representação de interesse é fundamental para garantia disso e é nesse sentido que cumpre revalorizar a perspectiva do corporativismo sem fazer tábula rasa de tudo que existe como se isso fossem distorções da realidade brasileira no que se refere a padrões de representação de interesses.

Então, acho que tem que realinhar um certo realismo a proposta consiste nisso, um certo realismo com flexibilidade para gerar as condições políticas para a produção de pactos.

É lógico que as Câmaras Setoriais, que foi citado pelo Amadeu, existe uma controvérsia em torno disso, na verdade elas restauram uma perspectiva muito segmentária da solução setorial. Talvez não se produza a partir daí condições para um pacto generalizado, mas exatamente contestado entrar na coordenação destas negociações que são segmentadas e que podem levar a formulação de uma perspectiva mais global.

Para terminar eu queria chamar a atenção da definição de um projeto que foi salientado aqui na colocação de todo mundo.

Eu acho no que diz respeito a definição desse projeto na verdade ele tende a assumir um certo consenso com a rapidez maior do que os debates permitem em relação a esse projeto geral, porque como o Regis alinhavou, acho que de fato existem alguns pontos que todo mundo está de acordo no geral. Os 4, 5 pontos que o Regis alinhavou, democracia, economia de mercado, um Estado menos interventor no que diz respeito a produção etc.

Agora, dentro disto, acho que existem graus, existe uma questão de grau que tem que ser aprofundada e explicitada, tanto é assim que hoje um dos problemas do ponto de vista de coalisões no Brasil e da possibilidade de se chegar a um projeto que deslanche, que dê certo, que produza a

ação coletiva ela está exatamente numa divergência que às vezes não é explicitada, entre uma perspectiva que é tradicionalmente conservadora, mas que encarna hoje uma perspectiva de ruptura total de mudanças, aquelas forças conservadoras e uma perspectiva de manutenção e de conservação etc., proposta pelas forças de esquerda, forças chamadas progressistas.

Dentro desse espectro existem graus em que esse projeto pode e deve ser explicitado. Nesse sentido, acho que não pode ser novamente uma questão de uma perspectiva se sobrepor a outra ou eliminar a outra porque senão não se vai chegar a lugar nenhum, nem você pode ter uma perspectiva hiperliberal que trate de passar a borracha, essa expressão foi usada aqui várias vezes, no que existe nem uma perspectiva das forças chamadas progressistas que querem restaurar ou manter um nacionalismo, a perspectiva nacional desenvolvimentista a todo custo, acho que se for isso não se vai chegar a lugar nenhum tem que haver uma necessidade de síntese, essa que só pode ser produzida exatamente em contexto como o que aqui estamos vivenciando hoje, talvez aqui, como em outros contextos dessa natureza alguma síntese possa ser elaborada em termos do que significa este projeto de reforma.

Tem outras questões absolutamente importantes que eu gostaria de deixar para o debate porque acho que é importante salientar essa dimensão interna do problema, no que diz respeito a pactuação etc., mas também a gente tem que colocar a discussão os contextos das condições, isso foi levantado aqui, mas não foi aprofundado, acho que temos que aprofundar o contexto das condições internacionais para que você

defina ou leve adiante qualquer tipo de modelo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Acho que vamos ter que aprofundar mais esta questão do projeto, como um modelo integrador mais amplo e dos micro pactos desse incrementalismo, porque é um problema que nós temos que enfrentar no sentido de que aquela questão que o Rafael colocou para o Nelson dos sinais, porque de repente os sinais se trocam, quer dizer, isso é a mudança do paradigma, quer dizer, até que ponto existe efetivamente uma mudança de um paradigma ou existem acomodações que talvez possam ser menores do que os próprios atores que se acham representantes do novo paradigma nos fazem crer.

Acho que isto é um tema delicado como é a questão do mercado, mesmo porque tenho a impressão que o mercado brasileiro, nós não podemos negar o caráter patrimonialista deste Estado, então, o problema seria saber a questão de grau como o Renato colocou, quer dizer, até que ponto nós estamos em alguns pontos mudando realmente o paradigma e isso implicaria essa elite orgânica que o Vanderley cobrou um pouco, quer dizer, nós não estamos tendo essa elite orgânica que houve em 30 e até que ponto são processos negociadores mais modestos, trabalhosos, mais colados com a própria emergência dessas forças.

Gostaria de dar ainda a palavra para o Edson para encerrarmos amanhã e voltarmos à tarde com Roberto Ramos.

O SR. EDSON NUNES - Para mim uma das principais questões que está surgindo aqui é a ausência de regras

permanentes da expressão de expectativa e de interesse, quer dizer, grande parte das questões do Estado ou de outras coisas, contratos, micro pactos etc., elas dependem de regras permanentes através das quais os interesses, expectativas possam se fazer em longo prazo e através do sistema político institucional que a sociedade se expressa.

O nosso sistema político de fato ele não permite a formação de maiorias estáveis dado a sua natureza político-eleitoral que o Renato não tocou, ele não permite a formação institucionalizada de preferências de longo prazo com permanência.

Eu sugiro que seja qual for a nossa perspectiva e nesse momento agora um momento de apresentação, por exemplo, de uma reforma econômica, eu sugiro que seja qual for a nossa perspectiva sobre reforma econômica, sobre constituição etc., o sistema político brasileiro dada a natureza de sua formação de partidos, as suas leis partidárias, suas leis eleitorais etc., levará ao esquitejamento de qualquer arranjo econômico ou qualquer ajuste, ou qualquer reforma do Estado.

Isto baseado inclusive em depoimentos do próprio Nelson Jobim, o sistema político brasileiro está muito baseado na recompensa, a recompensa do sistema político é dada ao indivíduo e não a instabilidade da preferência através de vinculação partidária.

Algumas medidas talvez singelas possam ser tomadas em relação a isto, eu vou voltar a elas, mas eu percebo que falamos aqui nessa ausência de regras permanentes,

nós falamos aqui o seguinte: o Estado brasileiro passa por um conjunto de crises, um "over load" de crises simultâneas, mencionava tanto o Vanderley como todas as pessoas, nós temos uma crise de soberania, o Brasil perdeu a capacidade, perdeu sua soberania sobre seu próprio território que é uma das características mais singelas do Estado moderno contemporâneo.

Ele perdeu claramente o monopólio sobre o uso da correção legítima, o uso da força armada democraticamente utilizável, ou seja, hoje, inclusive as quadrilhas de representantes de narcotráficos estão razoavelmente mais bem armadas do que o Estado para impor a coersão legítima desse ponto de vista daquele quarto, daquele quinto segmento que o Nelson Jobim mencionava, portanto, perdeu a capacidade de defender minorias e majorias contra acidentes de percurso.

Ademais disso, o Estado perdeu monopólio sobre administração de justiça a pena de Talião é aplicada rotineiramente no Brasil, seja no Carandiru, seja nos garimpos, seja nas favelas do Rio de Janeiro.

Dada a essa tríplice crise nos apresentaria uma situação negativa, problemática, eu veria com certa esperança a solução das crises, porque, afinal de contas, é preciso levar em conta que o Brasil está vivendo de fato a sua transição da democracia.

Esse é o primeiro governo eleito, se tomarmos o Governo Sarney como o governo da saída, nós estamos vivendo de fato a primeira rodada de governo eleito pós um longo período ditatorial no qual o Governo Sarney, foi o último ciclo, o restante do ciclo e é exatamente no período do gover

no eleito que se coloca esse "over load" de demandas, sendo inclusive massacrado por um ufanismo muito grande do primeiro presidente eleito, Presidente Collor e, nesse sentido, a transição para a democracia ainda está a se constituir plenamente e ainda estar por permitir o estabelecimento de regras permanentes estáveis e duráveis para expressão de interesse.

A democracia é interessante, porque é um sistema no qual as pessoas perdem eleições, alguém perde eleição na democracia e na democracia numa sociedade mercado também é um local onde pessoas perdem dinheiro, alguns ganham outros perdem.

Por que um sistema democrático vai ser aceito se algumas pessoas poderosas podem vir a perder eleições, podem vir a perder dinheiro?

A única forma de você vir a entender a "complaints" é se houver regra estável a longo prazo, ou seja, você só aceita a derrota, ou só aceita um "second best" se houver possibilidade de que os contatos possam ser recuperados ou possam ter algum "pay off" intertemporal.

Quer dizer, a contratualidade que o Rafael sugere depende de regras estáveis para que os interesses se apresentem, inclusive para usar uma terminologia inclusive marxista é preciso ter clareza que um sistema democrático de fato é um pacto de dominação, claro, ou seja, quem é que manda, quem é que tem juízo obedece, quais são os partidos que estão no controle?

O que estou dizendo é o seguinte: que a democracia e o sistema de mercado junto com ela, é um sistema de

incerteza, que só resolve o problema da incerteza através da filtragem da incerteza, através de instituições permanentes, quer dizer, a incerteza típica do mercado e a incerteza típica da demoracia só podem ser aceitas por grupos que venham a perder ou ganhar se houver um conjunto de instituições permanentes instáveis que possam permitir descontos na frente.

É diferente de anarquia e é diferente de barganha de qualquer natureza, ele precisa de um Estado forte, ele precisa de instituições permanentes.

Agora, não se falar de filtragem permanente da incerteza, nós falamos de estabilidade, e é engraçado que o termo estabilidade no Brasil foi capturado pelos economistas no sentido de que ou a gente fala de ajuste, fala de estabilidade, a gente imagina estabilidade econômica, a gente imagina ajuste econômico, nós precisamos de estabilidade capaz de dar alguma permanência a preferência e expectativas.

Ao se falar do ajuste, como só se subentende um ajuste econômico sistematicamente se deixa de lado um ajuste político institucional absolutamente necessário.

Nas atuais condições é fundamental um ajuste político institucional para que o Estado readquira a sua capacidade para exercer políticas permanentes como saúde, segurança, justiça etc. de maneira mais clara, menos clientelista.

Ora, se estou tomando o tema da televisão, me lembra aqui um autor que disse o seguinte: a primeira hora da tradição é uma hora mágica, é a hora dos advogados, dos

O SR. - É a hora que se estabelecem os arcabouços, que fincam as bases fundamentais que vão ser de fato elaboradas pela segunda e terceira hora, que ele chama a hora do político e a hora do cidadão. E certamente o Brasil está vivendo a hora do político, é a hora em que aquele arcabouço que você faz de maneira mais ideal, tem que ser posto em funcionamento, reformado na margem, consertado para que possa funcionar.

Essa hora dos políticos, uma hora longa arrastada, fez com que o Congresso brasileiro se transformasse de fato na principal organização, na principal instituição nacional, nesse momento. Embora essa hora esteja um pouco confusa por causa da reforma constitucional. Mas eu continuo acreditando que estamos vivendo um momento dos políticos. E esse momento entregue à essa principal instituição. Ora, mas essa instituição carrega dentro de si inexistência de partidos políticos que possam dar roupagem e carne ao que estamos chamando de micropactos ou de pactos, alguém se queixou aqui sobre o número de partidos, eu não acho que seja uma queixa procedente, o número de partidos, eu acho que não tem muito a ver. Alguém mencionou também a necessidade de voto distrital, também eu poria em discussão todas essas questões. Mas não poria em discussão a questão de que não existem partidos representados no Congresso.

Há uma contradição básica, em que os partidos detêm o monopólio da disputa eleitoral. Você se candidata no Brasil a qualquer coisa, você tem que se associar à algum partido. Mas eles não detêm o monopólio da representação. Uma

vez eleito, você é dono do seu mandato, como lembra Olavo, no artigo dele, quer dizer, você sai do seu lugar, funda o PPR e carrega consigo o seu mandato e o seu eleitor coitado, ficou perdido, ou a expressão dos interesses não precisou ser feito, ou seja, na ausência de regras instáveis permanentes e longas para a própria ação político-partidária, ou seja, tomando-se por base que é a hora dos políticos do Congresso e a instituição básica, como se esperar a Constituição de um estado, como se esperar uma pauta de preferências se ele há de vir da sociedade, possivelmente através dos partidos políticos, desde os nanicos até os gigantescos. Essa contradição entre os partidos políticos tem o monopólio da disputa, mas não tem o monopólio da representação, cria uma situação de fato perniciosa no sentido de que você coloca ali 560 caras cuja a ação racional só pode ser individual, porque ele tem que se reeleger no cantão dele, como lembra Nelson Jobim.

Portanto a única Ação Racional é esquartejar o projeto, qualquer que seja o projeto nacional como lembrava Raphael, porque não pode ver uma assembleia, não existirá uma assembleia nacional nesse sentido, ela está mediada, ela está interdita pelo fato de que os partidos não são mais do que casa de corretagem de votos, eles não são mais nada do que isto. Eles não tem que se constituir como partido e os interesses também podem se espalhar ao longo de vinte partidos, eles também não precisam mostrar a cara, quer dizer, as crises recentes mostram que partidos brigam com o governo e eles não sabem bem porquê. Faz com que você precise governar com uma coligação mais do que vencedora você tem que go

vernar com dezesseis partidos, quando talvez pudesse governar com três ou quatro, ou seja, se houvesse lógica na permanência da regra de que você não pode mudar de partido, na regra de que se você tem o monopólio da disputa, você também tem que ter o monopólio na representação não pode depois transferir a representação para os indivíduos. Então se você esperar um jogo cooperativo dentro do ponto de vista econômico, se esperar um jogo cooperativo de quinhentos e sessenta atores individuais, é esperar muito de qualquer possibilidade de jogo cooperativo em economia ou em ciência política.

Bom, isto faz com que os deputados ou congressistas se transforme numa forma de vereador, isto exige uma certa taxa de centralização. Centralização de meios recursos do Estado Nacional em conluio com a burocracia para que dêem algum significado ao mandato e se houvesse, ou seja, se o Estado for eficiente se alocar perfeitamente as transferências foi, esse deputado vai ter que ser nacional mas ele não pode ser nacional porque a regra exige que ele seja local, portanto ele tem que estar coligado com uma certa taxa de centralização, junto com a burocracia e tem que fabricar alguma escassez, alguma ineficiência locativa, tem que ir junto com isso para que ele possa justificar dentro de seu próprio mandato, surja algum exemplo nesse sentido. Eu estou dizendo que a escassez é fabricada por ele, é preciso alguma taxa de centralização, uma certa taxa de ineficiência, uma certa taxa de escassez, porque a burocracia fabrica agora o seguinte: por quê? Porque é o seguinte: o sistema político institucional contamina as relações Executivo, Legislativo, dado que es

tamos tomando por hipótese de que é o momento dos políticos e que o Congresso é o locus mais importante da política obviamente é um estilo novo para dentro do Executivo, ele passa a obedecer a lógica parlamentar. Ele passa a reproduzir esse conjunto de ineficiência locativa, escassez, etc., que caracteriza a vida parlamentar que agora manda nos braços do Executivo, portanto faz-se inevitável um conluio da burocracia-legislativa fazendo ainda mais difícil o jogo político de longo prazo.

Para estabelecimentos de preferências e interesses de longo prazo e para a criação de instituições que possam filtrar a incerteza, me dêem razão para um perdedor aceitar perder, se ele for muito poderoso. Quer dizer, como a democracia pode e deve envolver a idéia de incerteza é preciso implicar uma idéia de um desconto temporal de longo prazo. Sim, isto eu acho que é muito difícil constituir um estado. Porque nós não vamos saber o estado que queremos, se os partidos não estiverem estruturados dos nanicos aos grandes. Quer dizer, nós estamos aí com over lowder o Wanderley calculou a pouco tempo, o eleitorado brasileiro cresceu 200% de 45 a 66. Quer dizer, em 1945 votava 15% da população, em 64 votava 25% da população, nós estamos da casa dos 60%, nós estamos falando de noventa milhões de eleitores, quinto mercado eleitoral do mundo. Além disso...

O SR. - Obrigatório

O SR. - Porque os outros não são obrigatórios, ou seja, over lowder, disso, associado a um sistema educacional que vem fracassando à taxas muito al-

tas, o ensaio recente do pessoal lá do laboratório de computação científica, tem indicado que a população de 5 a 14 anos vai decrescer 0,2% ao ano na década de 90. Isso significa que o estoque de escolas estão prontos. Mas nós continuamos fazendo com que só saia da escola, dos 100% dos que matriculam no 1º ano do 1º grau só 30% saiam lá na ponta, desses 30%, 50% vão para a universidade, no estado do Rio de Janeiro. São Paulo, por exemplo, tem uma vaga universitária para cada sujeito que termina o ensino médio, ou seja, tem um gargalo de tal magnitude que faz com que o over lowder político vá se concentrar numa população mais velha e mais burra. E nesse sentido, mais mal educada, em geral até mesmo para reassumir novas responsabilidades no crescimento. Então era isto que eu tinha para falar, eu acho que a inconcordância com que se passou antes. Obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Bom, vamos dar então uma interrupção para o almoço aqui ao lado. Estão todos convidados inclusive os que estão participando aí da assistência. (Pausa)

Vamos retomar então as discussões agora à tarde, e temos ainda uma exposição que é muito importante aqui dentro da lógica da nossa discussão da manhã. Que trata justamente da questão, digamos assim, o item não explorado dos comentários do Edson Nunes. Porque ele falou no primeiro momento dos advogados inconstitucional, o segundo momento político, e o terceiro momento é o da cidadania.

Eu acho que essa questão da cidadania, ela aparece aqui na questão da discussão do Estado de diferentes ma

neiras.

E é um dado fundamental nessa repactação aí, relação Estado e sociedade.

Então eu gostaria de passar a palavra para o Roberto Ramos, que é justamente diretor do Departamento de Cidadania do Ministério da Justiça, e que vem trabalhando até por funções anteriores, que exerceu na área de planejamento, Roberto é do IPEA também, e vem trabalhando em duas áreas, quer dizer, nessa questão da Reforma do Estado, inclusive tem uma proposta aí que foi distribuída de estrutura, que eu acho que não é hoje o momento de nós entrarmos em detalhes sobre a questão propriamente administrativa. Mas certamente é o momento também de ouvir alguma coisa na linha que foi muito explorada aqui, tanto pelo Régis quanto pelo Raphael, no sentido de sugestão de discussões sobre a natureza dessa estrutura e sobretudo sobre a centralidade dessa estrutura, que eu acho que é o tema fundamental da discussão de hoje.

Passo a palavra ao Roberto que acho que vai trazer algumas notícias também sobre coisas novas que estão acontecendo nessa área da cidadania, dentro do Poder Executivo.

O SR. ROBERTO RAMOS - Boa tarde. Em primeiro lugar eu quero pedir desculpas porque o material que eu distribuí ele pode ser um pouco incoerente com as colocações que eu vou fazer, principalmente na parte da proposta de uma reforma de estrutura do governo. Eu acho que justamente dentro do meu raciocínio, deveria ser dentro da metodologia empregada, uma das últimas parte, que primeiro a gente discute um

negócio, para depois discutir o como. Mas como eu fui pego de surpresa, estava viajando, cheguei ontem. Mas como eu acho que muita gente aqui, participou, eu tirei xerox de alguma coisa que eu tinha produzido. Agora, eu sou do IPEA, explicar talvez um pouquinho a nossa colocação.

Eu ouvi de manhã bastante atento, e até certo ponto preocupado porque nós quando discutimos o Estado, nós confundimos muito o governo e Estado. Então, eu sempre, dentro da metodologia, eu procuro me situar o que, que para mim significa modernizar o Estado. O Estado é formado por governo, sociedade e território. Então, não cabe aqui discutir o território, nós estamos discutindo na verdade o interrelacionamento entre governo e sociedade.

Então quando a gente fala em modernização do Estado, eu me pergunto, será que qualquer passo que a gente dê, em modernizar o Estado, vai atender aos trinta e dois milhões de pessoas que estão indigentes na nossa cidade, quinze milhões de crianças indigentes, ou seja, mais de 50% desse contingente indigente é de crianças? Que estado que nós estamos modernizando? Que estado que nós estamos preparando? Que sociedade que está sendo atingida por essa modernização, que nós propalamos a bom som?

Então eu fico contente, já conhecia a posição do Deputado Nelson Jobim, porque ele tem discutido muito com a gente, inclusive o programa de cidadania, e a coragem que a gente tem que ter de enfrentar o problema sob o ponto de vista Estado, ou seja, os três níveis de governo, os Três Poderes e a sociedade, que é o objeto final do Estado.

Nós não podemos esquecer que o Estado não é para favorecer o governo nesse ponto eu acho que os governos brasileiros tem sido muito eficiente. Por quê? Porque eles tem se mantido no poder do Estado. Então se o objetivo do Estado é um objetivo em si mesmo, os governos que tem passado pelo Estado, tem sido bastante eficiente. Hoje de manhã se falou em termos, de falta de sistema de informações, por quê? Porque a informação se ela for gerada, essa é uma briga que sempre nós tivemos entre IBGE, IPEA e na época CNPq, que a informação questionava o governo. E em termos do pensamento econômico, nós tivemos a sorte de ter um ministro do Planejamento que permitia ao IPEA pensar, mas não permitia ao IBGE produzir estatísticas. Então a vertente informações sempre foi muito castigada.

Eu começaria apontando três pontos, dos Três Poderes do Governo Federal, que inibe esse relacionamento sociedade e governo. Nós tivemos alguns exemplos nos dias, na semana passada e nos primeiros dias dessa semana, quanto ao Poder Judiciário. Será que ele está propiciando à sociedade uma equalização de oportunidades e uma justiça social clamada pela sociedade? Será que hoje um trabalhador quando vai à Justiça do Trabalho precisa levar de cinco a dez anos para ter o seu pleito trabalhista, que muita das vezes é problema salarial que ele, ao cruzar um corredor do fórum, ele vê na Vara de Família um desquite ou um divórcio que envolve um patrimônio às vezes elevadíssimo ser feito numa tarde. Então esse Poder Judiciário, está respondendo aos anseios de Justiça Social que o País necessita? Nós vimos o julgamento do Supre

mo Tribunal Federal empatar quanto à perda do Poder político do ex-presidente Collor. Contra toda a vontade da sociedade. É ilegal? Não. Mas nós não podemos esquecer que o caráter normativo do Estado, ele tem que atingir os anseios da sociedade. E esse caráter normativo, o que ele é? Hoje de manhã eu ouvi atentamente e por isso que eu acho que essa discussão entre Estado e Governo é muito importante. E a gente ouve isto, muito, nos meio de comunicação, que o Estado tem que se afastar de determinado setor. O Estado nunca vai se afastar de setor algum. Ele pode deixar de desempenhar o papel de execução nesse determinado setor, mas o Estado, ele existe para distribuir a justiça e o bem-estar social. Então ele pode deixar de executar, mas ele, se fosse assim, nós não teríamos uma Constituição, que é a norma maior de um País. Então, nós precisamos nesse alinhavo, saber bem distinguir Governo e Estado.

No caso do Poder Legislativo, nós executamos na segunda-feira o Diretor da Oldebrecht dizer claro e bom som que dispõe de doze milhões de dólares para financiar campanhas eleitorais. Então esse Poder Legislativo que vai ser financiado com doze milhões de dólares vai atender aos anseios da sociedade? Vai defender a sociedade dentro do Estado?

No Poder Executivo também tem vícios. Nós temos conselhos, e eu vou dar dois exemplos sérios. Conselho Monetário Nacional e Conselho Nacional de Trânsito.

O Conselho Nacional de Trânsito, na verdade de fende muito mais os interesses da indústria automobilística

do que o trânsito urbano, que não é atribuição do Governo Federal. No Conselho Nacional de Trânsito se define normas da indústria automobilística e neste Conselho não tem assento nenhum representante da sociedade consumidora, só tem de fabricantes.

o Conselho Monetário, nós não precisamos nem dizer. Então há aí uma disfunção, quer dizer, alguns Conselhos legislam.

Por outro lado também a permissibilidade que se tem de pessoas do segmento da sociedade fazendo parte do Poder Executivo.

Então nós temos hoje, e sempre tivemos, pessoas do setor privado, decidindo em nome da sociedade, ou seja, um secretário nacional de qualquer setor que é empresário do setor, vem, legisla, arruma todo o setor para sua própria empresa.

Então nós teríamos que ter alguns princípios, na organização do governo, para que esse governo atenda realmente à sociedade.

Infelizmente eu não tive tempo para preparar o paper mas, na verdade o trabalho que a gente vem fazendo, desenvolvendo na linha da modernização do Estado, começa por definir os cinco papéis que o Estado deve desempenhar para o exercício da cidadania, ou seja, seria a normatização quando o Estado, ele distribui a justiça social e a equalização de oportunidade para todos os seus cidadãos. Feita essa normatização o Estado pode conceder determinadas parcelas de responsabilidade pelos estados, municípios e sociedade, a gente não

pode ter aqui sô a vertente governi, a gente tem que ter a vertente social.

Depois o Estado como indutor. Ele pode induzir a sociedade, os estados e municípios à propiciarem soluções aos problemas da sociedade. Depois a fiscalização, e na fiscalização se inclui o Poder Judiciário, como na normatização se inclui o Poder Legislativo, nos três níveis de governo. E finalmente o Estado executor.

Então, o que é que hoje no Brasil vem se fazendo muito e é uma das batalhas que eu mais tenho?

Eu acho que nós quando falamos em modernização do Estado, nós estamos nos perdendo em termos metodológicos. Nós estamos propondo reformas tipo Reforma Administrativa, Reforma Tributária e Patrimonial da Ministra Zélia, e esquecemos de discutir qual é o negócio do Estado. Quer dizer, nós vamos aos instrumentos, aos anseios e às estruturas e não discutimos o verdadeiro, não enfrentamos o verdadeiro negócio do estado. E esse é que deveria ser o tópico da Constituição, de revisão constitucional do ingresso da sociedade no governo.

A sociedade não tem acesso nem ao Poder Legislativo, nem ao Poder Judiciário, nem ao Poder Executivo, essa verdade precisa ser enfrentada.

A sociedade não normatiza, ela não executa, ela simplesmente participa do Estado, contribuindo com seus esforços, com seus salários, com a sua falta de consumo. É por isso que nós temos hoje trinta e dois milhões de indigentes.

Por quê? Porque os governos não devolvem à sociedade os impostos que ela paga. Então eu acho que quando a gente fala em modernização do Estado, a gente tem que se preocupar com essa eficiência do Estado. O Estado não pode ser um fim de si mesmo. Ele não pode aumentar a sua arrecadação sem dizer para a sociedade o que que isto está trazendo, é como eu estava brincando aqui, é como se fosse um condomínio quando o síndico só se relaciona com seus condôminos para pedir aumento da taxa de condomínio. E quando um condômino pergunta: é o elevador? Não, o elevador, o mês que vem nós vamos mudar o interruptor, nós vamos mudar a roldana, nós vamos resolver o seu problema. E é assim que os governos tem se posto frente à sociedade. Então eu acho que nessa modernização passa muito pela modernização de relacionamento.

Aí vamos sair um pouco do discurso, eu acho que isso tudo a gente está careca de saber, eu só fiz essa colocação, porque se fala muito em modernizar o estado, mas se fala muito em modernizar o governo. Arrecadar mais, modificação de estrutura governamental. Eu acho que nós temos que partir para algumas coisas práticas. Eu apresento sempre duas linhas de propostas, uma metodológica e uma estrutural. Na metodológica, eu acho que nós não podemos copiar exemplos de determinados países, porque nós temos um País continental, que vive desde a chegada de Cabral a uma determinada execução central.

Mas eu acho que também a sociedade já está cansada de não ter respostas para seus anseios.

Então, uma proposta que nós temos defendido,

inclusive no Ministério da Justiça, que eu teimo em chamar de Ministério da Justiça, mas sempre quando me apresento eu falo Ministério da Justiça e da Cidadania, porque até isso o Governo Federal, não tem que fazer justiça, isso é um problema do Poder Judiciário, quer dizer, a justiça que o Governo Federal deveria fazer, é a distribuição das oportunidades iguais para seus cidadãos, ou seja, deveria ser um Ministério da Cidadania.

E uma das propostas, inclusive, que está para ser apresentada ao Presidente Itamar Franco pelo Ministro Maurício Corrêa, é a criação de um programa de cidadania. Que passa inclusive pela reestruturação de um Conselho que apesar de seu Projeto de Lei ter sido apresentado em 56, ele foi aprovado e sancionado quinze dias antes da Revolução de 64, que é o Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana. E, eu tive a insatisfação ou satisfação de ser Secretário Executivo em 87 ou 88, eu não me lembro quando. É de 64 até 88, a época em que eu saí, ele não tinha dado nenhum parecer conclusivo, era tudo arquivamento, estudos e na última Convenção, na Conferência dos Direitos Humanos em Viena, o Governo brasileiro descobriu o ovo de Colombo que Direito Humano é direito ao desenvolvimento também. Mas isso se alguém lê com detalhe a Carta de 48, "Direito Universal do Homem", tem todos os direitos. Direito ao Trabalho, Direito de Ir e Vir, Direito à Educação, Direito à Alimentação, então todos lá. Quer dizer, Direito ao Desenvolvimento não precisa ser inventado agora. Então por conta disso nós fizemos uma transformação no Conselho dos Direitos Humanos, e esse Conselho dos Direitos

Humanos funcionaria como uma espécie de sede governamental de um fórum ministerial, a estrutura é baseada em governo e sociedade, governo não existe sem sociedade e sociedade não existe sem o governo. Então o foco central é que neste Conselho, a nível federal teria uma espécie de fórum ministerial que poderia ser convocado pelo Presidente da República, acatando às denúncias desse Conselho, e o Presidente da República convocaria tais e tais ministros voltados à problemática, inclusive à problemática não só de Direitos Humanos, de presidiário, mas de Direito ao Desenvolvimento, algumas políticas públicas que vem sendo mal formuladas e paralelo à esse fórum, teria o Conselho dos Direitos Humanos, a nível nacional.

A nível estadual os governadores também teriam esses mesmos Conselhos e a nível municipal também.

Existem capitais que inclusive nós já temos visitado, uma é a Prefeitura de Natal, que já vem funcionando à contento. Inclusive eu participei de uma reunião que eles chamam fórum da cidade, onde o prefeito apresentou uma proposta orçamentária, dividida por distrito municipais e se alterou prioridades que já estavam alocadas no orçamento. Então quer dizer, disso é utopia, eu acho que pode se caminhar e eu acho que o grande desafio do administrador público e da sociedade é fazer a realidade chegar até a metade pelo menos do caminho da utopia.

Então essa estrutura seria levada à estados e municípios, é uma coisa mais ou menos concreta. Esses fóruns tanto municipal quanto estadual e federal se discutiria o

papel do Estado. Não é uma coisa curta, e talvez nem a médio prazo, mas é uma discussão que vai ao cidadão, porque todo cidadão habita um município. É essa tal propalada descentralização, eu fiquei contente quando o Ministro Stepanenko colocou, porque eu ficava preocupado e ler criação do Ministério da Descentralização, eu acho que ninguém descentraliza. Se aponta, não quer ou não tem condições de realizar. A descentralização não é um ato unilateral. A descentralização tem que ser bilateral. Se eu descentralizo para uma pessoa, essa pessoa tem que ter querência, e depois tem que saber utilizar essa descentralização. Então, eu fiquei contente nessa parte.

Então eu acho que o modus operandi da administração da coisa pública e não a administração pública, como tem sido tratada, e que é o grande avanço que a gente pode dar na modernização do Estado.

A tarefa não é fácil. Por quê? Porque nós temos um embrólio como o Edson Nunes colocou, que é o problema de representatividade, que é o problema do poder político deste País. Nós temos hoje uma justiça eleitoral que permite um empresário ir a uma CPI, dentro do orçamento e dizer que tem doze milhões de dólares, para oferecer aos candidatos. Quer dizer, este embrólio legal, nós temos que vencer, a representação partidária, nós temos que vencer.

A cultura do voto negativo tem que ser vencida. Quer dizer, o brasileiro vota no vencedor, ou no mais bonito, ou no mais rico, quer dizer, ele não vota na confiança que o candidato desperta nele, isso tudo é um problema de cultu

tura.

Só para terminar isso, depois dessas mudanças metodológicas, aí sim, depois nós poderemos passar para mudanças estruturais e essas mudanças estruturais tem que ser sérias. Nós não podemos manter essa estrutura governamental que só serve para manter os governantes no poder. E nesse sentido, eu até trouxe uma proposta onde tem dois princípios básicos. Porque definido esse papel do Estado, a gente teria que definir recursos estruturais, que seria a própria estrutura dos governos. Recursos Humanos Recursos Econômicos e Financeiros, que seriam as reformas fiscais e monetária. E também a parte de recursos materiais. Nessa parte de estrutura eu creio que alguns princípios poderiam ser norteados.

Em primeiro lugar essa estrutura de governo, ela tem que dividir bem claramente o que é função de governo, e o que é função de Estado.

Hoje no governo nós temos misturadas as coisas. Nós temos por exemplo, o Ministério da Fazenda, que trata de recursos públicos, definindo como a sociedade deve se comportar. Nós temos Secretarias de Planejamento que trata dentro de suas atribuições legais, de planejamento de governo, e não temos nenhum órgão que trata de planejamento estratégico de Estado.

Houve uma tentativa há dois anos, mas deu com os burros n'água. Justamente por causa dessa intersecção entre governo e Estado. E existem Ministérios que tratam de assuntos nacionais, tipo Educação, Saúde, que são relegadas a segundo plano. Por quê? Porque o governo é mais forte dentro

do Estado do que a sociedade.

Então nós temos hoje orçamentos mais fortes para atividades-meio do Estado, ou seja, atividades de governo do que da atividades-fins.

Então hoje, que nós temos um orçamento da ordem de duzentos bilhões de dólares, o que representa um quarto do PIB, previsão, nas mãos do setor público é o orçamento da União, isso sem considerar os orçamentos estaduais e municipais. Será que este orçamento público não daria para eliminar um pouco a fome, a falta de educação, não a educação, dessa educação que nós oferecemos às nossas crianças, uma educação que não leva a nada, uma educação que eu falo, é uma educação para o conhecimento, é a educação para disputar a competitividade. Porque nós falamos em PBQps competitividade, e nós vemos só o lado do capital, nós não vemos a mão-de-obra, quer produtiva, quer consumidora dentro dos próprios benefícios de produtividade e qualidade.

Eu acho que nós temos que, a modernização do Estado, eu repito, ela tem que estar voltada para o agente máximo que é a sociedade.

Então todas essas discussões que nós temos ouvido falar, elas tratam muito mais de modernidade de governo e logicamente, como o Deputado Nelson Jobim colocou, não vai mudar situação nenhuma, porque nós vamos sempre ter governo distante da sociedade.

Eu listei algumas coisas, que eu acho que a gente não devia priorizar nas discussões sobre a modernização do Estado.

Uma das coisas, por exemplo, fortalecimento institucional. Independente da instituição governo como um todo, ou de parte, fortalecer para quê? Ou enfraquecer? Se não discuto para quê que existe o governo, como é que eu vou fortalecer? Então nós vamos sempre ficar empurrando com a bar riga as discussões. Nós vamos fortalecer essa ou essa instituição. Na verdade nós estamos deixando de atender os an- da sociedade.

Se fala muito na privatização. Nós estamos fa- lando em privatização sem realmente conhecer o patrimônio pú- blico. Patrimônio público que eu me refiro, não é só o patri- mônio das empresas estatais, não. Nós temos outro tipo que o Patrimônio da União não tem cadastrado.

Hoje o governo através do Programa de Atendi- mento Integral da Criança, faz uma série de concessões e exis- tem de seis mil imóveis públicos vazios. É essa administra- ção do patrimônio que eu me refiro. É uma administração ge- rencial, não é cadastral, é gerencial. O que fazer com o pa- trimônio?

Então, só finalizando, além desses princípios dentro dos princípios de reforma administrativa, dividindo o governo em dois grupos, grupos de funções de Estado e grupos de funções de governo. As funções de Estado, seriam estrutu- ras ministeriais, e a estrutura voltada para o governo, seri- am secretaria simplesmente com estruturas menos abrangente e mais voltadas para dentro do governo. Toda essa estrutura de ministérios teria acoplada a conselhos, ou seja, todo e qual- quer assunto que fosse nacional, teria que ser discutido com

a sociedade.

O Ministério da Educação por exemplo, teria um conselho de educação e nos estados teriam um conselho de educação estadual, e nos municipais conselhos municipais de educação.

Essas formulações de políticas, teriam que vir de baixo para cima. E a nível de governo, essas secretarias teriam somente a função de administrar o setor público dentro do Estado.

E para encerrar, em termos de Recursos Humanos, ou a gente assume uma postura e inibe a participação de representantes de segmentos dentro do governo e Estado, nessa proposta que eu apresento de reforma, não se teria o acesso de pessoas a cargos públicos que não fossem funcionários públicos.

É uma medida que vem sendo avançada paleativamente, mas eu acho que ela tem que ser radical.

Dentro da Instituição Pública, existem cargos políticos e existem cargos técnicos, há pouco tempo vem se discutindo o problema de controle interno, ou seja, o Secretário de Controle Interno, é nomeado pelo ministro, então o controlador é controlado pelo caixa. E isso em outros setores, existe a mesma coisa.

Então eu acho que tem que ser limitada a ascensão e a assunção de cargos públicos, para carreiras voltadas para as verdadeiras funções de Estado, e de governo.

Então só para terminar, eu gostaria de dizer que estou trazendo aqui uma palavra de que a sociedade é que

o verdadeiro objetivo do Estado.

Se nós não tratarmos, se nós não ouvirmos a sociedade, se nós não trouxermos para o Estado os anseios da sociedade e a melhoria dessa representatividade, que eu sei que é difícil, o próprio Deputado Nelson Jobim colocou que isso é uma tarefa difícil. Nós estaremos brincando de administrar a coisa pública. Se nós pegamos esse trinta e dois milhões de indigentes, e multiplicarmos a uma taxa de natalidade, nós veremos que não vai a um tempo muito distante não. No ano 2000, nós veremos quantos indigentes nós teremos na rua. E aí sim a sociedade e a classe média vai dizer que a sociedade está mais violenta.

Eu sou do Ministério da Justiça e em nenhuma secretaria de segurança existe estatística de violência nenhuma. E está se dizendo que a sociedade é violenta. Será que a sociedade é violenta. Será que a sociedade é violenta, porque ela está sendo violentada nos seus direitos? Eu acho que a violência maior é a violência da caneta, é da má formulação de política. Era só isto.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada Roberto.

Eu acho que essa idéia de modernização do relacionamento, sociedade-estado, ela é fundamental. Você trouxe aqui uma série de pontos para a discussão dessa relação, estado e governo que eu acho também muito importante, inclusive eu queria até lembrar que no novo estatuto que o IPEA está propondo à SEPLAN, nós estamos nos defifindo como um órgão do Estado à serviço do governo.

Então eu acho que está um pouco dentro desse

espírito que nós todos estamos caminhando. Mas é claro que você também quando estabelece uma agenda de temas, que não devem ser tratados, e você coloca a questão da estabilidade institucional como uma questão não só pouco importante, mas se eu entendi como uma questão a ser descartada.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não prioritária.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - E não prioritária, eu acho que aí talvez, enfim, eu acho é um tema, que a gente precisa aprofundar mais, porque um dos pontos que eu acho importante, nessa transição que o Edson mencionou como uma transição mais longa e mais problemática, está exatamente a descoberta de uma banda pobre da sociedade. Quer dizer, não é a formação de conselhos, isso é um ponto para a gente discutir mais adiante. Mas nós sabemos que a formação de conselhos pode ser simplesmente a reprodução de lobbies, que até porque a sociedade é frágil, ela muitas vezes, os seus representantes também são frágeis diante desses poderes maiores. Então eu acho, que a questão da organização da sociedade é um tema imenso, importante, que a gente poderia tratar junto à questão os lobbies, que o Régis levantou.

Então eu passo a palavra agora, nós entramos nos debates, e eu tenho a impressão que, eu vou dar a palavra ao Dr. Aécio. Aécio é Diretor Executivo do IPEA, e depois ao Heitor, eu acho que nós vamos trazer aqui uma variável, uma dimensão do problema do Estado que foi tocada no paper do Instituto Atlântico e que nós não tivemos tempo ainda de aprofundar. O Raphael falou um pouco, etc.

Eu acho que está todo mundo pensando nisso, é

só a questão gerencial do Estado.

É fundamental que a gente discuta isso, porque em geral o tema do tamanho do Estado, ele tem prevalecido sobre o tema da velocidade do Estado. Então eu acho que a velocidade também talvez merecesse alguma consideração entre outras.

Eu passo a palavra ao Aécio.

O SR. AÉCIO GOMES DE MATOS - A minha preocupação, eu gostaria de tocar em três pontos, que me parecem significativos no que já foi discutido, e que ao meu ver deveriam fazer parte dessa agenda, da discussão que estamos iniciando.

Eu diria estamos iniciando porque eu vejo esse fórum como um início de um processo que o IPEA defende dentro de sua programação de trabalho, que é contribuir para a questão da reforma do Estado.

O primeiro ponto que eu gostaria de chamar atenção era que a gente normalmente quando fala de reformas, tem uma certa tendência a se centrar em questões importantes, mas que são as questões às vezes das especialidades de cada um, e perde muitas vezes as perspectivas do conjunto. Eu acho que o Roberto Ramos tocou um pouco nessa questão mais Global da intervenção sobre a Reforma do Estado, e eu citaria pelo menos três pontos que me parecem englobarem essa visão de conjunto.

A primeira é a reforma que a gente poderia chamar de política institucional do Estado. É a definição efetivamente do tamanho do Estado, a definição das funções do Es-

tado, a definição do pacto federativo, enfim, a definição do Estado enquanto instituído do processo institucional da nacionalidade.

Eu acho que sobre esse ponto nós já trouxemos informações muito importantes nesse fórum. Eu acho que o Régis, inclusive fez uma síntese muito significativa do que é que nós queremos com o Estado, pelo menos do que é que aparentemente se poderá formar como um consenso dessa visão de Estado que nós temos.

O segundo ponto que eu acho que é fundamental é a visão de reforma de Estado, é a existência de um plano de desenvolvimento nacional, quer dizer, de um projeto nacional que coloque esse Estado numa perspectiva operativa, que dê uma direção à esse Estado, no sentido da solução das questões sociais que envolvem no nosso caso especificamente, uma dívida impagável pelo menos nos prazos que a gente se dá. Mas que é preciso que mesmo impagável começasse a ser amortizada urgentemente.

Acredito que nós temos discutido, a semana passada mesmo, tivemos um fórum, semana trazada tivemos um fórum sobre o novo mapa da economia, onde se tentava tocar essa questão, que eu acho que é um pouco mais complexa do que um fórum pode resolver, e certamente é muito mais complexa do que um plano econômico de ajuste de contas federais, pode significar. Nós começamos a falar de um plano econômico definido a nível das necessidades de caixa e às vezes ficamos pensando que estamos efetivamente diante de um plano econômico. Eu acredito que fora o plano decenal, a gente praticamente

nunca mais falou em plano nacional de desenvolvimento nesse sentido que eu estava querendo dar, que a meu ver faz parte integralmente da reforma do Estado, se a gente quiser falar de reforma. Eu diria se na preocupação da definição da estratégia, ela é importante, é preciso ver que ela é uma estratégia que deve viabilizar o Estado, enquanto definição ideológica, insitucional, social, política, etc. Quer dizer, a estratégia é absolutamente fundamental nessa nossa visão de reforma do Estado.

E finalmente temos um terceiro elemento, que eu acho que faz parte complementar desse processo, a nível da definição de estrutura que o Estado deve ter para cumprir esse plano nacional e exercer suas funções de Estado. Quer dizer, se a gente não pensa a reforma do Estado nesses três enfoques certamente a gente cometerá sempre o engano de estar fazendo reformas administrativas como tantas que temos visto aí, que não significam nada a não ser bagunçar cada vez mais a máquina do Estado e deixar pessoas sem saber para onde vão, e às vezes até de onde vieram, porque os ministérios se fecham e se abrem com uma velocidade tão grande, que você termina não saindo de lugar nenhum.

Então, eu acho fundamental, eu fico sempre com muito medo desses fechamentos e destituição de cargos, essa instabilidade que a administração pública tem, me parece que faz muito mais mal fechar um órgão e deixar as pessoas sem saberem para onde vão e deixar as funções sem saberem como serão executadas, do que suportar mais um ano ou dois anos naquele órgão mesmo que a função dele esteja superada, mesmo

que haja necessidade efetivamente de uma transformação naquele órgão.

Eu acredito que não se pode pensar em reforma administrativa se a gente não tem uma visão clara do que é o Estado e não se tem uma visão clara do que é o plano de desenvolvimento nacional, o projeto nacional, que essa administração deve executar.

A primeira questão, que nós perguntaremos hoje, por exemplo, quando falamos da reforma administrativa para me situar agora no ponto que eu gostaria de aprofundar mais, a questão é o seguinte: quais são, se as definições que o Régis nos colocou no início são concensuadas nesse grupo, quais são efetivamente os grandes compromissos de uma reforma administrativa?

Eu acho nos consensos que se formam de maneira às vezes assistemática, eu diria, nós temos hoje dois grandes consensos nacionais. Quer dizer, um dos compromissos da máquina do Estado é produzir uma descentralização eficiente e o segundo compromisso da reforma administrativa seria a democratização do processo de decisão do País. Quer dizer, se a gente parte que esse novo estado precisa desses dois compromissos, a gente talvez tenha a diretriz básica para começar a se pensar, talvez ainda não uma estrutura, eu ouvi com bastante atenção e interesse a proposta, e dei uma lida rápida aqui na proposta de estruturação, acredito que a gente vai ter que chegar lá, e eu tenho um pouco de paciência na definição final de qual é a estrutura que a gente vai desenvolver.

Eu preferiria começar a fixar quais são os pres

supostos básicos dessa estrutura. E me parece que esses são os dois pressupostos básicos, a questão da descentralização e a questão da democratização do processo decisório.

E aí, talvez, embora haja consenso sobre os títulos de descentralização e democratização eu acredito que quando a gente começa a discutir mais profundamente o que significa descentralização, as coisas começam a complicar. Começam a complicar não apenas porque os temas são polêmicos em si, mas porque nós fomos formados num processo absolutamente centralizador e quando nós defendemos muitas vezes projetos e idéias de descentralização, nós estamos muitas vezes sustentando projetos que são absolutamente centralizadores.

Eu pessoalmente estou convivendo recentemente com duas propostas onde toda a justificativa é em nome da descentralização e efetivamente a proposta do projeto é absolutamente centralizadora.

Eu andei querendo fazer um exercício talvez até, muito mais, para dar uma idéia desse meu pensamento da complexidade do processo de descentralização, de que mesmo para fazer uma proposta de descentralização.

Se a gente começa a pensar por exemplo, eu acho que a Sulamis falou um pouco nessa questão dos recursos, quer dizer, se a gente começa a pensar que o processo de descentralização passa necessariamente pelos recursos e talvez até, seja importante esse ponto que o Roberto levantou sobre a capacidade, muitos municípios tem de executar processos descentralizadores. E começaria a pensar sobre os recursos.

Nós estamos diante de um quadro institucional

institucional absolutamente caótico a nível do Congresso Nacional, com a questão da CPI, porque o processo aparentemente de alocação de recursos aos municípios é absolutamente centralizado e definido a nível do Congresso, até mesmo o aqude que vai ser construído, onde vai ser construído, qual é o projeto, quanto custa, e pelo que a gente já sabe aqui, a decisão de quem vai executar também está sendo defendida dentro do orçamento.

Então efetivamente essa super centralização, não interessa se os recursos estão indo para um município, interessa que a decisão sobre o que é que será feito desses recursos é tomada em Brasília. E aí, talvez nós tenhamos que ter coragem de começar a analisar processos descentralizados, onde o Governo Federal exerça, e tem que exercer certamente num País com a quantidade de desequilíbrios que nós temos, exerça uma função compensatória, quer dizer, tenha no seu orçamento um fundo compensatório significativo, mas eu acho que é essa a questão da descentralização, esse fundo compensatório é necessário, e a gente não pode imaginar que apenas com os recursos locados dentro dos municípios e Estados, a partir das regras básicas da distribuição fiscal, seria o suficiente para cada estado tocar e cada município tocar o seu programa de trabalho, e a gente sabe que alguns municípios não tem recursos suficientes, e essa compensação de recursos tem que ser feita a partir dos fundos federais. Então, não temos nenhuma dúvida que esses fundos federais serão sempre necessários em qualquer situação, sobretudo na situação de desequilíbrio em que nós vivemos.

A decisão, no entanto, da aplicação desses fundos, não pode ser centralizada.

Ao nosso ver, o que o governo central, eu diria mais até o Congresso Nacional deveria fixar seriam tetos, seria a distribuição básica dos recursos em função dos projetos prioritários nacionais, em função das alocações setoriais, que o próprio plano de desenvolvimento nacional indica como necessário, mas aí terminaria a competência da União, e definido também os critérios de alocação desses fundos, critérios universais de alocações desses fundos, no nível das necessidades municipais nós teríamos completado efetivamente nesse processo de descentralização o papel da União. E as decisões de aplicações efetiva desses fundos, deveriam estar localizadas nos estados e municípios que, aí sim nós estaríamos falando de uma descentralização que certamente contrariaria interesse como disse o Deputado Jobim hoje de manhã, significa o papel dos Deputados Federais que teria que ser radicalmente modificado porque ele perderia essa função de agenciador de recursos para os municípios, e teria que buscar uma outra lavagem de roupa como a gente diz, e talvez aí sim, se preocupar com as questões nacionais que é a função dele. Mas deslocar, eu voltaria a falar nisso no fim, deslocar essas competências não é uma função tão simples.

Eu não tenho a menor dúvida que nessa visão da reforma administrativa, que a gente está discutindo e sobretudo na perspectiva presidencialista que a nossa Constituição nos coloca, é fundamental a recomposição dessas funções de Estado, ligadas à planificação e à coordenação, quer

dizer, praticamente o projeto nacional que se desenvolveu nesses últimos anos foi de desorganização completa dessas funções, quer dizer, temos que analisar e até diagnosticar mais atentamente a serviço de quem? A serviço de que grupo estava exatamente essa desorganização do sistema de planejamento e desorganização do sistema de coordenação nacional.

Esse eu acho que é uma reforma administrativa qualquer que seja na perspectiva de cumprir o plano nacional de desenvolvimento e o papel do Estado que definiremos que estamos definindo, estamos redefinindo sobretudo na Revisão Constitucional, essas funções de planejamento e de coordenação seriam prioridades absolutas.

Ou nós remontamos a função de planejamento neste País, por mais que esse Estado se encolha do ponto de vista operativo, por mais que esse Estado se encolha da sua ação produtiva, certamente a função normativa de indução irão caracterer dessa função de planejamento cada vez maior e mais forte.

A questão da desburocratização do processo, também é uma responsabilidade fundamental da reforma administrativa, até mesmo porque nós construímos um País inviável do ponto de vista da burocracia em nome de nos defendermos contra a corrupção, significa você tem hoje leis que são absolutamente draconianas do ponto de vista da administração pública, o Raphael falou da administração das empresas estatais como sendo difíceis, difícil mesmo é administrar uma empresa de administração direta, quer dizer, hoje com as leis de licitação que estão postas aí é praticamente impossível você

fazer licitações que sejam racionais, coerentes e que atendam aos interesses da administração pública.

Então, nós construímos, em nome de nos protegermos contra a corrupção e já vimos que não nos protegemos, porque a capacidade de dominação desses processos do setor corruptor da sociedade é muito maior do que a nossa de engessarmos este sistema só que nós em vez de engessarmos esse sistema, engessamos efetivamente a máquina administrativa, Então, esse será um segundo grande compromisso dentro da reforma administrativa é de desengessar, eu não gosto de falar na palavra desregulamentação quando a gente fica pensando que é abrir o processo todinho, não é não, é re-regulamentar significa, nós temos que desregulamentar mas numa perspectiva de re-regulamentar, porque o Estado tem uma função efetiva de controle dessa situação, só que não pode ser em nome da burocracia, aí nós temos que nos modernizar. Existem hoje sistemas, ainda ontem estávamos falando sobre alguns sistemas já de domínio público da cibernética que conseguem fazer controles de contas e de gastos, numa velocidade fantástica, através de estatísticas, sem precisar efetivamente de cinquenta assinaturas de mil delegações, de várias leis, meia, meia, meias que aparecem por aí que são mais sapatos do que meias...

Um outro aspecto acho que eu não vou me alongar, mas que é fundamental colocar, que já foi colocado aqui algumas vezes, que é a questão da estabilidade, quer dizer, da estabilidade das instituições nós falamos à pouco e das estabilidades das administrações. Aí eu acredito que não tem

como resolver esse problema sem a profissionalização da função do gestor público, significa, nós não podemos estar sujeitos às mudanças de governo como condicionante básica do funcionamento do Estado. E algumas coisas ressaltam essa questão de maneira fantástica. Basta olhar os contra-cheques dos funcionários que tem DAS e perguntar a quem é, a quem se deve a fidelidade deles, se é ao governo ou se é ao Estado. Significa, os DAS representam a nível dos orçamentos dos funcionários públicos um percentual bastante maior do que efetivamente o salário que ele tem enquanto funcionário público. E aí, o compromisso dele é com quem concede o DAS dele que é o governo e não com o Estado.

Então, esse quadro, significa, nós não conseguiremos estabilizar a administração pública se a gente não fizer um investimento significativo na questão das carreiras. Aparentemente são coisas que podem não sensibilizar algumas pessoas, mas enquanto esse DAS não for uma parcela mínima dentro do salário do funcionário público, certamente nós não teremos estabilidade neste País, em termos da máquina administrativa.

E finalmente a gente não poderia passar sem falar nesse ponto que é a questão dos recursos humanos, quer dizer, nós temos um conjunto de funcionários públicos que assumem efetivamente o estereótipo do incompetente, do ineficiente, isso de maneira muito geral e a grande maioria termina exatamente assumindo isso, e a gente às vezes analisa e age, e é muito comum a gente agir na administração pública, inclusive como dirigentes, incluindo um pouco essa massa crí

tica e inoperante que segura o funcionamento, segura os projetos das administrações que assumem.

Eu acredito também aí nós temos que fazer uma mudança de atitude significativa, nós não conseguiremos administrar essa máquina carregando um peso de funcionários públicos inoperantes como o que temos e pela Constituição nós não vamos conseguir nos livrar deles, deles eu digo, eu sou funcionário público também, eu me incluo nesse processo não de inoperante, mas me incluo como funcionário público e de repente nós não vamos trabalhar com eles, e aí sim nós temos que construir efetivamente uma dignidade para o funcionário público, a questão salarial é uma questão fundamental, mas não é única, a questão da identificação entre as funções do funcionalismo e as competências e a necessidade de formação e de reciclagem são fundamentais. Ontem eu ouvi e aqui nós temos um dirigente de uma organização de ensino do setor público e ontem eu ouvi uma coisa interessante, quer dizer, o funcionário público está proibido de receber honorários por dar aula. Então a gente vai ter que buscar na iniciativa privada os professores que não ensinar aos funcionários públicos.

O SR. - Inaudível.

O SR. - Ah, sim, também não pode, quando há lei das licitações também não pode.

O SR. - Só os de notório saber.

O SR. AÉCIO GOMES DE MATOS - Eu acho que essas coisas, quer dizer, ou nós resgatamos isso ou nós não temos a menor condição de pensar em Recursos Humanos e de pensar em Reforma Administrativa.

Antes de finalizar eu gostaria de tocar numa questão agora que me parece fundamental que é o seguinte: na perspectiva nós estamos falando em tese, significa nós estamos falando em tese quando falamos no Estado, nós estamos falando em tese quando falamos na recuperação da máquina, nos planos de carreira, essa coisa todinha.

O SR.

- A pergunta é a seguinte:

como é que isso se expressa? O que pode acontecer? E aí eu fiz uma pequena, - inclusive resgatando algumas coisas que já foram ditas aqui - uma pequena digressão sobre a questão das resistências. Onde é que nós encontramos resistências e como nós poderemos abordar a questão dessas resistências para essa transformação? Porque se o estado está assim, se a máquina administrativa está assim, se nós não temos projeto nacional, isso serve à alquém, não tenho a menor dúvida. E a questão é começar a descobrir a quem é que isso serve. E eu acho que aqui foram ditas coisas importantes. Eu acho que foram ditas primeiro que está na moda a questão dos governos paralelos, nós construímos um governo paralelo, então não se pode montar um novo governo até mesmo porque já tem um que está exercendo. Eu me lembro quando criaram o Ministério da Reforma Agrária e me perguntaram o que eu achava, eu disse: é ótimo para não fazer reforma agrária, porque já que tem alguém cuidando disso, ninguém mais trata e como ele não altera, enfim não tem reforma agrária. A melhor maneira de não fazer reforma agrária pode ser criar um Ministério da Reforma Agrária.

Essa questão me parece importante, existem estados paralelos que está aí para não deixar o estado funcionar ou para garantir que esse estado que não funciona é o melhor estado que tem, e aí estados paralelos, não é só um estado paralelo, eu acho que nós temos um estado paralelo da burocracia, nós todos gatos e cachorros segundo a designação de Aspásia.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - A minha não, já me disseram, já me contaram essa história da guerra dos gatos e cachorros.

O SR. - Os gatos são as pessoas que são da casa, que vivem aqui em Brasília e os cachorros são os que vem e saem com os donos, quando muda o governo entra e sai um grupo de pessoas que são exatamente os que acompanham o dono e não se entusiasma muito pela casa.

Eu não sei exatamente quem é a maternidade ou a paternidade mas efetivamente essa burocracia tem um poder e tem um poder de resistência à mudança muito forte e essa resistência à mudança certamente é um dos aspectos que nós vamos ter que trabalhar se quisermos falar efetivamente em reforma do estado.

Um segundo governo que eu acho é o governo da corrupção, que é esse que está em discussão na CPI, mas nós temos também o governo dos corporativismos, dos grupos, inclusive diga-se de passagem, dos corporativismos dos funcionários públicos que estão interessados em mudança mas não tanto. eu acho que o Boschi falou um pouco da questão de que as esquerdas de repente são conservadoras, e é verdade, essas esquerdas representam muito, e centram muito em cima da questão do corporativismo.

Finalmente eu vejo dois pólos de resistência. A primeira é a internalização dos modelos passados, dos modelos que estão em vigor, significa, eu citei à pouco, que os projetos que terminam saindo em nome da descentralização são centralizadores, eu acredito que isso faz parte de alguns meca-

nismos inconscientes que nós temos e que reproduzem eu acho que até na linguagem psicanalítica reproduzem os modelos que nós aprendemos, que nós internalizamos, que nós vivemos e que nós nos sentimos seguros nele, quando de repente a gente discute, será que os municípios vão conseguir decidir sobre a aplicação dos seus fundos sem ter competência estabelecidas, a minha pergunta é se isso não faz parte do nosso próprio medo de perdermos a referência desses modelos internalizados. Então eu acredito que essa é uma resistência importante e certamente é uma resistência mais complexa de que a outra porque o País é a máquina burocrática não cabem num divã. (risos)

Vamos ter que imaginar um divã que consiga investir mesmo nesse ponto.

Eu acredito que no fim a gente termina tendo um ponto de resistência na mesma linha que o Boschi falou que são os grandes movimentos, a grande capacidade de veto que a sociedade e as próprias corporações começam a ter sobre o funcionamento da máquina administrativa e sobre a reforma do estado como um todo. Essa capacidade de veto ela é também imobilizante, até mesmo porque ela é espasmática, ela não sabe exatamente qual é o caminho que ela vai seguir e de repente ela pode ir contra a maré ou à favor de uma maré cuja mudança significa o reforço da situação atual e não uma mudança efetiva.

E agora para finalizar mesmo, eu já gastei mais tempo do que eu pensava, me resta uma pergunta: como viabilizar essa coisa toda? O gato está aí, o guiso está aqui, quem é que vai botar e como é que a gente vai chegar lá para botar?

E aí eu quero me reportar um pouco à palavra

do Ministro quando falou no início que efetivamente o governo está preocupado em estabelecer um programa de descentralização que eu entendi como um programa que vai produzir a reforma do estado, eu acho que a palavra descentralização aí é simbólica e pelo menos o que eu entendo que está em discussão aqui não é a descentralização, é a reforma do estado nessa complexidade que a gente viu e a existência de um conselho da república que vai efetivar essa reforma, inclusive com a justificativa bastante clara de que esse conselho da república está ligado à presidência da república, é supra ministerial e por isso tem o poder de fazer reforma. Eu concordo integralmente.

Sendo suficiente, sendo necessária, essa condição não é suficiente. Eu acredito que é importante que se estabeleçam programa de reforma, eu acho que é importante que se estabeleça uma instância decisória sobre esse processo que esteja além dos ministérios, mas em primeiro lugar é importante colocar quem é o agente executivo desse processo? Certamente a solução não seria criar um ministério para fazer a reforma como o Ministério da Desburocratização em determinado momento se pretendeu.

Mas é preciso que tenha um agente porque conselhos não funcionam efetivamente. E na medida em que esse agente for um departamento, uma diretoria ou uma secretaria de algum ministério, o conselho não terá força suficiente para fazê-lo funcionar à contento, ele pode decidir mas o acesso às informações, o processo de discussão precisa de status diferenciado efetivamente para que isso se defina.

E finalmente eu diria que mesmo havendo um agente ainda corremos o risco de ficarmos presos com o projeto de reforma gestado por burocratas que na melhor das hipóteses transformarão, modernizarão um pouco o processo descentralizador que a gente já tem. Então talvez estejamos num beco sem saída e certamente eu não sei o caminho, ousou pensar uma coisa.

Nós inventamos nestes últimos anos um instrumento de trabalho para a república que senão copiado precisa ser refletido porque é um instrumento de trabalho absolutamente eficiente apesar de todos esses processos de resistência que nós falamos, nós inventamos a CPI. Eu diria inventamos porque instalamos uma coisa que funciona chamada CPI, e essa coisa funcionou, funcionou e fez algumas pequenas revoluções. Nós tivemos um proceso de destituição de um presidente da república que era uma CPI e mais do que uma CPI, a CPI conseguiu integrar um elemento fundamental dentro do seu processo que é a sociedade. A CPI não existiria como tantas outras já se passaram nesse País e que foram engavetadas, esquecidas se não fosse essa CPI que eu disse que nós inventamos. Nós inventamos uma CPI com o povo, nós inventamos uma CPI acoplada à sociedade, nós inventamos, portanto, um instrumento de trabalho absolutamente fantástico. Será que a gente não poderia aprender um pouco com esse processo que a CPI vive? E de que é preciso, primeiro, considerar que se foram geradas essas "CPI's" que eu estou falando foram geradas para resolver problemas emergenciais, prioridades emergenciais. A minha pergunta é se a reforma do estado não é uma prioridade emergencial, não é uma calamidade? Talvez muito maior do que a corrupção do Congresso, talvez muito maior do que um presidente ilegítimo. E

esse é o ponto central. Que ponto é que nós valorizamos a reforma do estado? Nós corremos o risco de termos discussões como essa e me parecem absolutamente fantásticas do ponto de vista da competência e da sensibilidade das pessoas, mas terminamos aqui e as coisas que nós dissemos que são seríssimas podem não estar acontecendo.

Então, eu acredito e aí pensando efetivamente em construir alguma coisa que antes mesmo da gente continuar aprofundando a discussão sobre o que é que deve ser o nosso estado, sobre como é que deve ser nossa administração, qual é o nosso plano, nós vamos ter que inventar um instrumento que inviabilize efetivamente esse processo que nós achamos e temos um certo consenso, em torno dele.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Diante da provocação fantástica de um substituto funcional para a CPI, eu acho que está todo mundo parado, e nós vamos ter que perder o Reginaldo que vai sair, não sei se Reginaldo queria.

O SR. REGINALDO HELLER - (Inaudível) CPI, para a CPI como o povo e nós achamos que a grande CPI do povo... (Inaudível), eu acho que esse pensamento é muito correto, eu acho que é por aí, nós estamos muito distanciados do cidadão, da sociedade. Eu acho que eu saio daqui com aquela sensação confirmada e confirmo essa sensação mas que eu gostaria de exteriorizar que nós temos uma tendência, eu acho que essa tendência vai minimizar todos esses problemas levantados aqui em torno da corrupção, do corporativismo, com o condomínio do governo ou o condomínio do estado que é o novo estado que se desenha por aí realmente é um estado que tem que ser cada vez mais gerente. cada vez mais

administrador de dissensos e menos executor de tarefas, aonde ele não precisar ele não entra. Deixa para o estado a unidade federada município, a empresa privada, capital estrangeiro, se colocou aqui a questão do financiamento, hoje o financiamento internacional é muito maior, um potencial muito maior do que os próprios estados. Essa é uma tendência que eu acho que vai acabar vingando e nós estamos sentindo isso.

A segunda é que o estado com menos atribuições, evidentemente ele tem que ser planejador, criador de ambiência para o desenvolvimento, para o crescimento, mas não executor não é planejar para executar, não é fazer um planejamento e indicar suas empresas para ela executar não, eu acho que não, ele tem que ser tercerizado e especializado nas suas atribuições e ele terceriza o máximo possível. Ele é menor para que a sociedade seja maior, não vamos ter um estado forte, um cidadão pobre, estado rico e cidadão pobre, não, ele tem que ser menor e forte naquelas atribuições especializadas. Eu acho que essas tendências são importantes, o poder tem que ser descentralizado, o poder não pode estar centralizado no Supremo Tribunal Federal. no Congresso Nacional, ou no governo federal. o poder tem que estar no município, tem que estar na Câmara dos Vereadores, tem que estar no Tribunal, da comarca no juiz da comarca, a iniciativa tem que estar aí, quando esse poder local não for suficiente aí recorre-se à outra instância.

E o estado permanece e deverá sempre permanecer com algum poder de intervenção. Não só de regulamentação mas de intervenção, ele tem que ter, evidentemente é a função dele.

Quero também antes de terminar, há muito pouca

coisa que eu vou colocar, deixar um pouco a minha surpresa. Eu acho que o estado como administrador de dissenso, #ele negocia com todas as organizações, sistemas organizacionais dentro da sociedade, mas quando possível ele tem que romper obstáculos. Eu me surpreendo um pouco quando a gente diz que temos que negociar com algum condômino do estado, com um corporativismo que existe, porque é um dado real e está aí, é histórico e nada pode ser feito. Eu acho que quando a gente quer, como se diz: quando a gente quer deixa de ser uma lenda, passa a ser uma realidade.

Outra coisa que me deixa um pouco assustado é insistir ainda na concepção do estado fiscal que vai regular a garantir essa distribuição do conflito entre capital-trabalho, eu acho fundamental a gente tentar superar para uma visão pós capitalista desse estado fiscal.

Também acho muito importante quando a gente formalizar isso, acho talvez a questão mais importante porque nós estamos discutindo aqui até num nível meio acadêmico, mas se a gente for para a rua, o que o povo, uma pessoa simples diz o seguinte: a visão dele empírica é análise de resultado, qual é o resultado da ação estatal? O que o estado ao longo de décadas, que resultados ele produziu na sua interação com a sociedade? E a última coisa também, lembrando o Roberto Ramos, é essa visão que a gente tem de priorizar da relação estado e sociedade.

Eu acrescentaria o cidadão porque a visão que a gente tem ou pelo menos a realidade que a gente lê é o cidadão à serviço do estado. Nós temos que pensar num estado, que o estado esteja à serviço da sociedade, do cidadão pessoa jurídica ou física mas não ligada à burocracia e à estrutura do estado,

a sociedade civil.

Era mais ou menos essas pequenas palavras que eu queria colocar, infelizmente eu vou ter que sair porque eu pensei que o fórum era até uma hora só e eu verifiquei que tinha agendado algumas coisas para à tarde. Muito obrigada.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada Reginaldo.

Eu passo a palavra agora ao Heitor Chagas de Oliveira.

O SR. HEITOR CHAGAS DE OLIVEIRA - Eu vou tentar ser breve. Como muita gente já prometeu e não conseguiu, se eu não conseguir não me apedrejem. Eu vou tentar me concentrar também numa das dimensões de tanta coisa que foi falada aqui. Isso foi uma fartura de abordagens de reflexões, incrível.

Mas eu fico, como a minha vida inteira tem sido em funções de gerência, chefiar alguma coisa, pilotar bureau é ali, é como obtém resultado, buscar alguma coisa, tem gente que vem reclamar, pedir, requerimento, papel, processo e tem que dar resultado, já estive fazendo isso no setor privado, já estive fazendo isso em grande empresa estatal, aliás é a maior de todas, a mais mencionada nesse ambiente, a sagrada Petrobrás de cujo sistema faço parte com todo orgulho.

Mas enfim, eu tenho muita preocupação é com as pessoas que procuram a gente, eu por exemplo passei meu último ano antes de vir para o IPEA, chefiando a área de recursos humanos da saúde, Ministério da Saúde, hospitais, INAMPS, milhares de servidores maltratadíssimos pela realidade da burocracia, pessoas injustiçadas, alguém falou em CPI, eu já tinha pensado em Nuremberg para João Santana, para o devastador que se fez nessa

sociedade, Nuremberg para João Santana porque na verdade foram perseguidas, maltratadas, punidas, de maneira absolutamente igual e devastadora, pessoas da maior competência e os tradicionais chupa sangue do empreguismo clientelista de sempre. Todos foram tratados com a mesma devastadora e odiosa perseguição. Nuremberg para João Santana não é a CPI, é Nuremberg porque na verdade o estado brasileiro assumiu compromissos históricos com as pessoas, compromissos jurídicos, definitivamente essas seiscentas e tantas mil e tantas pessoas que estão na atividade, eu tenho aqui os dados que eu anoto de vez em quando, enfim diretor da SAF. Então são hoje quinhentos e sessenta e sete mil ativos e trezentos e oito mil inativos. Esta gente toda está comprometida com o estado, o estado brasileiro está comprometido com eles até que morra o seu último pensionista. Então não há como fazer orçamento público sem contar com esse tipo de despesa, porque geraram direitos inalienáveis, invonfundíveis e irrefrutáveis, então é preciso partir de um estado que no seu pressuposto, a idéia de orçamento pressupõe isso, todos os latinos, cucarachas. Um dos pressupostos é a garantia desses compromissos jurídicos definitivos até que morra o último dos pensionistas, que é o mínimo daqui a oitenta anos. Isto posto a gente tem que ver outras coisas, a gente tem que ver o seguinte: a minha preocupação por exemplo, é que quando se fala em descentralização, ou até em reforma administrativa, uma das coisas, eu fui secretário da CEME já uns três anos, não fizemos reforma nenhuma durante o primeiro tempo, era o tempo do governo Figueiredo, mas pelo menos deu para a gente verificar que fazia uma tentativa decente de preliminarmente analisar a administração pública do ponto de vista

das razões da burocratização, era a legislação de ranço colonial. Alí se fez um trabalho sério, preliminar para uma grande reforma, tirar da legislação a estupidez centralista da colonização, de um foco colonial que até hoje continua existindo, nós ainda somos o País, o Brasil ainda é uma colônia de Brasília. A maioria das decisões relevantes são tomadas em Brasília à revelia das sociedades locais. à revelia do empresariado à revelia do cidadão, em Brasília a maioria ainda é. O que é preciso fazer é inclusive conhecer quais são realmente, em que momentos o estado teve que competências definidas legalmente? Quais foram essas competências? Houve um momento em que isto foi documentado, hoje em dia ninguém sabe o que tem que fazer o ministério, etc. No ano de oitenta e três a SEMOR publicou dois volumes deste tamanho, que estão lá, inclusive um arquivo nacional servindo de referência para o fundo de arquivamento da documentação da história do Brasil. Então está lá, Poder Executivo, estrutura e atribuições. Ninguém hoje sabe qual é cada estrutura que tem os organigramas, os quadradinhos que aquele João Santana inventou. Quais são as verdadeiras atribuições? Que acúmulos de legislação e de competências estão sendo feitas ao longo dos tempos? Ninguém que vai fazer reforma está estudando isso. E foram editadas dez mil exemplares em todas as bibliotecas das universidades. Quem está estudando reforma nunca viu esse livro, que foi o único momento em que se documentou inteiramente a estrutura e as atribuições do Executivo. Fazer reforma, bota o dedo no vento, toma o vento pelo dedo, lambe o dedo, toma o vento, eu acho, é um machismo institucionalizado, num maior respeito à toda científicidade que a gente está propondo aqui, tem um ambiente

de um, eu fico até me sentindo profanador desse ambiente de tanta erudição tem que saber efetivo com todo respeito, com toda sinceridade, mas quem toma as decisões das reformas não estuda isso, conteúdos informacionais do que tem sido o estado brasileiro, a proposição, o próprio arquivo nacional juntou ao longo do tempo, hoje tem desde a colônia como foi a estrutura do estado brasileiro e quem vai então rever a estrutura do estado brasileiro em nível de Poder Executivo Federal não pode deixar de estudar isso, não tem ninguém estudando isso. Não se faz isso na SAF, não se faz isso em lugar nenhum. Há uma documentação séria e se tinha acesso, antigamente estava acessível no PRODASEN, eu nem sei como está hojem desmantelou-se.

Isto é um dado importante da descentralização, é que não se reúnem as reais informações legais, coligidas em documentos próprios para se fazer os estudos que competem em termos tanto de reforma quanto de descentralização, e os documentos estão aí, a gente já tem até um exemplar em casa sobre esse assunto. Por acaso fui eu que ditei essa história, fui eu que tentei criar um sistema de informações organizacionais da administração pública, palpite, informação organizada desmantelou-se, então Nuremberg para João Santana e para outros meninôs engraçados que andaram mexendo, desmontando e punindo os nossos técnicos como a gente tem hoje no IPEA : gente de quatro mil dólares ganhando oitocentos dólares ao final da carreira, isto é punição, então assim não se constrói nada, desprezando as inteligências, punindo as inteligências tanto quanto se deveria e se puniu afinal as negligências.

Há um outro assunto que eu acho também que eu que

ro colocar aqui porque foi mencionado, começou com as coerências operacionais de Wanderley Guilherme, essas coerências operacionais eu traduzo para uma coisa vivenciada em alguns tipos de organização. A formulação não chega à cientificidade de vocês que estão sempre dedicadas a esses estudos, mas e quem está vivendo a coisa no dia a dia? O que acontece é o seguinte: existe na maioria das organizações uma profunda, cada vez mais profunda ignorância basta, ampla e profunda sobre o que se faz na outra organização do lado, e na verdade a sociedade está pagando imposto para que essas organizações do setor público interajam e obtenham resultados que convenham e que atendam às necessidades da sociedade. Então estamos nós cada um no seu nucleozinho, no seu feudosinho, enfim nesses ministérios, etc., na melhor das hipóteses quando tinha algum plano, um plano do nosso ministério, de nós desta instituição, e aí o risco das carreiras segmentadas por função exclusivamente, cada vez mais se concentram na sua óptica peculiar, na óptica peculiar da sua especialidade. E na medida em que se priva a sociedade de participar da gestão do estado deixando apenas para os servidores públicos, eu também comecei a vida como servidor público, eu não tenho nenhuma dúvida nisso, eu sou filho de servidor público, mas não se pode abrir mão da contribuição viva da sociedade através da movimentação política das alternanças de governo que cada ministro, que cada governante traga outras pessoas da sociedade para coexistir e coabitarem com o servidor público, trazendo, arejando com as demandas atualizadas, senão a gente corre o risco da concentração na especificidade das várias áreas. Então o que está acontecendo fundamentalmente nessa incoerência operacional é

que o que o ministro quer, quando quer, na graça de Deus, quando quer, na graça de Deus, quando consegue querer alguma coisa, quando consegue imaginar que o seu ministério não vai ser destruído, que o seu instituto não vai ser fechado, que a sua fundação não vai, fica todo mundo vivendo à desde os desmontes do Joãozinho Abreu meu amigo querido, não quero Nuremberg para este João, para o outro sim. Desde esses desmontes todo mundo vai acabar, por que eu vou me virar? Por que eu vou me desdobrar se vai acabar?

Então basta, aqueles que fazem alguma coisa, aqueles que projetam ou planejam ou fazem alguma coisa, aqueles que sonham alguma coisa sonham para dentro e aí acontece uma coisa fantástica e é isso que eu tenho visto. O ministro não sabe na díssima do que o outro está pensando. Quando não rivalizam a ponto de desejar que o outro morra, para não dizer outra coisa. Quando não, agora essa coisa se repete, essa coisa se reproduz, segundo a teoria do sistema, nesses subsistemas para dentro. Cada departamento age como se não existisse nenhum dos outros, cada fundação age como se não existisse nenhuma das outras. E todo cidadão está pagando imposto para fazer o salário dessa gente toda, que quando trabalha porque não está desiludida, não está chorando as suas lástimas, essa gente quando trabalha, trabalha isoladamente, trabalha de maneira fechada, trabalha desarticulada. Então o segredo está na palavra articulação, aí que eu queria chegar.

Essa articulação, a gente fala a articulação das idéias é uma coisa, eu estou falando na articulação das funções, na integração funcional das interfaces, e das complementarida-

des de função. Não tem ninguém pensando nisso, aliás não há nenhum dirigente público ligado para esse assunto. Quando alguém, por exemplo, de um ministério começa a estabelecer contatos e tal, com outros ministérios para verificar como é que é, hoje com qualquer dimensão de órgão, sejam de órgãos enormes, órgãos menores, as pessoas que atentam para a articulação, para as operações de articulação são mal vistas: o que esse cara está conversando com eles lá? A articulação é uma coisa que está fora dos script de qualquer gerente, pena que não há gerente, ninguém é gerente, aliás ninguém é ninguém no Brasil há alguns anos, só com a receita federal e Itamarati, e os outros?

O SR. - São vários.

O SR. - Há vários, mas estou falando na área pública. Ah, não é na empresa privada! Ora, na empresa privada, Walder na empresa privada, e nas multinacionais foi onde eu testemunhei os melhores programas de recursos humanos deste País, liderei e coordenei, na empresa privada multinacional inclusive. Setor público, eu criei o CETREMEC em setenta e um, eu participei da criação do CETRENFA em sessenta e oito, eu participei. E depois saí daqui do setor público fui cuidar de multinacional, fui chamado para trabalhar num dos maiores bancos do mundo sendo o home de treinamento multinacional no Brasil, quem me chamou foi Alexis Stepanenko. Naquela época, há vinte anos. No setor privado não se treina ninguém, e não se treina principalmente na mais profunda das ignorâncias que grassam e campeiam a mais profunda de todas é o desconhecimento que se faz na sala ao lado no órgão ao lado, no ministério ao lado. E como não se sabe o que estão fazendo, e como às vezes determina

dos assuntos residem na interface, residem na zona cinzenta, a sociedade está pagando imposto para aqueles assuntos serem tratados, nem eu faço e nem o outro faz. Ou então, tanto eu faço do meu jeito quanto o outro faz do seu jeito e a gente desperdiça energia de todo jeito.

Então o problema todo, eu trato isso do ponto de vista da organização de empresas privadas, um ponto menor, eu chamo um problema da consciência da malha de relações de interdependência ninguém tem consciência disso. A sorte nossa é que na verdade também acontece na grande empresa privada. Mas no estado isso acontece de forma desalentadora, não fazem idéia do quanto nós todos ignoramos, e eu que sou um sujeito metido a entender das coisas da Esplanada, porque eu circulo dentro da Esplanada, eu sou muito bem acolhido. Mas como as pessoas ignoram o que um outro ministério está fazendo, e como? O gerente geral que tem diversos gerentes cuidando dos seus departamentos precisa ter a capacidade de integrar os esforços, como um modelo que Raphael contou que Lacerda fazia no governo, para as pessoas aprenderem uns com os outros o que uns e outros estão fazendo e uns descobrirem de que maneira a minha área pode vir até a cooperar com a sua e onde há superposição, onde há interdependência evidente, para que inclusive se discuta porque fica assim: vamos negociar, é outra questão, negociar o quê? Qual é o objeto da negociação interna é a identificação das interfaces e a negociação de como cooperar nessas interfaces, negociação interna para que os órgãos do governo não sejam uns inimigos da efetividade dos outros. Porque na verdade cada ministro, cada secretário de estado, enfim, isso é da natureza humana. Cada um quer

brigar mais, quer aparecer mais, quer apresentar mais resultado isto quando querem mostrar resultado, fazem isso tudo em detrimento de uma racionalização das energias e de uma busca de resultados eficazes. Então é preciso aprender que essa articulação é uma tarefa de dia a dia, é coisa para ser trabalhada mesmo, inclusive para ser aprendida. Eu desenvolvi um exercício chamado o jogo da malha, que eu pego os dirigentes de uma mesma empresa durante um dia inteiro e no final do dia a gente descobre quais são os obstáculos que estão hoje entre os departamentos dois a dois.

Foi um exercício que eu inventei e daí surgiu essa idéia toda muito bem, é preciso fazer alguma coisa parecida com isso identificar os obstáculos porque na verdade bilhões de cruzeros reais estão no Ministério à serviço de um determinado fluxo de projetos, de idéias que talvez esteja indo em sentido oposto, indo na contramão do fluxo de outros bilhões de cruzeros reais de outro ministério que se fosse coordenado, racionalizado a gente teria vantagem para a sociedade que está sobrecarregada de carga tributária e de carga burocrática.

Eu queria ainda dizer algumas coisas assim tipo tópicos, não vou falar nada, vou só ler para dizer à vocês algumas coisas curiosas da realidade do Estado de hoje. Eu quero dizer o seguinte: com toda certeza inclusive de talvez desagradar alguns. Se triplicar o salário do servidor público hoje, o problema vai continuar o mesmo, isso é uma primeira verdade. Triplique hoje e o problema é o mesmo. Não vou dizer mais nada. Esse é um tóico, fica aí na cabeça das pessoas.

Eu vou tratar de um outro assunto que eu sei que

é da maior delicadeza, mas eu tenho o dever de ser assim. Vou abordar, as sras. me perdoem. Nas casas de tolerância das cidades do interior costuma-se encontrar uma imagem de São Jorge com uma luz acesa, uma vela, uma lâmpada. Pois bem, São Jorge está ali preocupado com o dragão, com o terror e a ameaça do dragão, enquanto no ambiente transbordam as oportunidades de devasidão. O São Jorge preocupado com o dragão e a devasidão campeando lá dentro.

Tópico único e exclusivo. Dois mega escândalos ocorreram nesta República em menos de um ano, e nenhum dos sistemas de controle chamados interno e externo, detonou esse tipo de denúncia dos mega escândalos, não foi originário nem do sistema de controle interno nem do sistema de controle externo. A legislação está insuficiente para dar instrumentos à esses sistemas para eles servirem à sociedade ao preço que custa em matéria de tributos.

Eu estou talvez comprando a inimizade de muita gente, mas eu estou dizendo: esses sistemas precisam de legislação que lhes deem instrumentos para funcionarem. Porque esses dois mega escândalos surgiram talvez das demências familiares de uns problemas freudianos e outros agora já nem me lembro, ah, foi a loucura do sujeito, etc. Nada do sistema que precisam funcionar à serviço da sociedade.

Outro tópico. Se falou em desburocratização. A desburocratização não foi um ministério, foi um grupo de Branca leone.

O grande problema dos ministérios é que às vezes o Ministro da Reforma Agrária por exemplo. O Ministro da Refor-

ma Agrária foi um Ministério tão grande que ele não pode ser, não consegue ser o Ministro da Reforma Agrária. Ele é o Ministro do Ministério da REforma Agrária. Esse é outro tópico. O tamanho dos Órgãos, a enormidade dos Órgãos efetivamente inibe e impossibilita a gestão de qualquer ministro quando esses Órgãos são enormes. Então esse é um outro apenas tópico, não vou desenvolver porque são de uma obviedade muito grande.

O que eu acho mais grave, definitivamente para acabar. Salvo Receita, diplomacia, etc., alguns Órgãos que continuam fazendo concursos públicos, e treinando gente, o resto da burocracia federal, está sem concurso público há muito tempo e não treina ninguém há muito tempo. O que está acontecendo de fato e que ameaça a sociedade brasileira?

É que os talentos estão se aposentando em cinco anos não tem nenhum de nós aqui, quem foi formado para nos suceder. Então vão subir às nulidades destreinadas porque vão ocupar as posições por falta de coisa melhor. Porque inclusive não se traz ninguém por concurso porque não se realizam os concursos, não se traz ninguém para Brasília porque é impossível um Ministro de Estado trazer gente para Brasília ainda que seja funcionário público de carreira, porque não tem apartamento funcional, porque não pode pagar hotel, uma série de riscos de vulnerabilidades se eles descumprirem.

Então, vejam bem qual é o grande perigo dessa centralização, é que os talentos estão se aposentando. Não se trazem talentos novos por seleção nenhuma de concurso público e não se treina quem está aí, quem vai governar o Brasil daqui a cinco anos. Pronto, disse tudo que eu preciso dizer hoje.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É, São Jorge tem mesmo.

Bem, eu acho que agora nós vamos passar aqui para o Raul Milliet, talvez até lembrando uma frase dramática que Raphael nos lembrou do Sarney. Eu me arrependo de ter feito o SUDS e eu digo isso porque nós fizemos um grande Seminário de dois dias sobre a descentralização em que você não esteve presente para perda nossa, mas podemos recuperar isso hoje, em que essa questão do problema político de descentralizar é colocada de uma maneira muito clara pelo Franco Montoro. Franco Montoro perdeu o poder na verdade. Quando nós tivemos a sucessão, o governo posterior que nós vimos é que muita daquelas estruturas descentralizadas que foram criadas perderam uma outra filosofia. Então essa questão da estabilidade que foi colocada aqui não é apenas a estabilidade das regras, é também a estabilidade dos ganhos que eu acho que esse talvez seja o drama maior. Isso tudo é que muitas vezes você faz uma experiência inovadora por milagre em algum lugar e essa experiência não tem condições de sustentabilidade porque quem vem depois vai trazer os seus, vai fazer outra coisa, quer outra coisa e a sociedade também não tem densidade para segurar isso.

Então eu acho que esse é um tema importante que nos leva a uma coisa que nós omitimos na discussão do nosso fórum anterior que enfim, eu acho que o Raul tocou nisso de maneira até um pouco dramática mas não explicitou também, talvez seja quem sabe está virando um divã. E o divã no sentido, até que ponto o próprio Raphael não pagou o preço político disso, de fazer um programa SUDS um programa de ação social descentralizador supra partidário onde todos os partidos foram beneficiados

mas o resultado político o Sarney, que a gente pode criticar de tudo menos de ser um mau político, talvez tenha dado o veredito, não é politicamente adequado isso, eu acho que aí nós caímos um pouco nesse problema das recompensas que o Edson estava falando e que eu acho que nos trazem realmente parece a questão da organicidade desse processo que a gente está discutindo, do funcionamento do estado, como separar a política partidária da administração, enfim dos resultados, enfim isso tudo é uma coisa só, então eu gostaria que Raul, talvez, enfim, tema livre não é Raul? Mas não esqueça de dizer um pouco alguma coisa sobre essa experiência e sobre os ganhos e perdas que tivemos.

O SR. RAUL MILLIET FILHO - Olha Aspásia, a minha idéia era exatamente entrar na questão da descentralização porque várias intervenções, a descentralização e a questão da democratização caminharam juntas e eu diria que a descentralização é pré requisito para um processo de democratização. O Deputado Nelson Jobim apontou alguns inimigos, alguns entraves para a descentralização, o primeiro é a questão da burocracia. Eu dizia no nosso último fórum, Aspásia, que à respeito de todo emaranhado de leis que hoje foi tocado aqui pelo Orestes, principalmente pela questão da lei das licitações, é a saúde eu nem gosto de citar porque mais me parece uma díxima. Na verdade impede a boa gestão por parte do Estado, principalmente no campo da administração direta.

O segundo ponto citado pelo Deputado seria a questão dos grupos de corrupção.

O terceiro os parlamentares federais com seus feudos cativos de distribuição de favores. Eu acrescentaria mais

alguns. Basicamente o corporativismo dos funcionários que não querem que os seus serviços sejam descentralizados, basicamente funcionários da Saúde e da Educação, e da Ação Social, nós vamos entrar basicamente nesses dois.

Começando pelo âmbito da educação, diz a Constituição que até o 1º grau isso é tarefa dos municípios mas em vários estados, inclusive lembrar ao governador Franco Montoro que por exemplo no Estado de São Paulo após o imenso esforço de descentralização todo o ensino de 1º grau é estadualizado no Estado do Rio de Janeiro, Raphael o Secretário de Educação, lembra-se bem o esforço em vão que foi a tentativa de municipalização do ensino de 1º grau por uma oposição dos professores e dos órgãos de representação de classe que se negavam e que se opunham à descentralização.

Além dessa questão da corporação que também existe na questão da saúde, nós temos o drama da recessão que há muitos anos esse País vive, ou seja, é impossível você pensar em descentralização e municipalização dentro de uma carência absoluta de recursos.

Ditos esses pontos, eu diria o seguinte: que talvez até repetindo algumas coisas, mas na tentativa de reforçar que existe uma desarticulação não só dentro do próprio governo federal mas na relação de governos federais com governos estaduais, dentro dos governos estaduais e dos municípios de capital. Isso seja, nas mais variadas políticas, principalmente naquela em que eu tenho atuado mais de perto que são as políticas sociais, ou seja, existe uma superposição absoluta e uma desintegração, eu diria até que a intenção de planejamento se torna impossível sem uma opção radical pela descentralização, porque

no campo das políticas sociais com esse processo de superposição entre estados, municípios e a União você termina por não poder planejar as ações que serão executadas à nível municipal à tal ponto que em diversos municípios e eu gosto sempre de citar o exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, você tem milhares de municípios executando as políticas públicas, as políticas no campo social de maneira superposta jogando o pouco dinheiro, os poucos recursos disponíveis pelo ladrão, com projetos, na maior parte dos casos ineficazes. Os únicos projetos que merecem ser resgatados e eu acho que já existem inclusive um consenso por parte da sociedade, e na verdade seria o sexto ponto que impediria a questão da descentralização seria a ausência de uma reflexão séria sobre os projetos que já deram certo e na verdade eu diria que o antigo SUDS atual SUS e antes de SUDS Ações Integradas na Área de Saúde, foi o elemento, foi o projeto, a ação na área pública que começou de maneira mais forte à incentivar esse processo descentralizador e quando existem condições mínimas há que existir também a vontade política do administrador, porque muitas vezes as condições estruturais estão dadas às condições conjunturais são possíveis e o administrador tem receio de tomar as medidas necessárias para efetivar um processo de descentralização. Eu falava com o Raphael na hora do almoço, e disse Raphael na sua gestão à frente do Ministério da Previdência certamente o ponto em que você enfrentou a maior resistência foi certamente a questão do SUDS, dizia: não, mas certamente foi, porque evidentemente não foi à troco de nada, se passou a gestão da área de todos os mecanismos da área de saúde do Estado de São Paulo, da Superintendência do INAMPS para a Secretaria de Saú-

de, ou seja, se deslocou o eixo de poder de um setor importantíssimo das políticas públicas no Estado de São Paulo, da Superintendência do INPS que era o monopólio de uma determinada corrente política para a Secretaria de Saúde que na verdade defendia outros interesses do Governo estadual.

Todas essas questões merecem ser refletidas e avaliadas e eu me espanto muito até hoje quando

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Será que você pode dizer quais são esses dois interesses, senão a gente perde a oportunidade de saber.

O SR. RAUL MILLIET FILHO - No caso específico de São Paulo a Superintendência do INAMPS estava, digamos assim, monopolizada, estava entregue ao PFL, em setores atrasados do PMDB, basicamente um deputado gostava muito de usar gravatas vermelhas. E a Secretaria de Saúde na verdade representava outros interesses do PMDB um partido de frente que sempre se caracterizou, mas essas dificuldades não impediram que o SUDS fosse, digamos assim, o carro chefe do processo de descentralização nesse País. E aí entra a necessidade da ousadia do administrador público porque sem ela nada se faz. Na verdade quando se diz que o SUDS foi feito meio no tapa e que inicialmente sofreu uma oposição ferrenha de diversos setores da sociedade, inclusive das quedas sanitárias que queria no pulso a descentralização mas não tinha coragem de efetivá-lo na prática. Essa oposição tem que ser analisada hoje com muito cuidado porque nós tivemos no outro fórum e quem esteve presente se lembra bem, a presença do Deputado Eduardo Jorge que foi Secretário de Saúde da cidade de São Paulo e sempre atento, especialista nas questões de seguridade social, ex-

pondo claramente de que certamente o SUS vai mal, não pela sua filosofia, não por aspectos gerenciais mas basicamente por aquilo que todos nós sabemos que praticamente as transferências se reduziram pela metade, as transferências de recursos para a área de saúde.

Então me parece fundamental um aprofundamento dessa experiência do SUS e me espanta que isso não seja feito, porque nós estamos falando aqui do ponto de vista teórico, em diversas tentativas sobre a necessidade da descentralização, mas quando nós temos um instrumento poderoso que é a questão da descentralização da Saúde e da Educação nós não temos a iniciativa de propor uma reflexão sistemática que poderia inclusive ajudar nos desdobramentos atuais dessas duas áreas de política social tão importante para nós.

Sobre a ação social esse setor está um pouco mais atrasado na área de políticas públicas exatamente porque as reflexões na área de ação social, o engajamento na área de ação social, e o histórico das pessoas engajadas nesse segmento de atuação, não tem as condições atuais que na área de Saúde e na área de Educação nós encontramos.

Então o que realmente me causa uma decepção maior seria exatamente esses dois pontos, ou seja, além dos aspectos da burocracia, dos grupos de corrupção, dos parlamentares, da questão das corporações e da questão da recessão, há uma ausência de iniciativas viáveis e plausíveis no atual momento que passam por um diagnóstico aprofundado dessas iniciativas no campo municipal, inclusive para discernir, para fazer uma separação de como esse processo de descentralização deve ocorrer para municí-

pios de pequeno porte, para minicípios sem renda própria para municípios de médio porte, valorizando inclusive o fortalecimento de cidades de médio porte até para municípios de regiões metropolitanas.

Eu terminaria fazendo uma provocação para os especialistas no assunto, Sula, Raphael e outros, de talvez a saída para uma descentralização que não partisse de amarras centralizadoras, estaria talvez na descentralização tributária, talvez no campo de consumo dando liberdade aos municípios para cobrarem os impostos no sentido da execução das políticas que a Constituição lhes atribuiu. Certo?

Evidentemente que há de se fazer uma descentralização tributária, seletiva de acordo com as características e com a configuração de cada municípios.

Eu discordo de algumas intervenções que disseram que onde foi externado de que os recursos foram passados e que algumas delegações não foram transferidas, eu discordo completamente. Hoje nós temos o perigo de que o INAMPS ressuscite não formalmente mas pelo menos informalmente dentro do Ministério da Saúde, pelo menos na prática de sua atuação. Dentro de diversos governos estaduais, dentro de diversos governos municipais. Esse ponto é importante. E segundo várias delegações de competência mesmo após transferências de recursos, não foram feitas exatamente para que os setores que detêm os feudos e os monopólios da atuação desses serviços, não perdessem o poder político por conta desse poder que lhes é franqueado por essas delegações centralizadoras.

Enfim, resumindo, acho que há uma necessidade

forte de uma avaliação séria de campo na prática das experiências de bem e mal sucedidas na área de saúde, educação e assistência social.

Segundo, há que se refletir sobre por que diversas delegações não foram de fato operacionalizadas quando os recursos já estavam no âmbito municipal. Essa é uma questão gravíssima.

E terceiro o problema da descentralização tributária que aí sim desatrelaria as prefeituras e todas as entidades da sociedade civil que operam diretamente programas e projetos que aí sim essas prefeituras e essas youngs, vamos usar uma palavra da moda, teriam uma maior liberdade de atuação. É só isso.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Obrigada Raul.

Vamos agora passar a palavra à Luiz Guttemberg que vai ter oportunidade de nos ajudar aqui à fazer um balanço desta enorme quantidade de problemas que foram discutidos e uma triagem também, uma leitura de triagem do bom jornalista que ele é, e especialista em assuntos políticos e depois vamos ter também a oportunidade, isso foi uma deliberada decisão de deixar os dois para o fim. Walder depois de Gut. Gut é do IPEA, isso é importantíssimo para o IPEA.

O SR. LUIZ GUTTEMBERG - Há dois anos eu venho tentando fazer uma coisa de utilidade que eu acabei de me certificar neste Seminário.

Há dois anos eu venho tentando utilizar esse material não usado habitualmente pela imprensa para produzir, para registrar tendências que a leitura dos jornais não per-

mitem inferir.

Esse material que eu venho evitando quase mensalmente no IPEA com a circulação restrita, experimental, permitiu por exemplo, se detectasse quase com cinco meses de antecedência o primeiro mega escândalo antes que o Pedro Collor se manifestasse. Usávamos para isso nenhuma informação privilegiada, mas apenas o material. Porque o jornalismo moder-no ele trabalha na base de High news ele é um jornalismo de impacto, um jornalismo absolutamente vicial quem lê o jornal não tem a mais leve visão dos fatos que estão acontecendo, é a mesma coisa que assistir ao jornal nacional. e maneira grosseira isso acontece, a leitura dos jornais de hoje por exem-plo se nós fizéssemos experimentalmente isso, verificaríamos que ele não dá a mais leve noção do que está acontecendo por exemplo, com a negociação do Ministro Henrique Cardoso, quer dizer, eu tenho a impressão de que o problema semântico da língua portuguesa é muito grave e quem faz jornal sente isso muito mais do que certamente acadêmicos, que as palavras tem uma dinâmica tão grande, elas sofrem um processo de transformação tão radical que logo elas perdem o significado anteri-or. Quem não está diariamente utilizando o material, não sente esse fato. Mas quem está periodicamente faz um ajuste e se escandaliza.

Então, eu que conheço por acaso o lado de jornalista que cobrí como repórter eu sei mas ouvindo é outra história, o Raphael, Hélio Beltrão, é uma história, a leitura que eu fiz aqui hoje pela informação do Raphael é uma leitura altamente acadêmica, absolutamente separadas de uma rea

lidade brutal que é no Rio de Janeiro inclusive com a continuidade, a suíte do Kennedy que foi no governo seguinte que começou o processo de desestruturação e tudo aquilo que foi feito, por exemplo são citados em administração regional, do Rio de Janeiro, quer dizer, se a gente formula alguma coisa e aquilo sofre uma decomposição no momento em que surgiu, quer dizer, tem profissionais, a escola do Romeu Nunes era um médico de Campo Grande.

A história se perde por detalhes, aí virão academicamente que isso é coisa secundária, é absolutamente indispensável recuperar esse fato. De repente o Hélio Beltrão e o Raphael na base do bom senso que era a teoria deles escolhe um sujeito, um médico administrador de um hospital de subúrbio e esse camarada assume o papel teoricamente revolucionário se nós considerarmos o trabalho que ele realizou.

Mas voltando à nossa realidade atual. Então nós começamos, há dois anos eu venho fazendo esse trabalho já que eu não sou um acadêmico, eu tenho muito respeito com os acadêmicos, venho fazendo esse trabalho e detectamos que havia uma onda moralizadora que essa onda moralizadora seria uma coisa incontrolável que era um processo que esperava alguém que deflagrasse o tumor que reventaria num momento em que nós não podíamos precisar, mas isso feito não de forma de diagnóstico mas com fatos, com calendário, sim, porque ninguém pensa no calendário. E o que nós observamos aqui é o seguinte: é que quando as informações fluem no noticiário policial, que é hoje o mais competente que o noticiário político e econômico, é possível que o Wanderley fala essa extraordi-

nária observação que o Edson também sistematizou do problema da soberania, da crise de soberania territorial do estado brasileiro com a institucionalização do crime organizado decidindo sobre o ir e vir etc., etc.

Então contrariando a Constituição e isso acontece de maneira sistemática, por quê? Porque um noticiário policial é tão grosseiro, e a experiência humana dos cariocas e de outros habitantes no Brasil é tão precisa o contato físico com a marginalidade, é tão grande, é possível um diagnóstico tão emocionante que ninguém fará da área econômica, e que ninguém fará da área política, por exemplo, o entusiasmo quando se fala da revisão constitucional, nosso Deputado Jobim pena que ele não esteja aqui, ele é relator de coisa nenhuma, sim, porque o processo está simplesmente paralisado. Quando disseram que iam paralisar, então nós estamos lendo jornal revisão constitucional acabou o prazo de emenda, quer dizer, isso é problema ridículo por quê? Porque não tem um acompanhamento factual quer dizer, nós temos que cultivar a leitura, com a leitura centro acadêmico, que pega os documentos, o Diário do Congresso Nacional, o estagiário faz uma série de anotações, a gente fica naquele negócio, você vai lá no Congresso e está parado, literalmente, então quer dizer, as pessoas que disseram que estavam obstruindo, obstruíram. Está obstruída, quer dizer, quer dizer, a gente deveria ter começado no dia 5 de outubro, disseram que não iam fazer, quer dizer, evitaram os preparativos, fizeram um Regimento Interno a trancos e barrancos, quer dizer, o episódio Ibsen foi extremamente grave, não é, transferiram para o Clerot que não

tomou conhecimento.

O Regimento Interno não fez nenhuma análise de situação, não foi adaptado às contingências em que ia ser realizado, foi uma coisa accidental, o Congresso não está dando número para a votação, quer dizer, são coisas importantíssimas de acompanhamento, este entusiasmo que nós vimos aí do original do problema da onda de neo liberal, meu Deus, isso não existe no Congresso Nacional, a onda do neo liberal não existe no Congresso Nacional, existem os ativistas. Por exemplo, toda vez que o ministro Roberto Campos se levanta para dizer: sou a favor disso, imediatamente dois terços são contra sem saber o que é, (risos) quer dizer, o agito eventual de qualquer posição imediatamente, quer dizer, existem informações que são correntes, não estão disponíveis, então eu tenho a impressão de que essas observações que nós faríamos aqui são extremamente importantes, por exemplo, eu não vou mais longe quando falamos na Constituinte, no processo constituinte que nós trabalhamos com o essencial na ilusão de que por exemplo, os textos negociados que não foram objetos interessantes, quer dizer, aquele recurso da regulamentação, a posterior, não é, que é um recurso principalmente perverso, não sei quem falou precisamente o sujeito faz exatamente na certeza de que não vai fazer, exemplo, a emenda sobre juros bancários.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Compromisso dilatório, do Nelsom Jobim.

O SR. LUIZ GUTTEMBERG - Exatamente. Pergeito. Resultado, o País, quer dizer, nós revoltados

pela coisa, não é, não sei, eu não entendo de Economia, não entendo de Direito, não entendo de Medicina, a cada dia eu vou reduzindo a minha área de realização, mas no caso específico do anedótico eu acho que nisto eu sou bom, por que eu assisto, é impressionante, por exemplo, essa história dos juros bancários de 12% foi votado aquele negócio em seguida a FEBRABAN montou um esquema financiadíssimo para impedir a regulamentação. E o Congresso submeteu isso, houve um momento em que a regulamentação deixou de ser aprovada por um voto só.

O deputado Paes Landin, ficou junto do negócio, chegava a pessoa e ele negociou, por uns quatro ou cinco salvou o negócio. Inclusive isso aí é, registrando a presença, às vezes desistiu porque não, teve quorum, eu assistí esta cena pessoalmente, quer dizer, os dois Conselhos de Regulamentação podiam já estar em vigor, por lei complementar, já não aconteceu graças ao Paes Landin, se a FEBRABAN é generosa com ele está bem feito, entendeu? E outras coisas mais, por exemplo, na casa do nosso querido Senador Severo Gomes, por exemplo, na casa do Senador Mário Covas, que foram certamente os dois maiores negociadores da Constituinte, aconteceram reuniões que não estão em ata e que influíram nos resultados finais. O Senador Mário Covas podia assinar metade da Constituição, Mário Covas, por que foi ele que fez os arregos que reuniu as pessoas, que possibilitou tal fato, então não tem nada sobre isso, tem uma série de reuniões que eu não tenho nenhuma competência para reproduzir, porque eu não sou especialista em química fina que é uma coisa espantosa na

casa do Severo Gomes. Especialistas de vários ramos, dos vários grupos em choque e que pode definir um negócio da maior importância, desde acadêmicos até homens de negócios, e tal, que trabalharam na química fina, como a coisa ficou clara, as vantagens e desvantagens os ganhos e não ganhos dos vários grupos e que influíram na Constituição, não há memória sobre isto, e para dar um exemplo mais grosseiro, na véspera da decisão sobre a revisão constitucional o Senador Mário Covas conseguiu fazer exumação dos debates sobre a revisão constitucional. Que eu considero, tenho documentos, considero, uma leitura que devia ser amplamente difundida sobre os atores do drama da Constituinte, sobre a revisão constitucional estão todos do lado oposto.

O SR. - Por que ela foi incluída?

O SR. . Ela foi, exatamente os numerosos debates, ela foi obtida pela direita que estava certa que a Constituição era contra ela, e foi combatida, ela foi defendida pela esquerda que estava certa de que a Constituição era um atraso social.

Toda a esquerda, todos os tons da esquerda, dos radicais aos mais generosos, consideravam que a Constituição de 88 era perniciosa aos interesses sociais.

O SR. - O PT não assinou.

O SR. - O PT era contra. Enquanto que a direita achava que tinha feito a Constituição dos seus sonhos. Sim, porque tinha pago muito bem. Então o sujeito pagava porque eles pagavam pelo retalho, quer dizer,

ninguém, por exemplo, escreveu a história do Centrão. A história do Centrão foi negociada exatamente por artigos específicos, não se trabalhou no Global com artigos específicos. Então nas ilhas que interessavam, as pessoas conseguem o que desejavam, especificamente, aquele Sr. Lacombe que morreu, é talvez o sujeito que conseguiu mais, eis os específicos da Constituição, tudo como era relativo à mineração, ele contraiu pessoas, tal, armou um esquema bem arrumado e conseguiu.

Foi o maior operador da Constituinte aqui em Brasília, então todo mundo operava as suas áreas específicas, então esta falta de informação sobre a Constituinte, por exemplo, o Senador, para dar um exemplo bem grosseiro, o Senador Afonso Arinos, o Senador Afonso Arinos que dava um sinal de vitalidade espantosa, o sujeito chegou e disse: já vai velho, ele disse o palavrão para o cara. Conhece a história, não é?

No dia da instalação da Constituinte ele saltou do carro, aí o comuna qualquer desse, um cafageste qualquer disse: já vai velho? Velho é a puta que o pariu. E dava um sinal de vitalidade, tal que para algumas pessoas sendo ele Melo Franco falar isso já era um sinal de que ele não estava bem.

Ele na Constituinte teve um papel de facilitação das idéias malucas, esse negócio de tudo quanto era idéia louca, mas dita moderna, ele embarcou.

A SRA. - A lei do voto aos 16 anos.

O SR. - Todas as coisas superficiais e que não faziam jũz à sabedoria jurídica dele, tal,

a sistematização ele adotou. Então todas as pequenas conquistas, e todas as grandes linhas que nós vimos discutidas aqui com referência constitucional, todas elas tem uma crônica que ajudaria a fazer a exegese de que a gente não dispõe desse material, e que eu estou tentando sistematizar isso. Mas eu gostaria também de observar que esse problema da informação estratégica quando foi trabalhada no Brasil, graças à informação do SNI e tal, ela caminhou para a informação meramente intrigante, quer dizer, ela escolheu o pior caminho, e não fez os registros importantes sobre tendências sobre o que precisou denominar excusas de grupos e de pressões políticas. Então por exemplo, a expressão que é uma expressão democrática e legítima, é palavrão no Congresso e palavrão na sociedade brasileira, porque ela é exercida de forma equívoca. Enquanto que a análise, é importante a análise acadêmica, ela alcança, ela é feita com um grau de abstração, graças a não dispor deste material constantemente, ela é feita com um alto grau de abstração. Então certos conceitos que nós vimos hoje aqui, e eu ouvi aqui muitos, não permitem estão dissociados da crise que ela está analisando e das perspectivas que ela está acumulando, exatamente por causa disso, porque veja bem, estes fenômenos da CPI, por exemplo, que ele observou com tão grande entusiasmo, realmente, agora vejam bem, a CPI no Brasil tem uma longa tradição desde a primeira CPI de 1955, não é, 54, quando se derruba o Getúlio, graças à CPI da Última Hora, e da qual eu tive o material vivo e nunca utilizado quando preparavam a biografia do Dr. Ulisses Guimarães, que foi Membro desta CPI, com a recomendação do PSD de não

ir lá e, tal, ele era um cinco, se 20% se ausenta você imagina, o poder dos quatro e do eventual, do de maioria.

Desde esta CPI que se vem tentando um resultado, e a CPI nunca conseguiu resultados práticos. No fundo esta CPI do Collor deve-se três pessoas fundamentalmente, ao Pedro Collor que deflagrou, que criou o fato, mas que foi insuficiente, o próprio Dr. Ulisses combateu essa CPI, porque a denúncia do Pedro Collor era insuficiente, ele mesmo chegou lá e disse: eu não tenho provas.

O SR. - Ele combateu o impeachment, a CPI não. Ele no começo ficou muito cético com o impeachment.

O SR. - Ele combateu a CPI, ele achava que não ia dar nada. Eram outras coisas que podiam dar se provocadas pelo Ministério Público, não é, mas não a CPI porque o Pedro Collor disse que não ia dar nada.

Deve-se à Pedro Collor que finalmente gerou um fato escandaloso e tal. Segundo ao Esperidião Amim que colocando o Senador Bisol na CPI, ele conseguiu que ela desde o princípio ela tivesse uma maioria de oposição.

Esse Esperidião Amim é um dos maiores craques da política, não sei se a política no sentido acadêmico, mas no sentido objetivo da manobra parlamentar é um sujeito diabólico. Ele inverteu a maioria, e com a tendência do Congresso, não sei se todos os congressos, mas do Congresso brasileiro é considerar sempre que a maioria, vamos conversar, se tem a maioria, passamos a conversar, Quando ele vê que tem essa maioria ele virou, ele inverteu a tendência, qualquer

proposta, e havia proposta da Comissão se extinguir ou negar depoimento, essa coisa toda.

O rival dele de Santa Catarina, o nosso querido Bornhansen está que é outro grande craque, já tinha visto isso, a gente vai eliminar por negar quando ele inverteu a coisa ficou dramática, o motorista que naturalmente é o grande santo nesse negócio, e finalmente ao Ibsen Pinheiro, que se por acaso houvesse fragilidade no comando da Câmara, não teria, se houvesse dúvida, porque aí transfere-se para o Poder Judiciário essa mesma observação. A falta de conhecimento dos personagens, dos protagonistas do drama brasileiro, faz com que a gente comece a interpretar a acordão ora, quem lê a acordão não lê justiça, no Brasil, entre os acordãos e a intenção de justiça, distribuição dos nossos juizes, há uma diferença absolutamente completas, então se por acaso eu estiver, nesse julgamento dos 4 a 4 por exemplo, foi com a continuidade cronológica, quer dizer, o hiato de repente você faz aquele salto, então o Supremo continuou o julgamento do impeachment em 92, um ano depois os quatro juizes deram contra o processo, a forma jurídica do impeachment, fizeram a sua revanche de uma maneira tranquila fazendo piadas entre sí, e tal esse negócio, e não foram transcritos no jornal. Eles quiseram o by pass do tempo e continuaram o julgamento.

Eu tenho a impressão de que as perspectivas do Estado brasileiro dependem da população e de qualquer tipo de, inclusive por exemplo, no caso dos SUDS por exemplo, ora, esta informação do administrador as informações estatísticas que eu por acaso conheço o caso de Alagoas as informa-

ções estatísticas e a prática do negócio é...

O SR. - Um caso que deu uma dor de cabeça danada, esta de Alagoas.

O SR. - Exatamente, você deve conhecer bem.

Porque é o seguinte, porque os alagoanos, nós os alagoanos, somos terríveis, os alagoanos fazem uma alquimia às avessas.

Se você formular qualquer hipótese, qualquer sistema razoável e colocar em Maceió, em alguns dias e alguns meses, nós viraremos aquilo ao contrário tranquilamente.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É anti Curitiba.

O SR. - Qualquer outro em Alagoas vira mel. É uma coisa impressionante. (risos)

O SR. - Olha só Guttemberg, não embora os SUDS no princípio em Alagoas, você é testemunha, andou muitíssimo bem, no princípio.

O SR. - Sim aí mudaram o secretário logo.

O SR. - Mudaram o Jair não foi isso? Não, logo não, foi a segunda fase do governo Collbr. Estou correto Raphael? Não era modelar?

O SR. - Foi o primeiro SUDS que a gente fez, o Sarney resistiu para fazer o primeiro SUDS mas certamente foi o mais bem que elaborado, porque nós começamos a elaborar o SUDS em Alagoas, foi o primeiro no dia seguinte da eleição do Collor simplesmente pela circunstância de secretário de saúde dele a ter uma ligação muito grande com o

INAMPS, então ele veio para Brasília nós trabalhamos o SUDS de Alagoas durante dois meses, ficou pronto como uma coisa mo delar onde se fazia todo o sistema, referência contra refe-  
rência.

O SR. - Ele afixava os médicos na porta.

O SR. - Ele definia lá.

O SR. - E foi incrível, a im-  
plantação incrível.

O SR. - Mas ele ficou lá, quer dizer, até a data que eu saí, eu consegui primeiro manter transferência de recursos para Alagoas, o que era como uma guerra, porque o Sarney realmente deixava, mas deixava com muita resistência na transferência. Segundo porque era uma coisa apartada do Estado, entende? Aquilo não entrava na caixa geral de Alagoas, aquele negócio era uma coisa estritamente segmentada e o secretário tinha um acesso enorme com a gente. Depois que eu saí, eu acho que aí passaram a mão no caixa e a informação que eu tive depois foi uma das primei-  
ras áreas em que o PC começou a fazer caixinha. Porque esses recursos bateram no recurso do caixa do Tesouro de Alagoas teve aumento, e foram desviados para outro projeto.

O SR. - Já com a troca de se-  
cretário, não é?

O SR. - E saiu, ele saiu e fi-  
cou inimigo de morte do Collor. Ele ficou, deve ter sido con-  
denado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - É por isso que você

tratou mal o Collor?

O SR. - Não, eu não tratei mal o Collor.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Você disse coisas pouco gentis dele.

O SR. - É, um pouco.

O SR. - Então, eu tenho a impressão de que é por aí. Eu só queria lembrar aos companheiros que esse tipo de, é preciso suprir essas análises com este tipo de informação, eu tenho a impressão de que é possível fazer isto.

Na Universidade de Stanford já existe um trabalho sistemático de recolher junto com a documentação oficial, com a documentação corrente este material secundário, quer dizer, naturalmente quase de testemunhas oculares, e esse material de agenda, esta coisa toda que permite que se faça no momento oportuno, quer dizer, a história eu não sei quanto, esta moderna historiografia francesa já está fazendo isso com muita preocupação, já está mudando certos conceitos etc., por causa desse tipo de material, que é um material altamente enriquecedor, e que era sempre mais vasado porque nunca ninguém arquivava papéis malucos. Eu tenho a impressão de que essa nova, quando eu estive lá, ainda não tinha todo esse material, esse processo cibernético e tal, mas eles já faziam isto com filmagens, com muita competência. Então um pesquisador dele disse que um dos negócios, aqueles materiais pitorescos podiam explicar, por exemplo, o caso Nixon só a análise comparativa de material de propaganda, de campanhas

eleitorais americanos, como a campanha do Nixon de reeleição explicaria, quer dizer, seria indício para futuro historiador.

Eu tenho a impressão de que esse problema, inclusive o caso do pacto federativo, que foi muito bem ilustrado aqui com informações, na minha opinião, muito ricas sobre o problema do legislador e as suas vinculações.

Não sei se foi o Edson quem leu o texto.

A SRA. - É do Eduardo Amadeu.

O SR. - Exatamente. Aquela texto é que falava de alguma coisa, quer dizer, que demonstra que o acadêmico precisava estar mais municidado de informações, por exemplo, a estratégia dos Deputados e Senadores, principalmente od Deputados que tiveram uma preliminar, sobre a lei eleitoral, eles já organizaram a coisa na base de garantia que sõ serão possíveis dez partidos e o máximo de 5 candidatos. Eles fizeram o texto da lei, ai é que é um negócio altamente que pode ser negativo.

O SR. - Está ocorrendo agora no Congresso.

O SR. - Não, já está aprovado.

O SR. - Já aprovou, já está sancionado.

O SR. - O Fogaça foi uma forma do Senado reagir ao texto da Câmara, é aquele negócio, o Senado fica não, temos de aprovar, temos que reagir, Mas o que eles fizeram? Eles fizeram uma estratégia, muito clara, é aquele troço da lei que tem um grande defeito é lei brasilei

ra porque ao invés de ser ética ela é tática.

O SR. - Como é que pode a partir de cinco candidatos por partido?

É que as decisões do Congresso, a estrutura política brasileira, são absolutamente táticas. Elas não percebem, elas não aceitam, não há paciência, para se estabelecer um plano estratégico, então ela é tática, então é um exemplo essa lei eleitoral. Ela é feita para esta contingência, e não é por acaso que todas as eleições brasileiras exijam uma nova legislação. Parece que desde 45 até hoje, não houve uma eleição no Brasil, que não exigisse uma nova regulamentação. Por quê? Porque ela é rigorosamente tática. Muito obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu é que agradeço.

Mas eu acho que você tocou num ponto, também que eu fiquei pensando aqui, que a questão dos lobbies do que se passa dentro da carcaça do Estado e eu me lembro até de uns momentos de discussão com algumas pessoas, alguns amigos nossos que estiveram no Ministério da Fazenda, dizendo como nós poderíamos reconstituir, fazer uma história do País que ninguém conhece, a partir do que o Estado distribui com o setor privado. Os grupos que vão surgindo, como se fossem camadas arqueológicas, nesse processo.

Eu acho que você trouxe aqui um pouco dessa questão, de que a ciência política trabalha muito com as estruturas formais, a gente estava até discutindo isso no almoço, mas deixa passar às vezes o que é essa sociedade organizada, o grupo da química fina, pode ser até bom, não é, eu acho que o Régis levantou isso, eu não sei se a gente pode-

ria prosseguir depois na discussão geral, pode ser até bom, não é necessariamente ruim, mas quem são eles? Então a gente não sabe, eu acho que fica faltando realmente esse livro aí para a gente escrever na história do Brasil. Mas eu vou passar a palavra agora ao Walder, e depois ao Wanderley, para fazer um comentário geral e aí, nós abriremos a discussão.

O SR. WALDER DE GÓES - Acho que eu por experiência própria e na maioria de vocês por discernimento sabe que a idade devasta a ordem mental.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Não é a sua, não é?

O SR. WALDER DE GÓES - Justamente, eu lí o programa hoje e estava absolutamente convencido ao ler que o debate começava à tarde, que todo o Seminário era à tarde, em consequência não vim de manhã, perdi as exposições, e em consequência não gostaria de entrar no conteúdo de propostas de reforma do Estado.

Não porque apenas perdi o debate, eu tenho estado um pouco por todo o lado nesse debate, e convencido de que esta é a questão central, e tenho vivido esse debate em outros países, eu trabalhei em onze países e vou, viajo, eu nunca viajo nem à turismo, nem à trabalho, eu viaho para experimentar o desenvolvimento por todo lado e estou convencido de que não há nenhum lugar no mundo onde existe um debate tão vasto, tão rico, tão insistente e tão promissor, como o debate sobre o Estado, que existe no Brasil.

Nós somos hoje no Brasil, aliás, não tem nenhum país no mundo pegam-se a imprensa de qualquer país, as questões públicas ocupam muito pouco espaço, nos jornais, na

televisão, não é?

Nós somos recordistas da discussão de questões públicas do Brasil.

E eu acho que é claro que isso não significa que o debate haja se esgotando. O debate não se esgota por definição. O debate é permanente sobretudo num País que tem uma agenda acumulada, como nós temos, o debate tem que ser permanente, mesmo depois da ação havida, por que ele tem que monitorar a ação.

O fato é que a mim me parece que o debate brasileiro sobre a questão do Estado, não produziu um consenso e nem deve produzir, creio que nem precisa que produza, mas produziu um número muito grande de caminhos a percorrer, paradoxalmente contraditório e todos bons. A questão central não é neste momento a inexistência de caminhos definidos, muitos e antagônicos são ricos, a questão é de começar a caminhar. E é neste sentido que eu, não é que eu possa aceitar a provocação, porque em mim não baixou a divindade é que eu quero um pouco trabalhar na linha da provocação do Laércio e do Heitor, quanto, como providência.

Isto que é central sobretudo depois de tanto discernimento acumulado, como providenciar.

Eu tenho a impressão que há uma questão que começa por onde, por algum lugar tem que começar. E eu acho que tem que começar pela saída da praga do mau governo.

No dia do Brasil se livrar da praga do mau governo, não haverá nenhum milagre que sua sociedade não possa fazer. E aí acho que a gente tem que discutir o papel dos in

telectuais na questão desse começo implementador do discernimento acumulado sobre a questão do Estado, como sair da praga do mau governo.

Obviamente os políticos tem um papel, os empresários tem um papel, os sindicalistas tem um papel e eu estou apenas humildemente pensando no papel dos intelectuais sobre o que eles podem fazer para que nós nos asseguremos de que se instale no País pela qualidade de governo, um processo positivo que haverá de ser para por alternativas incrementar, de abordar uns problemas.

A partir de um pequeno dado que está no processo positivo há sucessivas agregações de colaboração e de atos que vão gerando o caldal suficiente para que um dos caminhos seja simultaneamente seriam encaminhados e se saia, e se construa a utopia, e se faça a utopia. A utopia é a minha conquista da idade.

Eu diria o seguinte para os intelectuais sobre a questão da reforma do Estado: façamos a revolução antes que João Santana a faça.

O que significa isto? Não abandonar a reflexão, não abandonar o debate, não abandonar esta proposta estupenda que fazem Guttemberg que fundou a imprensa e que agora destruiu a história, porque disse que tudo é imponderável e depois reconstruiu a história através da oferta de um mêto do histórico. Então façamos tudo isso, eu acho que temos que fazer, mas sem prejuízos de fazer o debate e o esforço de segmento à pesquisa, vamos fazer militância se não, não acontece nada.

Eu estou me dirigindo aos intelectuais e não aos acadêmicos. Aos professores, aos jornalistas que são mais importantes, dos professores, eu estou me dirigindo a quem por sorte ou obstinação chegou a algum discernimento de alguma posição de influir de algum modo na condução das nossas próprias vidas.

Quais são os caminhos para esta ação? Nós temos um problema gravíssimo de elite política no País, qualidade de elite política, qualidade sob vários aspectos.

De um lado a escassez de espírito público, do outro lado a escassez de segmento, do outro lado algo que às vezes é mais grave do que isso. A elite política no Brasil, duvida de sua própria legitimidade para decidir, e mesmo quando uma Assembléia Constituinte com poder originário é posta diante da necessidade de decidir, ela delega a decisão ao povo através do plebiscito, ela não decide. Nós temos que sobre esse aspecto, orientar a ação no sentido da melhoria da composição da elite política, no sentido primeiro de melhorá-la, como? Temos que dar informação ao povo, não podemos fazer esse erro absurdo de chamar o povo à votar numa questão complexa como foi o 21 de abril, se ele dá informação o que os intelectuais brasileiros deram para o povo, porque foram eles que formularam afinal as campanhas partidárias, foram slogans, os intelectuais tem a obrigação de dar informação ao povo, para que ele melhorando incrementalmente as histórias de partes pequenininhas, tendo mais informação, possa decidir de modo mais adequado no uso do seu voto. Assim se altera a elite política. Altera-se também através da ação di

reta, porque não os intelectuais entrarem diretamente na política, eles entram por todos os meios, entram como candidatos, entram como produtores de informação, entram como difusores de informação, entram como tudo, mas entram na política, para tentar fazer com que esta coisa que temos hoje no Brasil que é a maior democracia de massas pobres e sem instrução do mundo ocidental, fazer com que isso produza um número razoável de governantes razoáveis, que sejam capazes de decidir razoavelmente e que saiam por isso mesmo da praga da dúvida da sua legitimidade quer dizer, nós delegamos às pessoas para que elas decidam.

Eu acho que é isso que eu tinha à dizer. O engajamento mais intenso, com a nação política, porque ficamos nós nas redomas, com ar condicionado, e é bom.

E eu estou falando para os intelectuais, no lugar adequado que é o IPEA mas se isso não gera a ação a partir do discernimento ouvido, fica uma coisa esquisita, eu acho que nós devemos procurar através disso construir aquela satisfação que eu vi um dia, quando aos 20 anos de idade como repórter, percorri a Amazônia, estudando o encontro de culturas dos imigrantes, com a cultura dos locais e vi uma picada de estrada, na floresta que tinha uma tabuleta na estrada, caída, que diz assim, era uma estrada que se construía, e alguém escreveu: TEMOS CONSCIÊNCIA DE QUE PARTICIPAMOS DA HISTÓRIA.

Eu acho que só pela ação, se pode ter consciência e só assim ela pode ser construtiva. Obrigado.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Walder obrigada.

Eu acho que esta menção ao papel dos intelectuais, ela é muito pertinente pela via, justamente de dessas questões que o próprio Eduardo Amadeu levantou tão bem no seu documento, que é a questão da qualidade de informação, e que não passa apenas pelos números que se recolhe nos censos, mas pelas interpretações, e pelos sistemas lógicos que se usa para interpretar isso. Eu estou aqui olhando para a Sula e pensando na questão dos impostos, que confusão tremenda que esta discussão sobre os impostos, quando você vê duas correntes afirmando, uma que há impostos demais, outra que é de menos, quer dizer, é absolutamente infernal isso do ponto de vista do cidadão, eu acho que o Walder tem razão, e eu fico pensando aqui, por quê, aliás foi dito, não é?

Os partidos, o Jobim disse: não temos ainda partidos nacionais, Essa coisa velha desde a Revolução de 30 que estamos tentando e temos ajuntamentos, não temos partidos nacionais, e uma das coisas impressionantes é a resistência dos partidos à modernização. Eu tenho acompanhado só para dar um pouco de força aqui à proposta do Walder, eu tenho acompanhado por que eu tenho sido uma pessoa incansável na proposta de criar cursos e iniciativa de formação partidária, em várias ocasiões e realmente o único partido que fez isso foi o PT, nenhum outro. Não acham importantes, O PL fez mas parece que largou. O partido também não cresceu adequadamente. Então o partido de massa, democracia ou massa é a maior democracia pobre, etc., do mundo ocidental, e não há formação partidária, não há investimento na qualidade das lideranças intermediárias, eu não sei se era o caso de pensar um pouco nisso

mas enfim, esta idéia de cidadania como uma coisa muito atualizada, ela nos obriga a pensar um pouco nas estruturas intermediárias. Mas eu passo a palavra aqui ao Wanderley.

O SR. WANDERLEY GHILHERME DOS SANTOS - Todos, e fizemos a seguinte aventura: começamos a montar uma escola de bairro do PMDB, começamos em Nova Iguaçu, e levamos para expositores.

Os expositores foram Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Carlos Lessa, Maria da Conceição e eu passamos dois dias. Havia um investimento pesado, e foi a hora em que na verdade os intelectuais todos, participamos ativamente da organização do PMDB, é um momento realmente fecundo dessa interação entre academia, intelectualidade e partido.

O SR. - Na minha qualidade de acadêmico militante, ou seja, excluído e incluído na convocatória do Walder eu vou fazer tão fielmente quanto possível, o roteirinho de uma série de questões que foram aqui levantadas evidentemente que vou ser infiel à várias complexidades das apresentações, mas não há possibilidade de enfileirar tudo, inclusive por conta do tempo também que já nos atropela e por que queremos ainda deixar espaço a algumas apresentações ou reincidências para o final.

Creio que o título nosso que eu já esqueci, é O Novo Pacto Federativo, O Estado em Perspectiva, desejou que nós, que vão ser aqui tocados, desde questões que poderíamos dizer assim de metafísica política, no que diz respeito à, muito bem, ao invés de tentar pensarmos num Estado onde exista um organograma da sua coerência e consistência em

termos de funções, cargos, salários, seja lá o que for, vamos começar perguntando, para que, qual é o Estado que queremos, tendo em vista o quê? O que é que nós, qual é o projeto, qual é a concepção de futuro que nós devemos, mediante discussão entre as elites, entre aqueles que estão podendo participar desse debate que nós não podemos adiá-lo até aqueles que estão marginalizados sejam incorporados para aí então ser, começarmos a debater, não, temos exatamente ter eventualmente como uma das metas, incorporar os não incorporados para depois reformulá-lo caso desejem mas temos que partir de algum denominador comum, pelo menos enquanto há um pacto, certas regras de competição para a partir daí, definir as competências, as funções e os objetivos do Estado. Uma vez isto posto aí evidentemente que se é este o Estado que nós buscamos, tendo em vista os valores que nós vamos privilegiar, e não os outros, nós não podemos maximizar todos os valores ao mesmo tempo, isso é uma descoberta, na verdade, lá dos nossos escoceses, é impossível maximizar tudo, que temos que fazer de escolhas trágicas, isto é, se desejamos maximizar a acumulação, isso será certamente sempre em prejuízo de uma igualdade generalizada nas funções de riquezas, ou então se abrirmos mão disso, não podemos maximizar a acumulação.

Apenas a título provocativo, a partir daí uma série de formulações foram feitas quanto à estrutura interna desse Estado, nós deveríamos ter os objetivos, um esboço foi feito pelo Régis, um outro esboço foi feito pela Sula, o Edson por sua vez, discutiu o impacto, porque a política em que esse Estado vive, em que esse sistema político vive, aca

ba por impactar e de certo modo defratar, de redirecionar aquilo que estava na intenção dos atores políticos decisórios, tivemos a contribuição também do dia a dia da ação do Estado, independentemente da boa ou má vontade dos desígnos dos atores políticos se, por exemplo, num dia a dia lá na ponta do trabalho não é verdade? Todos estes pontos foram aqui tratados e tratados dentro de um limite de tempo possível, com alguma possibilidade senão com toda profundidade que os participantes poderiam dar pelo menos com a abrangência para mostrar a complexidade de todos esses problemas.

Eu vou terminar já, mas queria aproveitar também para fazer duas observações, uma vez que embora implicitamente eu fui chamado a fazer alguns comentários sobre duas colocações que fiz.

Em primeiro lugar eu acho que certos conceitos, por exemplo no debate político, como por exemplo, representação, legitimidade, representatividade, Estado mínimo e todos os outros estão poluídos e poluídos fundamentalmente em primeiro lugar pelos grupos conservadores, que se transmite através da mídia conservadora que faz com que a interpretação ou a absorção por parte do grande público desses conceitos seja inteiramente deturpada. Então eu quero declarar desde logo que no que me diz respeito sem nenhuma pretensão de despoluir nem de convencer no que me diz respeito o Estado mínimo nada tem a ver com o Estado pequeno, fragil ou conservador, não tem nada a ver com isso, eu uso o conceito técnico do Estado mínimo que tem a ver com o número de funções, cujas funções, não tem a ver com o tamanho, nem com o número

de pessoal culpado, mas com o número de funções que aquela sociedade decide que vai ser o Estado que ela deseja.

Então, o Estado mínimo, ele pode ser unifuncional e num instante envolver toda a população, por exemplo, o Estado espartano ele só tinha uma função, ele só podia fazer uma coisa, que era guerrear, outra coisa ele não podia fazer para a população. Agora em nome de fazer isso, o estado era dono do mundo enquanto guerreiro, então ele ocupava, ele pagava salário, e pagava a comida evidentemente era um Estado redistributivo, no sentido paleolítico da expressão.

Então era um Estado unifuncional que não obstante empregava toda a população, então não tem nada a ver uma coisa com a outra, quando eu falo aqui de Estado estou me referindo ao fato de que o Brasil de hoje, existe um problema sério, que é o fato de que algumas das questões que fazem parte da agenda de qualquer Estado, seja liberal, seja socialista, seja o que for, em nome do qual existe uma transferência de soberania do cidadão para ele, ou seja, esta soberania para cobrar tributos, para julgar, para impor leis, para coagir, trata-se de oferecer justiça e segurança. E isto existe um problema fundamental, no Brasil que este não está sendo realizado pelo Estado. Quando me refiro à segurança também não estou me referindo como parece a um problema policial. Segurança tem a ver com o fato na origem do Estado moderno, na redução da taxa de imprevisibilidade social, é isso que quer dizer segurança.

Segurança quer dizer que no dia de amanhã vai ser aproximadamente do mesmo modo que hoje. Portanto, existe

a possibilidade dos indivíduos e grupos e empresas fazerem cálculos de investimento no tempo, se não houver isto não só em termos econômicos mas em termos de saúde, em termos de tudo, portanto se existe uma ameaça do ponto de vista de uma peste, de uma epidemia, é uma questão de segurança prover os recursos sob a forma de vacinas, e tudo mais para que aquilo não comprometa a população. Eu poderia dar vários exemplos, mas vou pular logo para aquilo que o nome segurança chama logo de atenção, que é o problema da segurança do ponto de vista policial.

A questão aqui, eu não estou preocupado em colocar mais polícias na rua, a questão não é essa, eu estou vendo pelo outro lado o fato de que hoje o problema do crime organizado é um problema internacional, e no Brasil já ocorreu a oligopolização do jogo do bicho depois de duas décadas em que havia guerra de quadrilhas, por pontos, que foram as décadas de 50 e 60 e que hoje nós estamos num processo de oligopolização do tráfico e da distribuição de drogas, é esse o processo seríssimo que não é apenas nacional. Estas pessoas estão armadas, esses grupos estão mais bem armados do que inclusive as Forças Armadas, e mais, se substituem ao Estado como justamente como fonte de justiça, a justiça lá deles, mas como fonte de formulação de justiça, execução e aplicação da lei que eles lá formulam, muito bem, mas mais do que isso. O que não tem sido tratado que eu acho que é absolutamente necessário considerar, é que eles são uma alternativa de mercado de trabalho de um peso cada vez maior dentro da economia nacional, portanto ele não é a última al-

ternativa como o Deputado Jobim aqui disse, quando eles não podem, mas não podem trabalhar no Estado, não podem trabalhar no mercado formal, não podem trabalhar no informal não criminoso, então tem que ir para o crime organizado. Não é verdade, em qualquer área periférica do Rio de Janeiro já está muito difícil retirar um adolescente de 17 ou 18 anos do circuito do tráfico, oferecendo-lhe um trabalho no mercado formal que seja do Rio de Janeiro.

A questão é por demais séria, e eu não sei se é com canção na ruua ou se não é, eu quero dizer que enquanto esse Estado brasileiro não for capaz de ter uma política muito séria em termos de problema de justiça e segurança para toda a população, o que significa dizer, universalizar Renato Borges, o espaço público. Recuperar, ganhar, todas estas áreas para, exatamente a área pública, eu disse e repito, tenho dificuldade de acreditar que qualquer plano econômico, ou mesmo de reforma do Estado, caminha além de dois ou três passos. Acho que para isso a contribuição de Guttemberg trazendo o lixo da história para cá foi extremamente importante, é porque é exatamente nesse lixo da história que estão aquelas informações, a partir das quais se pode pensar nos verdadeiros problemas que nós estamos vivendo sem a maquiagem que os jornais coloridos, no bom e no mau sentido podem nos dar.

Eu havia sido pedido para chamar também a participar conosco de Régis Andrade para estender-se um pouco mais um ponto importantíssimo quanto à agenda desse eventual Estado futuro associado, que foi um ponto muito interessante a forma presidencialista que ele terá que implementar.

O SR. RÉGIS DE CASTRO ANDRADE - Eu havia me referido, na minha intervenção primeira a certas tendências que a meu ver são constitutivas do presidencialismo.

Elas são constitutivas do modelo teórico do presidencialismo, elas são historicamente comprovadas, e elas se manifestam no Brasil,

São as tendências a centralidade do legislativo, produzindo portanto um desequilíbrio que deve ser repost<sup>o</sup> por uma política deliberada, o presidencialismo produz uma tendência a autonomização de ministérios de agências, que deve também, por sua vez, ser repost<sup>a</sup> por medidas pensadas a respeito, e produz finalmente uma grande abertura, uma grande vulnerabilidade a terceiros atores, há lobbies públicos e privados que diante de um processo com alta taxa de incerteza de resultados, encontram aí um campo privilegiado de atuação. Já uma vasta literatura sobre isso a respeito do caso americano.

Eu queria dialogar um pouquinho com o Raphael, eu achei muito interessante, não só a reflexão, como as propostas que ele fez a respeito, sobretudo desta questão da ordenação interna do Executivo. Eu acho que é uma coisa absolutamente central. Estou absolutamente convencido da relevância prática disso, prioridade que se deve dar a isso, simplesmente, porque disso depende a capacidade que tem o governo de tomar qualquer decisão em qualquer direção. É simplesmente isso. São algumas mudanças institucionais necessárias, um pequeno parêntese, o Roberto Ramos saiu.

Eu tenho uma pequena observação a fazer a res

peito do que ele disse, depois volta a questão, eu também não vou me alongar muito.

Diz ele: fortalecer as instituições para quê? Ele está muito preocupado com esta questão, tem razão. Mas há na observação dele um quê de desconforto, quer dizer, mas afinal estamos ao falar só de instituições sem falar daquilo para que ela serve, eventualmente fortalecendo incorporações aí dentro, como se nós estivéssemos trabalhando para fortalecer o Estado pelo Estado, não, não se trata disso. Fortalecer instituições para quê?

Esta é uma questão que escapa rigorosamente à nossa definição, isso quem define são os eleitores. Os eleitores é que vão definir qual é o programa que eles preferem ver desenvolvido pelos governos, não é isso. As instituições devem favorecer, devem criar condições adequadas para o desempenho do governo, no desenvolvimento daquilo para o qual ele foi eleito. Eu não sei quais serão as preferências do eleitorado. O indispensável é que os governos tenham condições de reempenhar aquilo para o qual foram eleitos, esta é a questão.

Então seria se nós os intelectuais nos déssemos ao trabalho de dizer exatamente o que todos os governos futuros deverão fazer, qual seria? Mas então, baixando um pouquinho a bola, indo um pouquinho para o concreto, eu acho que nós temos que fazer isto, é indispensável. Estas questões são urgentes.

Conselho de governo, quer dizer, dar ao governo mais colegialidade, você se referiu à essa questão.

Conselho de Ministros, eu acho que é algo por aí, sabe? Mas eu acho que o Conselho de Ministro, desde que você está de acordo comigo Raphael, o Conselho de Ministros é um órgão muito pesado, e que deve se unir contra essa grande diretriz, aliás nem isso, quase isso.

A experiência da França, por exemplo, sobre a qual tenho vários dados aqui, é a de que a coordenação ministerial se dá, não tanto no gabinete, no gabinete também, no gabinete é mais pesado se reúne com menos frequência, etc.

O que ocorre são inúmeras reuniões interministeriais de segundo escalão, inúmeras, seja em comissões que existem para isto, sejam em comissões ad hoc formadas para tratar desta ou daquela questão.

Reuniões e comissões interministeriais por temas e anos selecionados, a tabela que eu tenho aqui, então em 1984, é o último ano, a que se refere esta tabela, houve 1409 reuniões desse tipo interministeriais, dessas algumas de gabinete, mas as outras todas são reuniões que ou envolvem alguns ministros, mas não todos, às vezes dois ministros, ou reuniões que envolvem segundo escalão para discutir e preparar, por exemplo, questões. Então não só em nível máximo e nem sempre todos os ministros, não é, é uma questão, é o que eu queria dizer, outra coisa, coordenação para que finalidade? Eu acho que são duas finalidades, sobretudo.

Reuniões de coordenação para elaboração de políticas...

O SR. - Reuniões de coordenação para elaboração de políticas, onde se discute que orientação tomar finalmente, e essa orientação interessa a mais de um Ministério, na hipótese que eu estou fazendo, ou reuniões para discutir a negociação disso no Congresso, nas duas pontas, na ponta da sociedade e na ponta do Congresso. São tipos diferentes e que podem requerer órgãos diferentes, por exemplo, nos Estados Unidos a discussão de quem está fazendo o quê no Congresso é feito por um órgão específico, para isso que é o órgão que coordena as assessorias parlamentares do Ministério, tem o "Congressional Office", que é na Casa Branca, o Presidente depende disto para negociar com os líderes, ele precisa estar bem informado, é preciso se reunir com líderes e informar sobre o que cada Ministério está tocando no Congresso através dos seus agentes lá. Ele tem que saber o que é, senão ele chega lá e faz papel de tonto, não sabe o que está acontecendo.

Finalmente, eu acho que isto é quase que um pré-requisito do sucesso desse esforço. Sabe o que é? É que o representante de vários Ministérios, a começar pelos Ministros, não têm condições sequer de encetar uma conversa cooperativa se não tiverem por trás disso, se já algumas orientações tomadas e quais são? Qual é essa orientação? É o programa de coalisão, não pode ser outra coisa. É o programa que tem possibilidade pelo menos de compor o Congresso, um apoio minimamente estável.

A partir deste solo é que eles podem sentar um na frente do outro e começar a discutir suas diferenças.

Tem que ter uma espécie de pano de fundo consensual comum e esse só pode vir do programa de coalisão, do programa de governo, que envolve o Congresso.

Eu acho que é isso. Para descer mais a bola ainda, a questão da reforma administrativa, relações humanas etc., aqui é um campo enorme justamente existem várias coisas interessantes. E queria só tocar num ponto que é o seguinte: eu estou absolutamente convencido de que é preciso arejar a administração pública, arejar significa abrir portas laterais de ingresso nos estratos superiores, é preciso modernizar, alguém já disse isso, não lembro quem foi, modernizar as ações de trabalho, o Estado está totalmente engessado, é uma coisa simplesmente ridícula o que está acontecendo. Não dá para fazer quase nada.

Eu tenho contato permanente com a ENAP, a ENAP não consegue sequer chamar um professor da UnB, eu mencionei já isso aqui, porque as regras impedem que isso ocorra. Problemas de licitação, de qualquer coisinha desse tamanho tem que fazer licitação. Então, inviabiliza a coisa. Mas isso é outro ponto, eu acho que só isso aqui valeria um Seminário inteiro, essa coisa de reforma propriamente administrativa e não político-administrativa, reorganizar o serviço público por dentro.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Como é que seria abrir portas laterais? O que você quer dizer?

O SR. - Seria criar condições para que quadros do setor privado ingressem no serviço público, ainda que por tempo limitado para desenvolver programas, como

nos Estados Unidos, meu exemplo é esse. Isso implica em primeiro lugar, que você tenha o mínimo de compatibilidade salarial com esses setores, senão não adianta.

Quem é que fez, por exemplo, a reforma administrativa do NESTEP? Foi o Diretor Executivo de Mac Spencet, passou seus 7, 8 anos lá dentro e fez aquele negócio, é um negócio enorme, com a experiência administrativa que ele fez.

O Roosevelt, todo mundo sabe, quando entrou no governo, chamou gente, chamou jornalistas, chamou intelectuais por todo lado, chamou homens de negócio, de empresa, para montar uma equipe que pudesse enfrentar com criatividade, inocência, com muita energia, com a ética de sucesso, com a ética de desempenho, as tarefas excepcionais da grande crise dos anos 30.

Uma burocracia rotineira, hierarquizada e desacostumada ao desafio, não poderia enfrentar aquilo lá, basta ler os Lexon, não é uma leitura extremamente estimulante, de como é que ele fez aquilo, foi assim, abrindo portas laterais de todo lado. Mas esse é outro problema, eu estou só chamando um pouco...

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Eu acho que esse não é outro problema, é o problema. Eu fico pensando assim na proposta que o IPEA está examinando da rede. Mesmo dentro do setor público incluindo universidades, centros de pesquisas estaduais, Secretaria de Planejamento, órgãos de "tenc", que poderiam ser integrados, que esse planejamento se produz desta forma e que pode ser em rede, que justamente essas pessoas sejam convocadas para participar dessas tarefas,

dessas propostas e também oferecer sugestões.

Eu acho que o que você está dizendo casa bem com essa idéia que foi levantada de ver mais, eu acho que es tá faltando talvez até uma discussão mais profunda sobre a questão gerencial.

Foi citado várias vezes a questão do salário, e os salários têm equivalentes, senão você não consegue pro duzir, mas eu acho que também uma discussão que está faltan do mais para o fundo seria essa de, se as técnicas geren ciais do setor privado não valem com adaptações para o setor público. Em suma, a grande questão desse final de século tal vez seja com todos esses países, é assim, em todos esses paí ses o Estado é lento, é vagaroso, é controlado etc., não va mos falar no nosso caso que é "Dona Maria louca", aquelas coordenações manoelinas e filipinas, é um pouco mais compli cado do que os outros, mas em todos eles existem essas regu lamentações jurídicas que são muito pesadas.

Então, eu acho que fica faltando nessa discus são, mas é importante o que você falou que me leva essa idéia da rede.

O SR. - Aspásia, é importante colo car que em março nós estamos programando um fórum para dis cutir exatamente essa questão da modernização da administra ção.

A SRA. - Eu queria, em primeiro lugar, dar alguns dados, acho que fui convocada como econo mista de plantão, então, eu queria tratar a questão da des centralização e das minhas perplexidades sobre o tema.

Eu vou começar dando alguns dados para responder um pouco ao Raul que sugeriu que houvesse maior concessão de recursos aos municípios.

Na reforma tributária de 1988, a disponibilidade de recursos da União passou de 65% para 50%, dos Estados cresceu de 10% para 25%. Isso é basicamente receita própria ou transferência de natureza constitucional, portanto, automáticas, escapando àquele problema que você levantou, que é a questão das transferências negociáveis de que, apesar que isso não é descentralização e sim desconcentração, que é prioridade estabelecida no Governo Federal, mas houve.

Agora, o que é mais curioso é que não há uma correspondência entre os Estados e Municípios que mais ganharam com a reforma e aqueles que mais se apropriaram de encargos. Por exemplo, dados das contas nacionais mostram que Estados e Municípios nos últimos anos, Estados e grandes municípios, investiram cinco vezes mais do que o Governo Federal, obviamente, houve descentralização de encargos. Portanto, ao contrário do que dizem, só que não houve uma correspondência entre aqueles que mais ganharam e aqueles que mais realizaram em termos de concretização da descentralização.

Aí tem um problema sério em relação aos municípios que vem da Constituição de 1967, que é a idéia ingênua de que você poderia motivar, digamos assim, mudanças locais no espaço brasileiro a partir de concessões de receita tributária.

Então, na concepção ingênua decidiu-se que para fixar a população no interior os municípios do interior

teriam 90% dos fundos de participação, cabendo às capitais 10% apenas dos Fundos de Participação. E a distribuição desses recursos é dada por coeficientes de rateio que dependem da dimensão da população, sendo que o mais elevado é 250 mil habitantes.

Portanto, muitos anos depois, eu quando a Constituição de 1988 estava para ser promulgada e se deram adicionais de participação aos municípios nos Fundos de Participação. Eu disse: pelo amor de Deus, não façam isso sem mudar a regra de partilha, porque se você pingar mais dinheiro nos cofres do município e "a posteriori" quiser regulamentar os coeficientes de rateio, a decisão entre municípios e capital isso aí, "a Inês é morta", resultado concreto disso é que hoje você tem 30% em torno dos municípios de capital, da população, um número relativamente grande de cidades de porte médio e grande no Brasil e 90% dos recursos vão para municípios não capital, sendo que a maior parte para municípios de pequeno porte.

Quem acompanhou a evolução do número de municípios no Brasil fica estarecido com o seu dinamismo, eu que falava há pouco tempo em quatro mil municípios, hoje já são cinco mil e tantos, daqui a pouco serão seis, porque é mais rentável para um município de vinte e cinco mil habitantes se dividir em dois e muitos municípios inviáveis economicamente vivem dos Fundos de Participação, não cobram o IPTU e outros impostos que são da competência municipal. Só estou querendo te dizer que isso não é só um problema de descentralização, de competência tributária e de receita disponível.

Essas coisas foram feitas e não resultaram em nada!

Segundo, não há que ignorar, eu acho que quem quer entender de federalismo hoje tem que estudar profundamente a força do municipalismo. O municipalismo fez do Quêrcia um líder de expressão nacional, elegou o Collor, as cidades pequenas de modo que hoje em dia isso é uma força numericamente muito significativa no Congresso e qualquer medida destinada a substituir essa regra por outra vai encontrar sérias dificuldades e uma força política extremamente organizada e por nós desconhecida enquanto é análise política e análise econômica.

Esse é o meu primeiro ponto, respondendo a uma interrogação do Dr. Raul.

Segundo, é uma preocupação minha de como a gente deve levar essa questão da descentralização? E aí eu vou provavelmente caminhar para um passe, mas eu não posso deixar de reunir algumas coisas que o Heitor disse, com uma coisa que o Wanderley me ensinou também há muito tempo num artigo sobre a lógica política da política social, eu vou tentar juntar essas coisas.

O Wanderley explicava que num País de institucionalização política formal precária, a política social cumpria esse papel de acomodação de interesse. E mais do que isso, fazendo várias pesquisas de avaliação de políticas sociais no Brasil, eu descobri que a lógica da política social não é só essa como a medida de êxito, é a lógica incrementalista, não só você tem que acomodar interesses como você disse, se você dá mais, não basta fazer bem, tem que fazer mais.

Então, o programa de merenda escolar incluiu os irmãozinhos, sendo que o "per capita" de merenda escolar diminuiu obviamente, mas o que é importante do ponto de vista da sinalização do êxito é fazer mais e mais, dar uma migalha para fazer os recursos, de modo que esta lógica política é contrária a qualquer ganho de eficiência e eficácia na condução da política social.

Eu hoje estou convencida que não dá para ter uma visão de descentralização, que seja uma visão vertical da União para Estados e Municípios, eu acho que a questão mais importante em matéria de descentralização é adotar uma idéia de horizontalidade ou de transversalidade das políticas desse ponto de vista, eu acho que a dimensão da descentralização não é a dimensão setorial que tem sido conduzida e sim a dimensão espacial. Porque obviamente isso cria um problema ainda de mais difícil solução para reformulação do Estado, porque o "locus" da política é constituído "ad hoc" em função se a política de habitação popular, juntam-se vários municípios, formam-se um consórcio de municípios e é nesse sentido que eu me junto, é óbvio que eu passe pelo ponto do Heitor, de como é difícil fazer articulação, mas o ponto de partida dessas políticas é a idéia das redes, dos "networks" das alianças estratégicas, que estão na moda no mundo internacional, que é "sant clost" de empresas.

Então, isso tanto faz para a política industrial, eu hoje não vejo, eu acho que o mundo se a gente olha de várias óticas, o mundo é muito parecido, tanto a idéia de redes, está parecendo a política industrial, você não pode

fazer um programa setorial, você pode escolher um conjunto de empresas virtuosas e nelas ancorar os seus parcos instrumentos, fazer com que elas caminhem pelo sistema de redes, esses são os projetos mobilizadores.

Então, você pode ser focalizador, seletivo desde que você adote a idéia das redes. Da mesma forma na política social, se deveria trabalhar em termos de redes de políticas e frustrando-se, saindo portanto da visão tradicional.

Desses setores e de esferas de governo como ele aparece na Federação, eu não sei como resolver isso, mas eu sei que a implementação concreta das políticas depende de um diagnóstico nessa direção e de uma invenção dos novos instrumentos que possam dar conta dessa questão.

Eu diria aqui que, inclusive, eu estou olhando para a Jane ali, se você quiser fazer uma política de emprego no Brasil hoje, e simplesmente trabalhar com as categorias convencionais e trabalhar sem interdisciplinalidade, você está perdido, porque ninguém entende como é que as pesoas vivem no Rio de Janeiro, no mundo da informalidade, se você não entende quais são as estratégias de sobrevivência, que os antropólogos conhecem ligam o mundo do trabalho formal ao mundo do trabalho informal e é outro "network" transversal que a gente tem que entender se quiser desencadear uma política, mas isso levanta os problemas reforçando o ponto do Heitor, de que isso levanta problemas seriíssimos, porque implica numa articulação que é interesses setoriais credenciados e de níveis de governo que também são diferentes, mas eu acho que sem isso a gente não avança concretamente e

não supera a questão da superposição, dos níveis de governo, a gente tem que superar uma lógica que é incrementalista, mesmo que a gente consiga superar o ponto de vista institucional, as práticas da lógica incrementalista estão escritas no quadro do Estado brasileiro, mas isso é um grande divã, como foi dito resolveria, mas fora do grande divã. Então, esse seria o segundo ponto importante.

Terceiro, é um pouco participar da "petit stoire" do Guttemberg aí dizer o seguinte: tudo aqui que está nessa Mesa talvez por isso estejamos aqui, é "cobra criada" que de alguma maneira hoje já militou em algum lugar, já teve uma pssagem pelo governo, já veio aqui com sonhos iluministas e esbarrou longo à esquina do primeiro esquadrão, dos vários esquadrões e com isso perdeu algumas das ilusões mas fez um aprendizado do possível. Nesse sentido, tem umas coisas engraçadas que a reforma tributária de 88 ensinou, por exemplo, o Jobim dizia hoje o seguinte: os Estados consumidores são normalmente no Norte/Nordeste, são mais consumidores do que produtores. Os Estados do Sul, Sudeste são mais produtores do que consumidores. E hoje em dia o ICMS é baseado no princípio da origem, a receita pertende ao Estado onde o bem é produzido, não onde o bem é consumido.

E nós, a Europa interia caminhou na direção do princípio do destino, nós os iluministas resolvemos que a gente ia levar o Brasil na direção do princípio do destino e com isso agradar Norte e Nordeste, imaginando-se inclusive os mecanismos de compensação para os Estados do Sul e Sudeste, que iam perder receita. Resultado: no I Encontro de Se

cretários de Receita do Norte Nordeste, essa idéia foi testada, ela foi vetada porque é mais difícil cobrar na ponta do consumo do que na ponta da produção.

Então, o "cara" que tem a Petroquímica no Estado de Sergipe ele prefere cobrar na Petroquímica, ele não quer pulverizar a sua fiscalização, mesmo aquele que é o perdedor usa o argumento conservador e comodista de poder cobrar mais concentradamente. Resultado da história, ficou o princípio da origem e foi criado um penduricalho tributário que deveria compensar São Paulo, que compesou durante um tempo que foi o adicional do Imposto de Renda de cobrança estadual.

Outro "non sense", o qual eu e Walter participamos, embora a gente não tivesse falado.

Nós dois fizemos por caminhos diferentes um estudo contratado, cujo objetivo era uma análise do imposto único, uma análise contra o imposto único contratado por uma consultoria ligada ao Mailson, então, eu fui contratada para fazer um estudo contra o IPME que eu não gostava do IPME, você foi contratado para fazer uma pesquisa de tendências do Congresso. Como eles tinham também uma pesquisa, uma consultoria rolando sobre privatização da Previdência, eles pediram para você incluir no seu questionário algumas perguntas, e o Mailson pediu, então, que eu incluísse algumas coisas que fizessem parte desse questionário que você passou.

Então, você tinha posto lá que você é a favor da privatização da Previdência, Srs. Deputados?

Eu acrescentei assim: você é favorável que a Previdência tenha que teto? A Previdência pública tenha que

teto de contribuição e benefício? Três, cinco e dez, que são os níveis atuais. E coloquei ainda uma segunda pergunta: caso você seja a favor da Previdência complementar, você preferre que ela seja pública ou privada?

Então, a primeira pergunta que era você é a favor da preivatisação da Previdência? A maioria dos congressistas responderam que sim, sou favorável à privatização da Previdência.

A segunda pergunta: você é favorável a que teto? Três, cinco, dez? A maioria respondeu que era favorável a dez, que é a situação atual.

Terceira pergunta: perguntados se você quer uma Previdência Complementar e caso queira, ela deve ser pública ou privada? A maioria absoluta preferiu a Previdência Complementar Pública.

É óbvio que é interessante, você pode ir embora para casa desanimado como muitos que aqui passaram foram ou você pode adquirir com isso um profundo sentido da ironia e ganhar uma certa plasticidade no processo de tomada de decisão que eu acho que é digamos, a grande aquisição que você chamou de intelectuais a partir da Nova República.

Finalmente, eu queria deixar lançado a questão sobre a mudança da lógica, eu acho que é fundamental que o Estado nas suas várias instâncias não só nas empresas estatais, mas também na administração direta substitua uma lógica burocrática por uma lógica de gestão. Isso é absolutamente decisivo e as práticas do setor privado podem e devem, respondendo a tua pergunta, serem trazidas para dentro do Estado.

A idéia de contrato de gestão que a França adotou, da questão do contrato que implica em direitos e deveres em metas de desempenho e prêmios contra o cumprimento de metas, é adotado na França não só na relação entre setor público e setor privado, mas dentro do próprio setor público.

E, finalmente, quanto a formação dos executivos de setor público na França, de novo eles passam pela CIENSPO, normalmente fazem ENA, mas a Escola Nacional de Administração é frequentada pelos futuros gestores públicos e privados, isso é que é coisa fundamental. Você não tem uma escola de administração pública nesse sentido, a Escola de Administração Pública é tão boa que ela forma os melhores quadros do setor privado.

Então, acontece o seguinte: quando a França privatiza suas empresas estatais, privatizar significa simplesmente perder a maioria reacionária. Não quer dizer vender tudo, alienar patrimônio "a la galeza", eles não mudam o gerente, vão junto, porque esse gerente responde às melhores exigências do mercado.

O SR. - Eu acho que você melhorou muito a minha tosca proposição, eu fiz ela muito curta.

Eu acho que a idéia do Conselho é um pouco a idéia da solidariedade do governo, eu acho que é um dado hoje fundamental, o governo não é solidário, é adversário de si mesmo, os membros são tão desintegrados...

E a segunda é que eu acho que é a maneira, a meu ver, de você dar importância ao papel do plano ou do pro

grama ou da partida do processo e na verdade essa tem que ser uma decisão do conjunto das pessoas envolvidas na própria execução do programa, mas é claro que com os níveis de coordenação tem que ser os mais diversificados possíveis, os mais variados possíveis e é uma coisa terrível, o Governo não se encontra, o governo não se coordena em nível nenhum. Eu acho que você tem desdobramentos e coordenação de base técnica, coordenação de base, decisão política, coordenação do Congresso, coordenação federativa.

Eu acho que esses elementos são quase como se você constituísse grupos "ad hoc" do trabalho que foram muito sempre deficientes, são muito disciplinar por definição tem que ser necessariamente permanentes, uns que envolvem a questão do planejamento e a questão do orçamento e da execução orçamentária.

A gente pode imaginar, eu não tive esse problema quando passei pelo Ministério, porque o orçamento da Previdência era apartado, o Ministério da Previdência tinha um orçamento que não passava pela Fazenda, mas eu imagino um Ministro que tivesse que administrar um orçamento, depender da liberação do Caixa do Tesouro Central, asseguravam tudo que podiam e eu me virava para ver se conseguia a perna em você, era permanente eu conseguir fazer convênio como prefeito para admitir gente, ele não deixava, mas enfermeira, eu consegui, no primeiro, eu fiz um convênio com o Saturnino e admiti, eu só fiz contrabando senão é inadmissível sem contrabando, você força o contrabando, não tem jeito.

Mas no Ministério da Previdência pelo menos o

caixa que, apesar de todas as tentativas para passar a mão no caixa que persiste até hoje, volta e meia já passaram a mão no COFINS, já passaram a mão no tributário da contribuição sobre lucros no de folha, não conseguem passar, eu tinha o privilégio em relação ao resto, mas as áreas afins, educação e saúde, nós chegamos a pensar em fazer orçamento social, para descolar isso de uma vez só do Tesouro.

Quando eu conversava com o Bornhauzen e com Roberto Santos, era uma coisa dramática, o Roberto Santos vi via do dinheiro que eu passava para ele para contratar mata-mosquito, disse que teve uma crise no Rio de Janeiro de den gue e ele não tinha um mata-mosquito, o mata-mosquito dele tinha morrido.

O Heitor deu aqui um dado, não tem mais fun cionário, o Estado vai acabar por falta de funcionário, por que não se repõe funcionário que está aposentado e ele está se aposentando cedo.

Então, não é só a memória, a qualificação do pessoal que está saindo, vai desaparecer o Estado, a relação que ele deu aqui somam 486 ativos e trezentos e tantos mil ina tivos, já está quase encostando, não tem reposição nenhuma. Essa é uma discussão que vai se resolver se não fizerem na da o Estado vai acabar, não precisa fazer nada, mas a folha continua do mesmo tamanho, sim, porque a folha está pagando o inativo. Tudo bem, não está pagando o inativo, então, a fo lha tem que ficar igual, não tem fonte alternativa de uma, fi zeram um processo, tiraram, voltou a ser estatutário, deixou de ser celetista, deixou de contribuir para a Previdência,

tem regime de aposentadoria especialista e tal, sem recurso nenhum, ou seja, é uma coisa fantástica e está se tirando dinheiro da Previdência Social Pública, da compulsória, etc., para pagar a aposentadoria do servidor público que tem um regime extremamente muito mais vantajoso do que o comum dos mortais, é uma transferência direta sancionada pelo governo.

Mas, enfim, eu acho que é um esforço enquanto ficar essa história de que o Estado é sorvedouro, que o Estado é responsável pelo déficit, o Estado é responsável pela inflação. Eu ouvi isso num Seminário recente aqui, sobre Previdência, eu ouvi do Candir e ouvi do Roberto Macedo a seguinte declaração: "a responsabilidade pela inflação provém da generosidade da Constituição para com os aposentados". Ele falou e evidentemente está acreditando.

A Previdência não conseguiu ficar no vermelho nem com o Magri!

A SRA. - Mas é um argumento das expectativas nacionais.

O SR. - É uma coisa espantosa. Perdeu receita, o CONFINS não entrou, a contribuição sobre o lucro não entrou, teve duas receitas enormes frustradas e ela até hoje está se vendo o prestígio em que está o Ministro Brito. Ele está cumprindo com os mitos constitucionais sem nenhum problema, País em recessão...

O SR. - Mas não passou os recursos para a saúde!

O SR. - Não passou porque os re

curtos de saúde vinham do COFINS, 92% dos recursos do COFINS se destinavam à saúde. Então, ele ficou, foi esse recurso que não entrou, evidente, a parte que a Previdência sob fo lha passava era mais ou menos 15% da arrecadação. Tudo que entrou na saúde veio daí, o Tesouro não passou nenhum tos tão.

O governo faz, a contribuição social foi ima ginada para atender uma janela de seguridade social, que é a segurança no sentido que você emprega, é a seguridade so cial. Talvez tenha sido o ponto mais decisivamente avançado na Constituição no ponto de vista de proteção de direito, é um passivo da sociedade, e está dito desse jeito, é um dever da sociedade por um dever elementar de solidariedade. Está se gastando com Previdência, Assistência Social e Saúde me nos de 7% do PIB, é uma coisa insignificante para 14 milhões de beneficiários e mais todo suporte do gasto público com saúde, não falar em assistência social que entra nisso desi gualmente. É muito pouco, é insignificante para suportar um programa mínimo de decência do ponto de vista humano.

Todas essas coisas são extremamente desarticu ladas. Eu acho que o Ministério da Fazenda, e uma das minhas insistências nesse negócio do Conselho, é que o Ministério da Fazenda é absolutamente o único centro de poder que exis te e trabalhar sob uma lógica que não tem nada a ver com na da, trabalha-se sob a lógica da coisa, ele passa a mão em qualquer recieta, ele passa a mão e inibe qualquer comporta mento e desempenho, é impossível.

Eu sou Presidente de um negócio no Rio de Ja

neiro chamado Associação dos Amigos do Museu da República, a mesma estrutura que não consegue gastar um centavo em nada, gasta os recursos que a Associação dos Amigos recolhem, nós temos recolhido bastante dinheiro, a mesma estrutura que é absolutamente insuficiente, ineficiente, quando é museu, é de uma enorme eficiência quando gasta o dinheiro da Associação, inclusive porque não tem um caixa único, não tem, gasta, compra à vista, barganha o preço, etc.

Então, realmente a questão do Estado como está posta, o Estado como inimigo, é uma questão alucinada que está posta perante o País, há uma coisa por trás disso, há um processo doutrinário inteiramente alucinado e um problema ideológico que desrespeita minimamente a avaliação da realidade. É uma questão difícil, nós dissemos aqui heresias, tais como: o pessoal é mal pago, tem pouca gente, não tem estímulo, não tem informação, se disser isso fora, nós seremos considerados antiquados, antimodernos e tudo isso, é realmente um esforço de discussão desse tema, é difícil, é penoso!

Então, fica sempre a idéia de enxugar o Estado, diminuir o Estado, o Estado mínimo, o Estado ausente, o Estado não regulador, o Estado que não intervém, o Estado ineficiente.

E, para terminar, essas empresas públicas, todas que foram privatizadas mantiveram nas suas direções os mesmos dirigentes que tinham quando eram estatais e mudaram o resultado, porque um dos elementos que sumiu não tem a lei da concorrência, você pode negociar mercado, você pode pagar para vendedores comissões, mudar a regra de operação.

Então, as mesmas estruturas não segura preço, a mesma estrutura, é a mesma organização, responte. Então eu acho que a gente tem que ter uma energia imensa para enfrentar a onda derrotista em cima do Estado, qualquer que ele seja e tentar criar minimamente condições externas para que a discussão sobre o Estado se processe com o mínimo de racionalidade e pragmatismo.

O SR. EDSON NUNES - Tem duas tabelas lá, muito interessantes, que é a comparação do rendimento do servidor público nos Estados Unidos e no Brasil, o Judiciário, Executivo e Legislativo. No grosso, o salário brasileiro do Judiciário e do Legislativo é parecido com os Estados Unidos, ou seja, dá mais ou menos o mesmo nível de remunerações no Brasil em dólar, sendo que o Executivo é mais ou menos 1/3, o que significa duas coisas: o Executivo é o braço realmente que se desagua e parte do servidor público que você não encontra mais aqueles que trabalharam com você, tudo fez concursos para o Legislativo ou para o Judiciário, os do Executivo se desagua por dentro, as pessoas fugiram. O que é interessante é que isto é uma política da Fazenda, isto é sistematicamente uma política da Fazenda, como foi sistematicamente uma política desse Ministério aqui, aliás, o pior salário do Ministério era realmente o salário do IPEA, até que a gente conseguiu começar a negociar, eu me lembro quando eu presidi o IBGE, eu falei para o "cara": eu assino um contrato de getão com você, para cada dólar que eu poupar, para cinco dólares você me dá um, porque eu preciso consertar o teto da sala de índices de preços que vai cair! O "cara" pensou que

era retórica, caiu ou não na cabeça dos "caras" lá...

O "cara" falou assim: eu não te dou, Edson, o seu contrato de gestão, porque você é honesto, qualquer "cara" com quem eu fizer o contrato de gestão me engana com qualquer número, porque eu não tenho condições de acompanhar o contrato de gestão, a gente pode até fazer.

Um exemplo que eu estou dando, o Executivo é o braço do governo que mais vem se desarmando voluntariamente com a política da Fazenda e do Planejamento, você tem que dar um exemplo e depois você faz o plano econômico e dá ordem e espera que a ordem aconteça, você espera que a profecia se cumpra.

Vou fazer um plano, hoje tem uma porção de decretos, uma porção de portarias para fazer esse ano, vamos lá, não sai nada, não acontece nada, claro, quanto mais complexo for, menos acontece!

O SR. - Eu queria fazer só dois comentários, quanto ao problema da descentralização.

A descentralização pelo ponto de vista da cidadania, eu acho que a centralização maior se era a formulação de políticas e a descentralização que a gente está pondo na mesa é uma descentralização paternalista, ou seja, descentralizar recursos, ou sob forma política eleitoreira que é uma subvenção, é uma descentralização só que o "cara" que solta, que corre lá na ponta e joga na sua empresa, ou na sua fundação particular, ou então a descentralização institucional, como é o fundo de participação de municípios, que é a concentração, a descentralização do recurso arrecadado pela

União.

Essa descentralização que se apregoa seria a descentralização da arrecadação para que haja maior definição de políticas e acompanhamento dos recursos arrecadados pela sociedade.

E um outro ponto que me preocupa muito é quando se fala muito na oxigenação do funcionalismo público federal, igualando salários do serviço público com a empresa privada para permitir a entrada no serviço público de agentes da iniciativa privada que viriam oxigenar. Eu só lembro que na equipe da Ministra Zélia, a grande maioria, o próprio João Santana veio com essa política de oxigenação de mudanças no perfil do serviço público. Se nós não discutirmos o negócio do Estado, nós poderemos ter gerentes...

O SR. - Setor privado não é feito de bandido, não. Vieram bandisos para desarticular o Estado!

O SR. - Mas se nós não definirmos o negócio do Estado, nós vamos ficar vulneráveis a que cada governo, à pretexto da oxigenação, nós temos a gestão pública dirigida para interesses próprios. Nós temos que tomar muito cuidado, eu acredito que o estudo também é problema de recursos humanos, nós estamos morrendo por inanição, daqui à pouco o Estado acaba por falta do patrimônio público aos servidores públicos.

O SR. - Quando acabar a discussão acabou o Estado.

O SR. - Nós não vamos ter Estado para discutir. Esse problema da oxigenação tem que se tomar

muito cuidado sem se discutir qual é o negócio do Estado.

O SR. - A oxigenação é para se somar às carreiras definidas, mas não carreiras excludentes da sociedade, porque senão fica o Estado brigando com o governo e eventualmente brigando com a sociedade em nome dos corporativismos instituídos.

É só isso.

Tem que ter as carreiras, é fundamental, eu trabalhei e lutei por isso, agora, tem que ter o "mix", tem que ter a convivência, a carreira é fundamental nas empresas os donos ficam sempre, os empregados podem sair, no Estado, os empregados têm que ficar porque os donos mudam, então, tem que ter as carreiras. Não pode ter as carreiras de forma excludente da sociedade, isto é que não pode, senão não tem Estado, não tem política, você tem administração governando o País, quem governa o País é a política, não é a administração, a administração serve à política e serve à sociedade, senão fica uma coisa insuportável, ninguém vai aguentar, arrebenta logo.

A SRA. ASPÁSIA CAMARGO - Não sei se alguém mais quer dizer alguma coisa.

Eu acho que nós estamos encerrando o nosso dia de trabalho. Tivemos resultados assim muito positivos na minha avaliação, eu acho que na avaliação de todos sob muitos aspectos. Eu acho que o primeiro deles é que dificilmente nós poderíamos ter tido um quadro e uma reconstituição mais completa, mais viva e até mais dramática do que se passa hoje com a União, com o governo federal, do que nessa reunião.

E isso é muito importante, porque propositivamente nós deixamos a discussão sobre o governo federal por fim, não para o fim, porque nós não estamos acabando a discussão sobre pacto federativo, mas havia uma ordem, uma lógica na nossa discussão que começava da descentralização econômica, foi a discussão sobre o novo marco da economia brasileira, partindo da idéia de que esse novo paradigma é um paradigma de desenvolvimento descentralizado, de desenvolvimentos regionais, não mais entendidos como políticas compensatórias, mas como dinâmicas autônomas ou semi-autônomas de desenvolvimento e deixamos o governo federal por o fim, porque na verdade era muito importante que esse consenso sobre a descentralização fosse assimilado como uma coisa, realmente um consenso. Eu acho que existe um consenso, o grande problema é saber como fazer essa descentralização.

Eu acho que uma das coisas importantes que ficaram ditas é que essa descentralização ela tem que ser negociada e ela tem que ser gradual, eu acho que é isso, inclusive que nós aprendemos com o caso da Espanha, que levou quinze anos fazendo a descentralização e eu acho que nós temos todas as razões do mundo para achar que no Brasil mais ainda pela heterogeneidade, pelo tamanho do território, inclusive, pela fraca densidade e pela desigualdade de densidade populacionais e também pela idade diferenciada dessas regiões, o Wanderley lembrou aqui uma coisa que ninguém fala, que é essa idéia de que a Amazônia entrou para o sistema, e na verdade não entrou, é por isso que o Secretário de Planejamento do Amazonas diz que nós estamos olhando para a Amazônia com

o binóculo virado ao contrário, porque diz: olha, tudo para mim que é competitivo lá, diz ele, para vocês é um problema.

O fato de que o mundo se interessa por nós, quer nos dar dinheiro, para nós é ótimo, para vocês, ficam apavorados.

O fato de que isto aqui tem rios fantásticos que servem como meios de comunicação, para nós é ótimo, para vocês é péssimo, porque vocês querem fazer tudo com a Wolks vagen, com estradas, com rodovias para nós não serve e foi por aí.

Eu acho que é uma ilustração bem clara do que o Wanderley disse, não entrou no sistema, nós não demos conta que nós temos a Amazônia nessa entrada, nessa expansão da sociedade, digamos assim.

Eu acho também que foi muito impressionante o diagnóstico que foi feito aqui sobre a desarticulação, a de sintegração e a fragmentação. Nós podemos até dizer que exa minamos o problema sobre todos os ângulos possíveis e imagi náveis. Desde a relação entre poderes que se agravou muito, porque a essa altura todos os poderes estão brigando com os outros, você pode até fazer uma análise combinatória, o Exe cutivo briga com o Judiciário, o Judiciário briga com o Le gislativo, você pode ficar fazendo exercício à vontade e tam bém a desintegração da própria máquina federal que repete den tro de si próprio toda essa lógica de fragmentação.

Então, é óbvio que a questão federativa ela tem um peso muito grande nessa desintegração também, porque a base da federação é a espacialidade e eu acho que isso é

importante de lembrar aqui, que o federalismo foi uma engenharia política extraordinária inventada de certa maneira para acomodar coisas que são de difícil acomodação. De um lado a idéia da competição que vem pela autonomia, portanto, quem não tiver condições de se viver, morre, portanto só é federado, federativo, um ente federativo aquele que pode sobreviver, isso já cria um problema sério, porque no Brasil nós temos uma enorme quantidade, nós inventamos uma coisa que até tenho simpatia, a idéia do município como entidade federada, mas isso cria o problema de 40% dos municípios tem menos de 10 mil habitantes, o que torna a situação muito difícil como a Sula colocou aqui muito bem, do ponto de vista fiscal, mas é óbvio que se há uma tensão grave e uma competição complicada desses níveis, a federação pode resolver porque a função principal da federação é distribuir recursos para os fracos.

Então, eu acho que é aí que nós temos que trabalhar seriamente nessa engenharia política das compensações espaciais.

Eu, inclusive, estou trabalhando muito nas emendas, pensando que talvez uma forma simplificada de resolver o problema fosse se preocupar menos com o setorial, como a Sula disse também e mais com as facilidades, na medida em que há um espaço, mil e tantos municípios no polígono das secas, que não conseguem resolver o problema social, eu acho que isso sim é matéria do governo federal, como cento e tantos municípios do Vale do Jequitinhonha e como as regiões, o Rio de Janeiro, as regiões metropolitanas do Rio, porque você pode perfeitamente fazer um inventário e ver quais são as

áreas críticas e o governo federal entrar aí.

A SRA. SULAMIS DAIN - Mas não tem que colocar na Constituição porque aí o Vale do Jequitinhonha começa a produzir...

A SRA. - Não, eu acho que é o seguinte: não é colocar na Constituição o Vale do Jequitinhonha é colocar na Constituição uma clara, porque o artigo 39, o artigo 18, o artigo 25 e o artigo 43, eles estão todos, eles têm uma lógica entre eles que a gente pode resolver melhor, porque na verdade sabemos que é muito difícil para o município tomar uma iniciativa está sendo muito difícil nessa fragmentação se juntar alguma coisa, coisa com coisa. Se tiverem dois municípios que querem fazer um hospital não pode, só se forem dois doidos que estiverem por lá com voluntarismo.

O SR. - Poder, pode.

A SRA. - Não, poder, pode Raphael, mas os obstáculos são tantos que até mereciam uma outra conversa, mas eu tenho ouvido coisas extraordinárias que provam, pois se eu não posso contratar ninguém para fazer um trabalho no IPEA, como é que o prefeito vai fazer alguma coisa?

Não pode, na prática não pode. Só se ele fizer uma conspiração tremenda e se tiver interesse muito forte acima dele que queiram viabilizar o que é difícil, porque a legislação, a lei orgânica, não sei o quê, como é que você faz, o hospital pertence a quem? Isso não está resolvido, digamos assim, na nossa prática jurídica e eu tenho a impressão que boa parte dos problemas de engessamento do Estado vem dis

so, eu acho que é do direito administrativo, não é só da ques  
tão do poder da Justiça, ou desses problemas todos que nós  
discutimos aqui exaustivamente, importantes sobre as disfun  
ções do Poder Judiciário, acho que também é uma disfunção do  
Direito.

Então, tem que haver um estudo desse Direito,  
como é que faz para fazer alguma coisa.

Eu, evidentemente, não posso perder a oportu  
nidade de chamar atenção para o fato de que a soberania de  
que o Wanderley colocou e essa questão da autoridade que ele  
também colocou, ela é um ponto crítico hoje que nos leva à  
impressão de que há uma feudalização crescente do processo e  
que essa feudalização não só é o fruto de coincidências, de  
competências, embora o Gut tenha chamado a atenção aqui para  
esse lado técnico da história.

Existem uma série de coisas absurdas que vão  
acontecendo e que a gente não sabe nem porquê. Mas, sincera  
mente, eu acho que não é só absurdo, isso tudo não tem só ab  
srudo na história, há outras coisas mais que nos empurram  
nesse sentido de que cada vez é mais fácil fragmentar e cada  
vez é mais difícil juntar e esse é um dado que me parece im  
portante de ser registrado até porque eu acho que o Edson  
lembrou aí no final essa coisa fundamental que o grande refém  
é o governo federal.

Dentro de todas as dificuldades aquele que es  
tá sendo mais penalizado com impiedade e com sadismo é o go  
verno federal. A máquina tem essa cultura política, eu acho  
que várias pessoas tocaram nisso aqui, a cultura política da

centralidade, as centralíticas que eu estou chamando agora é uma coisa grave, porque na verdade você mistura arrogância com impotência, não há nada pior do que um adversário que é arrogante e impotente. Não tem nem dinheiro para dar, nem gentileza, então, realmente é uma luta infernal nesta cultura moribunda.

Uma questão que eu levanto, que eu acho que não ficou totalmente esclarecida, é o problema realmente da natureza dessa crise com relação ao modelo, e aí eu acho que muitas pessoas falaram coisas que eu acho que levam à essa dúvida, à essa questão fundamental que é o seguinte: será que também essa desmontagem vai morrer, o Estado vai acabar?

Eu acho que no fundo, na medida em que ninguém tem solidariedade mais, por essas funções que ele exerce e por essa maneira de exercer, porque ele se recusa também a ser o protagonista dessa mudança, a focalizar essa mudança, ele está sofrendo essa mudança.

Então, realmente estão deixando morrer mesmo, porque o Walter fez uma pesquisa que mostrou que no Congresso Nacional a reforma do Estado era 5ª prioridade, não é um problema da população brasileira, então, esse é o ponto dramático.

Tudo bem, a sociedade vai resolver num pacto novo, limpo, mãos limpas, "clean", etc., só que, essa sociedade é complicada, isso também nós não discutimos aqui. Há "yongs" etc., há "yongs" de todos tipos e de todas as origens e com as mesmas lógicas de interesses etc., que nós temos dentro do Estado. Então, esse é um ponto.

O SR. - Que querem participar do governo.

A SRA. - Que querem participar do governo e muitas vezes até usufruir das facilidades do governo e não assumir as suas funções sociais.

Então, isso também é um ponto, é evidente que não são todas as "youngs", mas é um ponto que a gente deixa aí à descoberta para uma posterior rediscussão. E a questão que eu acho importante também, da irracionalidade, para que essa ampliação do mercado político se complete através de políticas públicas renovadas, de novos pactos de tudo isso, é preciso que não haja irracionalidade intrínsecas às regras do jogo e eu acho que isso aqui várias vezes nós tivemos que enfrentar essas dificuldades, de que existem racionalidades fiscais, de que existem até mesmo dificuldades de confiar nos dados e nas informações, primeiro, porque não há dados e informações, em segundo lugar, porque quando elas existem muitas vezes existem suspeitas de que esses dados estão à serviço desta ou daquela causa.

Então, razão a mais para que a gente possa investir mais nos dados, eu acho que esse esforço precisa ser feito e eu acho que essa é uma função da SEMPLAN, uma função do IPEA, e absolutamente fundamental, porque se não houver vontade política de produzir os dados, esses dados vão ser também produzidos fragmentadamente cada vez mais. E como a informação ela é fonte de poder nós podemos também imaginar que ela pode ser utilizada para processos outros que aqueles de manter esse País unido.

Em outras palavras, o que eu gostaria de dizer muito contro  
vertidamente, é que existe um perigo real de que esse País  
se desintegre, se não houver um projeto unificador que possa  
dar conta dessa diversidade, se não houver vontade política  
em fazer isso e se não houver uma reversão rápida desse pro  
cesso de sesintegração possivelmente é para lá que nós vamos.  
Não de maneira dramática, enfim, convulsiva talvez, mas por  
descaso, da mesma maneira que o Império Romano levou alguns  
séculos, isso vai acontecendo, porque vejam vocês, uma coisa  
que me impressiona muito é o seguinte: o agente federal que  
está na Bahia, que está no Rio Grande do Sul, que está em  
Alagoas, eu não sei se ele é um agente federal, ele é um re  
presentante do govenador, do governo estadual.

Então, essa questão do Conselho nos cria um  
problema aí que eu acho que é muito grande, quem é essa cria  
tura que está representando o que nesse Conselho?

Então, nós perdemos realmente a energia agre  
gadora e passamos a não saber exatamente quem representa  
quem. Então, eu acho que o processo político nós vimos tam  
bém que caminha nessa direção e todo problema é saber o se  
guinte: eu acho que isso o Wanderley nunca disse, mas eu sin  
to que quando ele fala essas coisas estão por trás, pelo me  
nos essa é a minha sensação, de que existe um problema grave  
de que nós estamos realmente vivendo uma revolução branca, o  
Nelson Jobim lembrou coisas aqui comparando com a Revolução  
Francesa que eu não sabia, mas outras que eu pude comparar  
são óbvias, isto aqui é uma revolução frrancesa, uma revolu  
ção branca à nossa moda, e é um processo longo, porque o País

é muito grande, é muito difícil você tentar, sempre foi mu  
to difícil no Brasil ter pactos, fazer pactos, o problema é  
saber se nós somos capazes de fazer esse pacto maior que po  
de abrigar esses pactos menores e em que medida esse proble  
ma que o Renato colocou, a meu ver, ele é um problema que es  
tá claro para todos nós, quanto desse processo desenvolvimen  
tista, nós vamos guardar, para mim eu tenho muita clareza  
que o lado nacional desse processo desenvolvimentista deve  
ser conservado, o lado estatal desse processo desenvolvimen  
tista tem dúvidas, eu acho que é esse o problema, se esse mo  
delo de Estado que estava aí se ele pode ser incrementaliza  
do ou se nós vamos de turbulência em turbulência e de crise  
em crise para alguma coisa que pode realmente resultar em al  
gum tipo de mudança qualitativa neste modelo estatal.

Não sei se alguém gostaria mais de usar a pa  
lavra, dizer alguma coisa, mas o mínimo que eu posso dizer a  
qui é que queríamos continuar conversando com vocês, quere  
mos continuar conversando e acho que podemos tirar muitas  
conclusões úteis desse processo e sobretudo nos engajar mais  
em coisas que foram muito objetivas aqui nesse fórum, que fo  
ram quase que a receita do bolo, algumas coisas elementares  
que se o Estado, o governo no caso, não puder fazer, é peca  
do mortal realmente, não fazer reuniões às segundas, nas quar  
tas-feiras, não investir no planejamento, não fzer as inter  
faces e não organizar as comissões, enfim, eu acho que preci  
samos também de muita informação sobre o que está se passan  
do nos outros países, porque às vezes nós temos a impressão  
não recupera o IBGE, não recuperar o IPEA, o que nós estamos

proponto concretamente é o IPEA como agência federal de estudos sobre a descentralização, eu acho que isso é uma coisa perfeita.

O SR. - Uma continuação desse debate eu acho que ficou faltando exatamente também definir o que dessa perspectiva nacionalista tem que ficar também, porque tem que ficar e um pouco dessa questão que você está levantando, é a comparação afora, o que está acontecendo nos outros países. E qual o outro tipo de inserção que o Brasil pode ter fora e que define de alguma forma o nosso projeto do Estado, eu acho que isso aí ficou faltando.

O SR. - De verdade e não na retórica.

O SR. HEITOR CHAGAS DE OLIVEIRA - Só uma notícia, uma notícia para qual eu queria fazer um apelo às contribuições. Nós, no IPEA e CENDEC, fizemos uma reunião há duas semanas com alguns Secretários de Planejamento Estadual, alguns técnicos da SEPLAN, alguns técnicos do IPEA, 15 pessoas, para estudar. E eu quero se possível, se alguém tiver interesse nisso, tópicos de sugestões para formarmos a nova tecnocracia, dê no que der, aconteça o que acontecer com este País, nos estamos desenvolvendo um programa que vai ser modulado, que vai ter aplicação parte do CENDEC e parte universidades de alguns Estados etc., que a gente quer fazer uma escola de pensar e uma escola de agir, não uma escola de manuaizinhos medíocres, que qualquer um pode botar no computador agora que si tudo pronto.

Então, uma escola de pensar para formar uma

nova tecnocracia, reunimos o IPEA para um conjunto de conteúdos, daqui à pouco vou fazer uma nova reunião com os professores etc., para discutir metodologias, qualquer que venha a ser o modelo de planejamento onde a articulação que o Estado brasileiro adote, a nova tecnocracia tem que conhecer os modelos que existem no mundo, as alternativas, as possibilidades etc., o CENDEC...